

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia onze de dezembro de dois mil e quinze.

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes efetuou a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves, que apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido convocado para estar presente a Sra. Dra. Carla Alexandra dos Santos Godinho.

Igualmente a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales não esteve presente e também apresentou justificação e solicitou substituição. Depois de contactar os membros suplentes eleitos pelo Partido Social Democrata não foi possível efetuar a substituição.

O Sr. Dr. André Duarte Pereira também não esteve presente e igualmente solicitou justificação e substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Luís Fernando Correia Conceição Santos.

Também se encontrava ausente o Sr. Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, o Sr. Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha e o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Declaro aberta a sessão. Os meus cumprimentos a todos, ao Executivo à Assembleia, à Mesa, ao público e comunicação social.

Como sabem, a Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves pediu a substituição para esta sessão da Assembleia Municipal porque sofreu uma fratura numa perna. Para a substituir na Mesa proponho que seja a Sra. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa a exercer as funções de Segundo Secretário.

Pergunto se alguém que se opõe?

Como ninguém se opõe peço à Sra. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa para exercer as funções de Segundo Secretário.

Passaríamos à votação para aprovação da ata da sessão anterior:

Alguém tem alguma proposta a fazer ao teor da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezoito de setembro de dois mil e quinze?

Se não há propostas vamos proceder à votação”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezoito de setembro de dois mil e quinze, foi aprovada por maioria, com quatro abstenções.

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Nós temos aqui uma proposta da Câmara para acrescentar quatro Pontos na Ordem do Dia. Como sabem, nos termos do artigo 50º, nº 2, tratando-se de sessão ordinária do órgão deliberativo e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na Ordem do Dia.

Preciso da aprovação, por dois terços dos membros, para incluir estes quatro Pontos que são os seguintes:

Ponto VIII - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido pela sociedade “António Freire Lobo Vaz Patto, Lda.”, na Regularização da Atividade Pecuária, localizada na Quinta do Lã Branca, na União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro;

Ponto IX - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido pela sociedade “António Freire Lobo Vaz Patto, Lda.”, na Regularização da Atividade Pecuária, localizada em Gramaços, concelho de Oliveira do Hospital, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro;

Ponto X - Aprovação do apoio financeiro do Município de Oliveira do Hospital relativo à componente de participação nacional para a aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, no âmbito de candidatura ao programa Portugal 2020 para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira;

Ponto XI - Aprovação do apoio financeiro do Município de Oliveira do Hospital relativo à componente de participação nacional para a aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, no âmbito de candidatura ao programa Portugal 2020 para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital.”

Efetuada a votação, a inclusão dos Pontos VIII, IX, X e XI, foi aprovada por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a atributos próprios para o ano de 2016, nos termos já fixados nos artigos 8.º e 9.º do Regulamento da Tabela de Taxas Municipais em vigor.

III - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da “Proposta de Alteração ao Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior”.

IV - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Bernardino de Almeida e Costa & Filhos, SA, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea f), n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização de contratação de empréstimo a curto prazo para o ano de 2016.

VI - A) Apreciação e votação em matéria de Participações Locais/Outras Participações – alínea n), do n.º 1, do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alienação da participação na Município, EM, S.A.;

VI - B) Apreciação e votação em matéria de Participações Locais/Outras Participações – alínea n), do n.º 1, do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de saída do Município de Oliveira do Hospital da Associação de Arbitragem de Conflitos de Consumos do Distrito de Coimbra.

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2016/2019 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2016, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para 2016 que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do n.º 2, do artigo 4º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de orçamento.

VIII - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido pela sociedade “António Freire Lobo Vaz Patto, Lda.”, na Regularização da Atividade Pecuária, localizada na Quinta do Lã Branca, na União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

IX - Aprovação nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido pela sociedade “António Freire Lobo Vaz Pato, Lda.”, na Regularização da Atividade Pecuária, localizada em Gramaços, concelho de Oliveira do Hospital, no Âmbito da Aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

X - Aprovação do apoio financeiro do Município de Oliveira do Hospital relativo à componente de comparticipação nacional para a aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, no âmbito de candidatura ao programa Portugal 2020 para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira.

XI - Aprovação do apoio financeiro do Município de Oliveira do Hospital relativo à componente de comparticipação nacional para a aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, no âmbito de candidatura ao programa Portugal 2020 para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital.

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero explicar os motivos da alteração da hora de realização desta Assembleia até para prevenir que depois alguns de nós percamos tempo com esta questão: Como sabem, na última Sessão da Assembleia Municipal saímos daqui já passava das quatro e meia da manhã. Pedi para me fazerem uma estatística dos horários das várias Sessões das Assembleias Municipais, não só da área da CIM mas numa área mais alargada. Curiosamente, aquilo que percebi, tenho aqui uma lista e posso facultá-la a quem a pretender, a grande maioria dos Municípios realizam as Sessões da Assembleia Municipal durante a semana, de manhã e à tarde. Nós somos uma exceção à regra. Fazíamos a Assembleia à noite e ainda com o percalço de sairmos daqui à hora que saíamos.

Posso dizer-vos que Cantanhede realiza a Sessão da Assembleia Municipal na quinta-feira à tarde; Coimbra também realiza a Sessão da Assembleia Municipal na quinta-feira à tarde; Figueira da Foz realiza a Sessão da Assembleia Municipal na segunda-feira, quinta-feira ou sexta-feira à tarde.

Em vinte e um Municípios, onze realizam as Assembleias Municipais durante a semana de manhã e à tarde. Quatro deles fazem-nas à sexta-feira e ao

sábado de manhã e há mesmo muitos deles que fazem a Assembleia Municipal de manhã. Oliveira do Hospital, Mealhada e Gouveia, três em vinte e um Municípios, é que fazem a Assembleia Municipal à noite.

Por todas estas razões, e outras que eu vou enumerar muito rapidamente, resolvemos fazer uma experiência. Quando eu digo resolvemos é porque falei com quase todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, falei com muitos Membros da Assembleia Municipal e, se se lembram, na última Assembleia Municipal, houve mesmo quem tenha proposto, e alguns deles da oposição, que estas Sessões fossem feitas de outra forma e não à noite.

Sendo assim, não havia nenhuma razão para não fazermos a experiência que estamos a fazer hoje.

Como sabem, a lei permite às entidades patronais, no caso de se sentirem prejudicadas, que sejam ressarcidas do tempo que estão aqui e por isso não há nenhuma razão para não fazermos esta experiência. Devo dizer, e até porque alguma oposição fez esta proposta e mais do que uma vez, que não fiquei muito confortável com a posição do Dr. Nuno Vilafanha que se insurgiu contra esta experiência mas cada um tem o direito a opor-se. De facto, o que acontece é que, em termos estatísticos, nós somos a exceção à regra e não vejo nenhuma razão para não experimentarmos fazer estas sessões à tarde.”

De seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Foi recebida uma carta da BLC3 a dizer que está entre as dez melhores incubadoras de empresas da Europa. Foi também recebido um documento da Comunidade Intermunicipal sobre o pacto de coesão territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Temos dois pedidos de intervenção nesta Sessão da Assembleia Municipal do público.

Referir também que junto da documentação de suporte à Ordem do Dia receberam a listagem da correspondência recebida e expedida.”

Seguidamente retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Quanto à habitual referência aos assuntos mais importantes do período que decorreu entre o dia dezoito de setembro e hoje, eu queria começar por vos pedir a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de cinco pessoas que

tiveram intervenção no Concelho, um deles é um estudante, e passo a referir os nomes: O Dr. Jorge Bento que como saberão foi Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, e que atualmente era o Primeiro Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal, que faleceu faz hoje exatamente oito dias; O Sr. António Manuel da Fonseca, mais conhecido por Neca Areias, era um empresário Oliveirense e ex-dirigente desportivo também em Oliveira do Hospital; O Sr. António Pereira, empresário e dirigente desportivo do Nogueirense; O Pedro Filipe Santos Lopes, com quinze anos, que era um estudante da EPTOLIVA e por fim O Sr. Mário Maria da Costa que faleceu ao serviço da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo.

Queria pedir-vos para aprovarmos um Voto de Pesar por estes falecimentos, todos eles de pessoas que marcaram este Concelho, nomeadamente o estudante pela sua juventude e porque falecer nesta idade é sempre uma pena.

Peço aos serviços que enviem às respetivas famílias as condolências da Assembleia Municipal.”

Seguidamente foi colocado à votação da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Bento, do Sr. António Manuel da Fonseca, do Sr. António Pereira, do Pedro Filipe Santos Lopes e do Sr. Mário Maria da Costa, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar os parabéns à BLC3 porque foi considerada entre as dez melhores Incubadoras de Empresas da Europa, ficou classificada em nono lugar, e também entre as vinte e cinco melhores Incubadoras de Empresas do Mundo. Recebeu o prémio designado *Top University Business Incubator* porque foi a única incubadora portuguesa a aceder ao topo deste ranking. O prémio foi atribuído por uma entidade internacional, a UBI Global, numa conferência internacional realizada em Turim no dia vinte e seis e vinte e sete de outubro. Como é natural, este prémio deu grande relevância a Oliveira do Hospital, nomeadamente numa entrevista que o Dr. João Nunes deu à RTP1. Em minha opinião a Câmara Municipal também está de parabéns, não só pelo apoio financeiro que tem dado à BLC3, um apoio muito significativo, apoio que tem sido condição *sine qua non* do seu funcionamento. Apesar de algumas

ingratidões penso que todos nós devemos considerar que isto é um fator de muita relevância no Concelho de Oliveira do Hospital.

Merece-nos também um elogio muito especial a Câmara Municipal por ter sido classificada em décimo oitavo lugar no Índice de Transparência Municipal. A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital subiu vinte e nove posições neste índice e passou a ser a segunda classificada no Distrito de Coimbra. Este índice foi apresentado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa pela Organização de Transparência e Integridade - Associação Cívica. Esta associação é uma entidade que aprecia o grau de transparência dos trezentos e oito Municípios e representa em Portugal a Rede Global Anticorrupção e Transparência. Em minha opinião, perante esta consideração que ninguém, com certeza, porá em causa, o Concelho e a Assembleia estão cada vez mais descansados até, em certa medida, descredibilizando alguns que teimam em levantar suspeitas, sem sequer o mínimo de indício do que quer que seja. Se alguém se referir a corrupção que o faça com factos em vez de ser com afirmações gratuitas porque esta classificação diz muito sobre o nosso Município.

Depois, duas ou três referências, uma delas muito elogiosa à Feira do Porco e do Enchido: Como sabem está de parabéns o Sr. Aníbal Correia mas também a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal por ter tido tanta gente naquele fim de semana em Meruge. Também uma referência à inauguração da estátua ao bombeiro em Lagares da Beira e também a Festa da Castanha e a Festa das Sopas nos merecem uma referência elogiosa. Por fim, A Gala do Desporto. A Gala do desporto foi um acontecimento com larga repercussão na Comunicação Social Regional. Está de parabéns o Sr. Vereador Nuno Ribeiro porque é sempre bom agradecer ou dar a devida relevância àqueles que se empenham em fazer desporto o que é uma boa forma de evitar que os jovens caiam noutros caminhos.

Passávamos às inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.

Informo que há dois pedidos para intervenção do público que ficaram para o fim da Sessão que espero que seja bastante mais curta do que a última Sessão.”

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por desejar a todos um bom natal, um feliz ano novo, e que o novo ano nos traga tudo o que seja bom para cada um de nós.

Queria felicitar o Sr. Presidenta da Assembleia Municipal e a Mesa por terem marcado esta Sessão da Assembleia neste horário, é uma nova situação, mas que é perfeitamente ajustável aos interesses de cada um de nós porque, realmente, sair daqui às quatro ou cinco da manhã é impensável. Acho que é uma boa medida e por isso a felicito.

Trago aqui três Moções para apresentar à Mesa relacionadas com duas questões que são recorrentes e que são preocupação de todos nós.

Uma delas refere-se às Acessibilidades Rodoviárias e isto vem numa linha de coerência: Mudámos de Governo e eu queria aqui também felicitar o Partido Socialista porque está no Governo e espero bem, e tenho essa esperança, que seja mais uma vez um Governo do Partido Socialista a concretizar o IC6 até Oliveira do Hospital.

A outra Moção refere-se a um problema que nos afeta de sobremaneira: A Saúde.

Tenho aqui uma outra Moção relativa às ligações técnicas das águas residuais e do abastecimento de água que também é uma situação que nos tem preocupado bastante.

Não vou ler as Moções, porque isso com certeza que me levaria a ultrapassar o tempo, mas referia que estas Moções, relativamente às Acessibilidades e à Saúde, vêm numa linha de coerência. Neste momento temos um Governo do Partido Socialista mas, com certeza, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não deixará de apoiar o Executivo desta Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara no que lhe aprouver fazer no sentido de reivindicar aquilo que nos pertence e a que temos direito. Independentemente de lá estar o Partido Socialista, ou lá estar outro Partido no Governo, eu acho que devemos continuar a reivindicar, esteja quem estiver no Governo. Seguindo a coerência que é tradicional no Partido Socialista, embora alguns discordem, mas nós temos a certeza que é assim, vamos continuar neste caminho e esperamos chegar a bom porto.

Deixo à Mesa estas três Moções para serem postas à votação.”

De seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para ler as Moções apresentadas pelo Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa:

*“Primeira Moção: Moção de Reivindicação pela construção de novas acessibilidades rodoviárias ao Concelho de Oliveira do Hospital e pela concreta e rápida melhoria dos acessos existentes.*

*O grupo de eleitos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem novamente reivindicar, junto das várias entidades responsáveis, a concreta melhoria dos acessos rodoviários que servem o Concelho de Oliveira do Hospital, assim como a conclusão e construção de novos acessos, nomeadamente os IC6 e IC7.*

*Consideramos que os acessos hoje existentes, estamos a falar das Estradas Nacionais (EN) que atravessam o Concelho de Oliveira do Hospital, a EN 17 e a EN 230, se encontram em elevado estado de degradação e sem o mínimo exigível de condições rodoviárias para responderem ao elevado volume de tráfego automóvel ligeiro e pesado que apresentam.*

*Tendo em conta a já anunciada adjudicação da obra de requalificação da EN 17, em toda a extensão do troço que atravessa o Concelho de Oliveira do Hospital, é agora indispensável que esta obra se inicie o mais rápido possível e que não seja apenas mais um conjunto de remendos. É fundamental que esta requalificação seja feita a pensar no futuro tenha em conta não só a efetiva melhoria do pavimento, mas também a melhoria da sinalização e das condições de circulação dos peões em toda a sua extensão, especialmente nas localidades e nas zonas comerciais e industriais que atravessa.*

*De forma a complementar a requalificação da EN 17, reivindicamos desde já que seja também requalificada, com a maior brevidade possível, a EN 230, entre Vendas de Galizes e o limite do Concelho, na Freguesia de Alvôco das Várzeas, que é também uma via de fundamental importância para o nosso Concelho no acesso à região da Serra da Estrela e Covilhã, que se encontra bastante degradada, estando até neste momento interdita ao trânsito num troço do vizinho concelho de Seia.*

*Obviamente que a melhoria dos acessos existentes, por si só, não resolve os nossos maiores problemas de acessibilidade, e por essa razão, vimos, mais uma vez, reivindicar a conclusão do IC6, no troço que atravessa todo o Concelho de Oliveira do Hospital e a conseqüente ligação e construção do IC7. Já é por demais reconhecida a necessidade e a importância estratégica destas vias para o Concelho de Oliveira do Hospital e para o desenvolvimento desta região.*

*A construção destes Itinerários Complementares será um fator decisivo na dinamização e criação de condições para o investimento no tecido empresarial*

*e industrial, assim como na exploração das potencialidades de desenvolvimento turístico, dos quais dependerá o futuro deste território.*

*Por outro lado, a construção destes acessos é mais uma forma de combate à desertificação das regiões do interior, representando também uma questão de justiça e de condições de igualdade dos cidadãos que aqui vivem e que aqui se deslocam, em termos de segurança, rapidez e custo de viagem, comparáveis aos que já se observam em quase todo o País.*

*Neste sentido, o grupo de eleitos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, continuará a reivindicar a construção dos IC6 e IC7, e estará sempre solidário com o Presidente e Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital na sua luta pela concretização destes fundamentais acessos ao Concelho e à região.*

*Esta moção, caso seja aprovada será enviada ao Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, Excelentíssimo Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Conselho de Administração da Empresa Infraestruturas de Portugal, Grupos Parlamentares dos Partidos representados na Assembleia da República e CCDR Centro.*

*Segunda Moção: Moção de Reivindicação pela rápida e efetiva melhoria das condições de acesso à saúde no Concelho de Oliveira do Hospital.*

*O grupo de eleitos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, considera que no Concelho de Oliveira do Hospital, não estão reunidas as condições para que todos os Oliveirenses tenham a devida dignidade e igualdade de acesso aos cuidados básicos de saúde.*

*Não é admissível que nos dias de hoje, a grande parte dos Oliveirenses continue sem médico de família atribuído, condição mínima de acesso à saúde, em igualdade com outros Portugueses.*

*Não é admissível que existam extensões de saúde, em várias localidades do Concelho de Oliveira do Hospital, sem médico atribuído, situação que nalguns casos já se arrasta há mais de um ano, sem que exista qualquer justificação ou perspetiva de solução. Esta situação obriga as pessoas dessas localidades a deslocarem-se longas distâncias para poderem ter acesso a uma simples consulta, ou mais grave ainda, há pessoas que nem sequer têm meios para se poderem deslocar.*

*Não é admissível que o SAP do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, não tenha o número suficiente de médicos para responder às necessidades dos Oliveirenses que aí se dirigem. Os tempos de espera para consulta são*

*demasiado elevados, os meios de diagnóstico são claramente insuficientes, situação que se agrava em épocas de maior afluência de utentes, o que compromete a qualidade do serviço prestado a quem mais necessita.*

*Que seja claro. Só há prestação de cuidados de saúde com a existência de médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde. Sem eles a nossa saúde só piora. O Serviço Nacional de Saúde deve garantir um direito constitucional de todos os Portugueses. Direito esse que assenta na existência de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito, que assegura o direito à proteção da saúde, incumbindo prioritariamente ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica.*

*Apesar da luta que o Município de Oliveira do Hospital sempre travou, aliado à população e às várias forças políticas aderentes, junto das entidades distritais e nacionais que geriam a saúde, no Concelho de Oliveira do Hospital, esta situação arrasta-se há demasiado tempo e não há solução definitiva à vista.*

*Assim, o grupo de eleitos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem mais uma vez reivindicar junto das entidades competentes, a rápida e efetiva melhoria das condições de acesso à saúde no Concelho de Oliveira do Hospital. Mais ainda, o grupo de eleitos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, continua a manifestar a sua total solidariedade com o Presidente e respetivo Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, na realização de todas as iniciativas e ações conducentes à resolução desta situação.*

*Esta moção deverá ser enviada ao Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Grupos Parlamentares dos Partidos representados na Assembleia da República, Administração Regional de Saúde do Centro, Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte e Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.*

*Terceira Moção: Moção de Reivindicação pela construção de ligações técnicas que garantam o funcionamento pleno e articulado do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais.*

*O grupo de eleitos do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem reivindicar, junto das várias entidades responsáveis, a concretização das ligações técnicas nas infraestruturas dos Serviços de Água e Saneamento do Concelho, assim como a concreta melhoria das ações de*

*manutenção necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.*

*Os serviços de águas e saneamento são considerados de interesse geral, essenciais ao bem-estar dos cidadãos, à saúde pública, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Por esse facto devem obedecer a um conjunto de princípios de onde se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade de serviço, a eficiência e a equidade de preços.*

*No serviço prestado em “Alta”, o abastecimento de água é da responsabilidade da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (AdLVT). Este serviço compreende o fornecimento de água ao Município para posterior distribuição domiciliária através das redes em “Baixa” sob responsabilidade da autarquia. Relativamente ao serviço de saneamento de águas residuais a elevação e respetivo tratamento é em grande parte prestado pela Alta, ou seja pela AdLVT, contribuindo para alcançar as metas que o Estado Português se comprometeu a cumprir.*

*Parte das obras a serem executadas no saneamento dizem respeito à execução de Estações Elevatórias (EEAR) e Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em substituição das fossas existentes, e que se encontram em condições de não cumprir cabalmente as funções para a qual foram construídas.*

*Considerando que:*

*1 - O Município de Oliveira do Hospital tem cumprido os seus pagamentos e outros compromissos financeiros de forma regular e atempada, junto das entidades responsáveis pelo abastecimento de água e saneamento de águas residuais;*

*2 - Foi assinado um acordo com as Águas do Zêzere o Coa que contemplava a realização de ligações técnicas nas diferentes comunidades pertencentes ao Município de Oliveira do Hospital;*

*3 - As Estações de Tratamento de Águas Residuais têm apresentado um conjunto de deficiências por falta de manutenção, o que origina prejuízos de impacto ambiental nas diferentes comunidades onde estão inseridas;*

*4 - O subaproveitamento das infraestruturas já construídas, pois em alguns casos já existem equipamentos complementares. Salienta-se que parte das Estações Elevatórias de Águas Residuais são para construir em localidades já servidas por ETAR.*

*Considerando o exposto, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital vem exigir a execução urgente das obras correspondentes às ligações técnicas*

*que garantam o funcionamento pleno e articulado de todas as infraestruturas existentes, cuja responsabilidade pertence à Águas de Lisboa e Vale do Tejo.*

*É igualmente exigível a correta manutenção dos espaços e equipamentos da responsabilidade da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, como por exemplo nas ETAR's do Concelho.*

*Com a concretização destas intervenções estamos a contribuir para o cumprimento das metas definidas, em termos da taxa de cobertura e qualidade dos efluentes, quanto ao tratamento de águas residuais.*

*Se esta Moção for aprovada será enviada às respetivas entidades.”*

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Procederíamos de seguida às inscrições para discussão das Moções e depois votaríamos as Moções em separado.

Pedia para respeitarem o nº 14 do artigo 26º do Regimento que diz que qualquer das intervenções para as Moções são de dois minutos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, já discutimos aqui que o artigo 16º, nº 1, diz que o Período de Antes da Ordem do Dia é de sessenta minutos. Já vamos com quarenta!...

O Partido Socialista trás para aqui três Moções da tal política politqueira. O Partido Socialista sabe muito bem que não vai fazer o IC6 e toda a gente sabe que o IC6 não vai ser feito porque essa decisão não é portuguesa. Quanto aos médicos eu não percebo porque é que ainda cá não estão? Porque se é uma nomeação! No IC6 eu já passei lá para ver se as máquinas lá estavam, mas não estavam! Os médicos já tiveram tempo de os pôr cá! Portanto, isto é estarmos aqui a discutir o sexo dos anjos. Já estão muitas pessoas inscritas para esta discussão e vão passar os sessenta minutos. Já se reuniu com os líderes para se cumprir com os sessenta minutos do Período de Antes da Ordem do Dia. O Senhor é que dirige os trabalhos e como é que vai cumprir os sessenta minutos com isto?

Deixem-se lá de conversas. Façam lá os IC's, ponham cá os médicos porque isso é que é importante. Estamos aqui na política politqueira só para ficar na ata para dizer que somos todos uns porreirinhos, para ficarmos bonitos e para ver quem é que fala mais alto, não vale a pena.

Vejo tanta hipocrisia. As pessoas têm os documentos e leem o que lá não está. As pessoas andam convencidas que isto se resolve com conversa, mas isto não se resolve com conversa como os Senhores vão verificando.

Vou-me ficar por aqui e volto a dizer ao Sr. Presidente que o Sr. António Lopes, que tem a fama de ser aqui o canastrão, cumpre o Regimento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“O Partido Socialista faz bem em apresentar esta Moção. Hoje, o vigésimo primeiro Governo Constitucional é liderado e apoiado pelo Partido Socialista.

Acho que sim e que é de saudar qualquer uma das Moções. O que não é de saudar, e acho que ainda estamos a tempo de corrigir, é que a Moção seja uma proposta, e seja várias vezes referido na Moção, “*o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital propõe...*”, “*o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital quer, exige, reivindica...*”. O que seria saudável era: Todos os Deputados ou os Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, pedem, exigem, reivindicam. Eu acho que daria mais força à Moção. Seria uma Moção de Oliveira do Hospital e não seria uma Moção do Partido Socialista. Se quiserem fazer essa correção terei todo o gosto em votar a favor, até porque eu fui um daqueles que também tive coragem, quando o Governo era PSD/CDS, o Partido que aqui represento, e tive coragem para participar numa manifestação pública, de dar a cara publicamente, com grande esforço pessoal mas com grande convicção porque acho que a nossa terra está à frente dos nossos partidos. Acho que estamos a tempo e podemos corrigir a Moção. Deixo este desafio na mão do Partido Socialista se quiser contar com o meu voto a favor.”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Saúdo a adesão do CDS e iremos alterar em conformidade depois de saber se mais algum partido se pronuncia no mesmo sentido.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Ouvi o Sr. Deputado Dr. Luís Lagos e para marcar uma posição quero referir o seguinte: Como o Governo é do Partido Socialista seria o Partido

Socialista a fazer esta Moção para verem que não há aqui nenhuma proteção ao Governo do Partido Socialista mas não temos qualquer problema em aceitar a sugestão do Deputado Dr. Luis Lagos. Proponho que as Moções sejam apresentadas pela Assembleia Municipal se todos os partidos aqui representados estiverem de acordo.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Na sequência da intervenção do Deputado Dr. Luís Lagos quero referir que o Grupo Municipal do PSD subscreve estas palavras no sentido de se fazerem as alterações a estas Moções e, aí sim, não teremos qualquer tipo de problema em votar favoravelmente. Se bem que este tipo de Moções, e na sequência do que o Deputado Sr. António Lopes referiu, não passam de entretenimento mas já que estas Moções estão aqui em cima da mesa teremos que as votar e faz todo o sentido essa alteração nas Moções.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Também me revejo na posição do meu conterrâneo, Dr. Luís Lagos. Penso que as lutas que foram travadas por todos, com a exceção do PSD que não se juntou à luta, mas todos os outros partidos se juntaram à luta, para a reivindicação dos IC's e da saúde.

Dou os parabéns ao Partido Socialista por aceitar que as Moções sejam de toda a Assembleia Municipal porque assim sendo só nos reforça.

Vou votar a favor nas três Moções.

O Partido Socialista está no início do seu mandato no Governo e penso que é no início que se deve mostrar o que pretendemos para o nosso Concelho para que possam planear a sua ação.

Também quero dizer ao Sr. Presidente que nesta luta pode contar connosco porque estaremos disponíveis para colaborar.

A Sr. Ministra Assunção Cristas disse, em dois mil e três, que as ligações técnicas estavam previstas. Já passou dois mil e catorze. Já passou dois mil e quinze. Fez-se um investimento na ETAR de um milhão e meio de euros e por cento e cinquenta mil euros, segundo ela diz, não estão feitas as ligações técnicas. Continuamos com duas fossas a drenar. Isto é uma vergonha e é um problema que tem de ser resolvido. Há aqui ainda outro problema a empresa Águas do Zêzere e Côa acabou agora é a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e

gostava de saber se todo o estudo técnico que já tinha sido feito passou, ou não, para as Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Se assim não for é estarmos a recomeçar e a perder tempo.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que vou votar favoravelmente as três Moções mas a que voto com mais convicção é aquela que está ligada à saúde.

A população da minha Freguesia está sem médico de família há cerca de dezanove meses. Temos conhecimento que vieram médicos para o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital e gostava de saber quais foram os critérios na distribuição desses mesmos médicos pelas freguesias.

Dou os parabéns ao Partido Socialista pela iniciativa de apresentação destas Moções porque acho que são feitas na hora certa para reivindicarmos aquilo que temos direito e que é da responsabilidade estatal.

A Freguesia de Lagares da Beira tem uma extensão de saúde que está pronta para acolher um Clínico Geral.

Relativamente às acessibilidades quero dizer que aprovo a Moção apresentada e dizer que a manifestação que fizemos na Estrada Nacional 17 valeu a pena. Depois disso é que veio o tal dinheirinho que é necessário para fazer a sua requalificação.

Relativamente às ligações técnicas elas também estão prometidas há vários meses e até agora ainda não chegaram. Por tudo isto o meu voto será favorável para as três Moções.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que o PS é um Partido responsável e coerente, estando hoje no poder, e estando a renascer a esperança para todos os Portugueses, e o acreditar no futuro, a verdade é que nós somos coerentes. Estando no poder ou na oposição a nossa posição é sempre a mesma. Reivindicámos o IC6 e o IC7 estando na oposição e agora fazemo-lo quando estamos no poder. Essa é que é a grande diferença que temos. Outros têm medo e não querem dar a cara quando estão no poder ou na oposição. Essa é que é a grande diferença.

Temos que apoiar estas Moções e estas reivindicações. Já não falo da saúde porque é o nosso bem essencial mas quero referir que esta questão da

saúde é crucial. Quanto às águas e saneamento é um bem também essencial para a vida.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Dar os parabéns ao Partido Socialista de Oliveira do Hospital por fazer estas Moções e por ter a dignidade de aceitar as alterações que foram solicitadas pelos representantes dos outros Partidos. O Partido Socialista aceitou que as Moções fossem também subscritas pelos outros Partidos e por isso dou os parabéns.

Sobre as acessibilidades, e relativamente à Estrada Nacional 230, quero dizer que me oponho ao abandono a que foi sujeita aquela estrada ao longo dos últimos anos e também referir que as entidades competentes não se têm preocupado com o mau estado daquela via.

Eu teria que vir aqui defender não só a Estrada Nacional 230, porque é a estrada que passa na minha Freguesia de Alvôco das Várzeas, mas também estou disponível para lutar pela construção do IC6 e pela requalificação da Estrada Nacional 17.

Relativamente à Saúde também temos algumas reivindicações a fazer por isso é fundamental que se aprove esta Moção da saúde.

Vou votar favoravelmente todas estas Moções porque são Moções que têm muito valor.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a estas Moções quero dizer o seguinte: Obviamente que estou de acordo com elas, e não poderia deixar de estar, como também já estive de acordo anteriormente, noutros momentos, em que outras Moções aqui foram apresentadas e que votei favoravelmente independentemente de quem as apresentou. É uma iniciativa do Partido Socialista e obviamente que não podia deixar de ser por uma questão de coerência. Apresentamos e aprovámos Moções com o anterior Governo e por maioria de razão não podíamos agora deixar de apresentar estas Moções.

Se calhar é por aí que somos diferentes dos outros porque vir aqui e dizer que isto é uma brincadeira, que não passa de entretenimento, que não adiante

nada, que não há dinheiro. Parece que as pessoas quando estão a dizer isto que estão a baixar os braços relativamente ao Concelho de Oliveira do Hospital. Isto não é brincadeira, nem é para nos andarmos a entreter! Isto é para tratarmos de assuntos sérios para os Oliveirenses e que defendam o Concelho. É essa a responsabilidade que temos e não se trata de entretenimento! Nem é andar a fazer de conta! São Moções sérias! Por uma questão de coerência, e porque o Governo é do Partido Socialista, nós, do Partido Socialista, entendemos que temos maiores responsabilidades e temos responsabilidades acrescidas por esse facto. É essa a única razão porque estas Moções são apresentadas. Se os meus amigos desistiram dos Oliveirenses nós não desistimos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta primeira intervenção é para fazer ressaltar uma ideia que acho que é fundamental.

Primeiro quero dar os parabéns ao Partido Socialista porque o Partido Socialista sabe que não podia ser de outra maneira com este Presidente que tem hoje à frente da Câmara Municipal. O Partido Socialista não podia deixar de ter esta coerência.

O CDS fez muito bem quando se juntou à manifestação promovida pelo Partido Socialista e pelo Município. Foi uma opção correta. Assim como o Partido Comunista também fez muito bem. Estávamos unidos na luta pelos desígnios importantíssimos para o Concelho de Oliveira do Hospital.

Se os representantes do Partido Social Democrata tivessem alguma visão teriam participado naquela luta mostrando que os interesses partidários do PSD não estavam acima dos interesses de Oliveira do Hospital. E isso ficou claro para toda a gente e para todos os Oliveirenses.

Isto não é entretenimento, Sr. Eng.º Rafael, e deixe-me dizer-lhe que o Senhor foi infeliz ao utilizar esta expressão.

Os Senhores não participaram na reivindicação dos IC's e da Saúde mas quero dizer-lhe que essa reivindicação já teve efeitos: As infraestruturas de Portugal colocaram um comunicado esta semana que foi capa do Diário de Coimbra dizendo: “*Estrada Nacional nº17 foi adjudicada*”. Vinha uma frase minha que diz “*vale mais tarde do que nunca*” Esta obra era para ter sido lançada em dois mil e catorze e foi agora adjudicada porque houve uma manifestação.

Depois da manifestação fui chamado pelo Presidente das Estradas de Portugal, Dr. António Ramalho, e sei o que é que tratei com ele.

Digo-vos, meus caros amigos, o PS esqueceu-se de outra Moção que também deveria ser apresentada porque roubaram a justiça a Oliveira do Hospital fazendo a sua deslocalização para o Tribunal de Montemor-o-Velho e para o Tribunal de Soure.

Os direitos dos cidadãos de Oliveira do Hospital, durante este último mandato do Governo PSD, foram roubados nas diferentes áreas. Não estou a responsabilizar o Dr. Luís Lagos nem os membros do PSD por isso porque não são Ministros. Essas diferentes áreas são: Área da Saúde; Área da Educação; Área da Justiça e também nas acessibilidades.

Eu pergunto: Quantos quilómetros, em acessibilidades, é que o PSD fez em Oliveira do Hospital?"

De seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para ler as Moções com as alterações propostas:

“Primeira Moção: *Moção de Reivindicação pela construção de novas acessibilidades rodoviárias ao Concelho de Oliveira do Hospital e pela concreta e rápida melhoria dos acessos existentes.*

*A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem novamente reivindicar, junto das várias entidades responsáveis, a concreta melhoria dos acessos rodoviários que servem o Concelho de Oliveira do Hospital, assim como a conclusão e construção de novos acessos, nomeadamente os IC6 e IC7.*

*Consideramos que os acessos hoje existentes, estamos a falar das Estradas Nacionais (EN) que atravessam o Concelho de Oliveira do Hospital, a EN 17 e a EN 230, se encontram em elevado estado de degradação e sem o mínimo exigível de condições rodoviárias para responderem ao elevado volume de tráfego automóvel ligeiro e pesado que apresentam.*

*Tendo em conta a já anunciada adjudicação da obra de requalificação da EN 17, em toda a extensão do troço que atravessa o Concelho de Oliveira do Hospital, é agora indispensável que esta obra se inicie o mais rápido possível e que não seja apenas mais um conjunto de remendos. É fundamental que esta requalificação seja feita a pensar no futuro tenha em conta não só a efetiva melhoria do pavimento, mas também a melhoria da sinalização e das condições de circulação dos peões em toda a sua extensão, especialmente nas localidades e nas zonas comerciais e industriais que atravessa.*

*De forma a complementar a requalificação da EN 17, reivindicamos desde já que seja também requalificada, com a maior brevidade possível, a EN 230, entre Vendas de Galizes e o limite do Concelho, na Freguesia de Alvôco das Várzeas, que é também uma via de fundamental importância para o nosso Concelho no acesso à região da Serra da Estrela e Covilhã, que se encontra bastante degradada, estando até neste momento interdita ao trânsito num troço do vizinho concelho de Seia.*

*Obviamente que a melhoria dos acessos existentes, por si só, não resolve os nossos maiores problemas de acessibilidade, e por essa razão, vimos, mais uma vez, reivindicar a conclusão do IC6, no troço que atravessa todo o Concelho de Oliveira do Hospital e a conseqüente ligação e construção do IC7. Já é por demais reconhecida a necessidade e a importância estratégica destas vias para o Concelho de Oliveira do Hospital e para o desenvolvimento desta região.*

*A construção destes Itinerários Complementares será um fator decisivo na dinamização e criação de condições para o investimento no tecido empresarial e industrial, assim como na exploração das potencialidades de desenvolvimento turístico, dos quais dependerá o futuro deste território.*

*Por outro lado, a construção destes acessos é mais uma forma de combate à desertificação das regiões do interior, representando também uma questão de justiça e de condições de igualdade dos cidadãos que aqui vivem e que aqui se deslocam, em termos de segurança, rapidez e custo de viagem, comparáveis aos que já se observam em quase todo o País.*

*Neste sentido, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, continuará a reivindicar a construção dos IC6 e IC7, e estará sempre solidário com o Presidente e Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital na sua luta pela concretização destes fundamentais acessos ao Concelho e à região.*

*Segunda Moção: Moção de Reivindicação pela rápida e efetiva melhoria das condições de acesso à saúde no Concelho de Oliveira do Hospital.*

*A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, considera que no Concelho de Oliveira do Hospital, não estão reunidas as condições para que todos os Oliveirenses tenham a devida dignidade e igualdade de acesso aos cuidados básicos de saúde.*

*Não é admissível que nos dias de hoje, a grande parte dos Oliveirenses continue sem médico de família atribuído, condição mínima de acesso à saúde, em igualdade com outros Portugueses.*

*Não é admissível que existam extensões de saúde, em várias localidades do Concelho de Oliveira do Hospital, sem médico atribuído, situação que nalguns casos já se arrasta há mais de um ano, sem que exista qualquer justificação ou perspectiva de solução. Esta situação obriga as pessoas dessas localidades a deslocarem-se longas distâncias para poderem ter acesso a uma simples consulta, ou mais grave ainda, há pessoas que nem sequer têm meios para se poderem deslocar.*

*Não é admissível que o SAP do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, não tenha o número suficiente de médicos para responder às necessidades dos Oliveirenses que aí se dirigem. Os tempos de espera para consulta são demasiado elevados, os meios de diagnóstico são claramente insuficientes, situação que se agrava em épocas de maior afluência de utentes, o que compromete a qualidade do serviço prestado a quem mais necessita.*

*Que seja claro. Só há prestação de cuidados de saúde com a existência de médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde. Sem eles a nossa saúde só piora. O Serviço Nacional de Saúde deve garantir um direito constitucional de todos os Portugueses. Direito esse que assenta na existência de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito, que assegura o direito à proteção da saúde, incumbindo prioritariamente ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica.*

*Apesar da luta que o Município de Oliveira do Hospital sempre travou, aliado à população e às várias forças políticas aderentes, junto das entidades distritais e nacionais que geriam a saúde, no Concelho de Oliveira do Hospital, esta situação arrasta-se há demasiado tempo e não há solução definitiva à vista.*

*Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem mais uma vez reivindicar junto das entidades competentes, a rápida e efetiva melhoria das condições de acesso à saúde no Concelho de Oliveira do Hospital. Mais ainda, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, continua a manifestar a sua total solidariedade com o Presidente e respetivo Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, na realização de todas as iniciativas e ações conducentes à resolução desta situação.*

*Terceira Moção: Moção de Reivindicação pela construção de ligações técnicas que garantam o funcionamento pleno e articulado do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais.*

*A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem reivindicar, junto das várias entidades responsáveis, a concretização das ligações técnicas nas*

*infraestruturas dos Serviços de Água e Saneamento do Concelho, assim como a concreta melhoria das ações de manutenção necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.*

*Os serviços de águas e saneamento são considerados de interesse geral, essenciais ao bem-estar dos cidadãos, à saúde pública, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Por esse facto devem obedecer a um conjunto de princípios de onde se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade de serviço, a eficiência e a equidade de preços.*

*No serviço prestado em “Alta”, o abastecimento de água é da responsabilidade da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (AdLVT). Este serviço compreende o fornecimento de água ao Município para posterior distribuição domiciliária através das redes em “Baixa” sob responsabilidade da autarquia. Relativamente ao serviço de saneamento de águas residuais a elevação e respetivo tratamento é em grande parte prestado pela Alta, ou seja pela AdLVT, contribuindo para alcançar as metas que o Estado Português se comprometeu a cumprir.*

*Parte das obras a serem executadas no saneamento dizem respeito à execução de Estações Elevatórias (EEAR) e Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em substituição das fossas existentes, e que se encontram em condições de não cumprir cabalmente as funções para a qual foram construídas.*

*Considerando que:*

*1 - O Município de Oliveira do Hospital tem cumprido os seus pagamentos e outros compromissos financeiros de forma regular e atempada, junto das entidades responsáveis pelo abastecimento de água e saneamento de águas residuais;*

*2 - Foi assinado um acordo com as Águas do Zêzere o Coa que contemplava a realização de ligações técnicas nas diferentes comunidades pertencentes ao Município de Oliveira do Hospital;*

*3 - As Estações de Tratamento de Águas Residuais têm apresentado um conjunto de deficiências por falta de manutenção, o que origina prejuízos de impacto ambiental nas diferentes comunidades onde estão inseridas;*

*4 - O subaproveitamento das infraestruturas já construídas, pois em alguns casos já existem equipamentos complementares. Salienta-se que parte das Estações Elevatórias de Águas Residuais são para construir em localidades já servidas por ETAR.*

*Considerando o exposto, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital vem exigir a execução urgente das obras correspondentes às ligações técnicas que garantam o funcionamento pleno e articulado de todas as infraestruturas existentes, cuja responsabilidade pertence à Águas de Lisboa e Vale do Tejo.*

*É igualmente exigível a correta manutenção dos espaços e equipamentos da responsabilidade da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, como por exemplo nas ETAR's do Concelho.*

*Com a concretização destas intervenções estamos a contribuir para o cumprimento das metas definidas, em termos da taxa de cobertura e qualidade dos efluentes, quanto ao tratamento de águas residuais.”*

De seguida procedeu-se à votação das três Moções: Efetuada a votação, a Moção de Reivindicação pela construção de novas acessibilidades rodoviárias ao Concelho de Oliveira do Hospital e pela concreta e rápida melhoria dos acessos existentes, foi aprovada por unanimidade;

Efetuada a votação, a Moção de Reivindicação pela rápida e efetiva melhoria das condições de acesso à saúde no Concelho de Oliveira do Hospital, foi aprovada por unanimidade;

Efetuada a votação, a Moção de Reivindicação pela construção de ligações técnicas que garantam o funcionamento pleno e articulado do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais, foi aprovada por unanimidade.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Como reparam, votei favoravelmente, como não podia deixar de ser. Às vezes até parece que eu quero o mal deste Concelho! O que eu não me esqueço é que ouvi falar aqui num projeto de saúde, revolucionário até, mas não sei o que é porque nunca apareceu!

O PS esteve treze anos, dos últimos vinte, no Governo e não fez os IC's. Todos sabemos que não há dinheiro e que não o vai fazer. Fica bem ao PS ser coerente mas não me compete a mim defender o PS.

Quanto a quem defendo, ou não defendo, neste Concelho, não me fica nada bem dizer o que vou dizer, mas gostava de dizer ao Sr. Eng.º Carlos Artur que do meu bolso, por este Concelho, eu já investi um milhão de euros.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, para fazer a seguinte declaração de voto:

“A minha intervenção é só para fazer um esclarecimento, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara e do que veio referir: O PSD não se juntou à manifestação que houve em vésperas de Eleições Legislativas exatamente por isso. Por ter sido em vésperas de eleições. É só nesse sentido que gostaria de clarificar e é esse o motivo que nos levou a não participar nessas manifestações.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Sr. Eng.º Rafael que a manifestação não se realizou nas vésperas das Eleições Legislativas. Nas vésperas das Eleições Legislativas foi lançado o concurso da Estrada Nacional nº 17, mas isso também não é relevante agora porque o que interessa é que as obras comessem. Vocês, hoje, com esta votação unânime dão mais força ao Presidente para as lutas que se avizinham. Isso é que para mim é importante. Estarmos todos unidos, naquilo que é importante para o futuro do Concelho de Oliveira do Hospital, isso é que eu acho relevante.

Relativamente à Moção de Reivindicação pela construção de ligações técnicas que garantam o funcionamento pleno e articulado do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais quero dizer o seguinte: O que se passa hoje nas ETAR's de Oliveira do Hospital, e esta Moção é importantíssima, porque todos sabem que eu fui defensor do Ministro do Ambiente do anterior Governo, Dr. Jorge Moreira da Silva. Este Ministro foi um homem, não deixo de o dizer aqui, que foi capaz de se opor aos grandes *lobbies* das águas e foi capaz de impor uma política que beneficiou todos os Municípios do interior. Houve algumas mudanças mas não estavam todos os problemas resolvidos.

Há ETAR's que estavam dimensionadas para uma determinada Freguesia, e para um determinado número de habitantes, e agora as Águas do Vale do Tejo não fazem essas ligações e as fossas continuam a drenar. Isto acontece num conjunto das nossas aldeias que têm ETAR's prontas a funcionar e só lhes falta fazer as ligações técnicas. Por isso isto é uma reivindicação mais do que justa. É uma reivindicação de Meruge, do Ervedal da Beira e de Vila Franca da Beira, onde foi a Câmara Municipal que fez essas ligações técnicas e por isso temos que acertar contas. Não tem havido tratamento nenhum nas nossas ETAR's. Por

todo o Concelho o que se passa é uma vergonha em termos de impacto ambiental.

Esta Moção abrirá portas para eu poder lutar até porque há muitas pessoas que pensam que a responsabilidade do que se passa com as ETAR's é da Câmara Municipal ou dos Presidentes da Junta de Freguesia.

Temos as faturas todas pagas e por isso temos o direito de exigir que nos resolvam estes problemas.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Solidarizava-me nos votos de pesar, especialmente com o funcionário da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e apresento os pêsames ao Sr. Presidente da Junta. No caso do Sr. Neca Areias, não só pela relevância como também porque fazia o favor de ser meu amigo, apresento, ao Sr. Dr. Luís Lagos, os meus pêsames. Lamentavelmente não pude estar cá por estar ausente do País.

Atendendo a época natalícia quero desejar a todos um bom Natal e um próspero ano novo.

Dentro do espírito desta quadra não quero maçar muito, pese que por estes dias não estamos dispensados das nossas responsabilidades e como tal defender, de preferência bem, quem aqui nos colocou.

Por ser assim, não posso deixar de lamentar que para a discussão de documentos que são tão importantes como é o Orçamento, e não só, a esta altura do campeonato ainda me faltam documento de três Pontos da Ordem do Dia. Não vou impugnar a Assembleia nem vou entrar nessas coisas porque as Assembleias para mim são todas ilegais, como os Senhores sabem, desde vinte e seis de abril e vou dar isso de barato. Mas quando se fala em transparência, e até ficamos em décimo oitavo lugar, chegar aqui sem documentos, ou terem sido entregues na terça-feira à noite, sem tempo para discussão e para o debate, não sei o que é que isto tem a ver com transparência. Lamento muito, Sr. Presidente da Mesa, como eu lhe disse pessoalmente, não sei qual é a pressa. Não percebo porque é que é esta pressa e não termos os documentos todos para não se analisar convenientemente as coisas. Eu acho que o debate e tudo aquilo que aqui se diga é uma coisa e o respeito por este Salão Nobre, e o respeito pelo Concelho é outro. Acho que isto não avanta ninguém. Não nos dignifica. Se se fizessem as coisas como devem ser feitas nós chegávamos cá às nove

horas e à meia-noite estávamos com isto despachado e não era preciso grande problema.

Sobre este décimo oitavo lugar da transparência eu pergunto: Depois da documentação que eu fiz chegar, depois das perguntas que eu fiz, o décimo oitavo lugar na transparência, estão aqui dois jornalistas não se sabe bem porquê, estão aí a ganhar dinheiro, e naturalmente têm que se entreter com alguma coisa. Não lá pondo alguma coisa no *site*, porque aquilo com transparência não tem nada que ver. O que é que tem a ver com transparência formarem-se empresas para vir concorrer a concursos. Nesta Câmara fazem-se concursos a que concorrem empresas que são feitas para lhe concorrer. Sistemáticamente convida-se só uma empresa.

Está aqui o relatório da auditoria, finalmente veio, e eu pensava que era para salvar a honra do Sr. Presidente das muitas ofensas que aqui fiz no dia vinte e seis de abril, afinal esta relatório de auditoria é de dois mil e doze, no tempo em que esta oposição estava em maioria, em que estavam aqui três Vereadores experimentados, hoje Presidente da Câmara e Vice-Presidente de Câmara, em que havia aqui um equilíbrio de forças, e depois esteve cá o Sr. Dr. Paulo Rocha, que nunca ninguém me ouviu dizer nada em desabono dele em termos técnicos e em termos de dedicação. E agora temos aqui o relatório da auditoria que se farta de fazer recomendações, que no fundo é aquilo que eu tenho andado a falar, e parece que está toda a gente satisfeita, como vamos ouvir daqui a bocadinho. Esperam lá porque eu tenho a certeza que vamos!

Eu já fiz as queixas ao Ministério Público. A minha responsabilidade está resolvida. Está entregue às autoridades. O que aqui se passa, eu sei. O que se passa no Armazém, eu já sabia. Eu tenho informações que o que se perde nesta Câmara entre compras mal feitas e desperdícios que supera os quinhentos mil euros ano.

Sobre esta questão dos IC's o Guterres, em noventa e sete, inaugurou o primeiro troço, foi Governante até dois mil e dois, nesse intervalo fez vinte e três SCUT's que têm duzentos e tal quilómetros com seis faixas. Não se fez isso aqui porquê?

Isto não é nada contra o Partido, são factos! Nos últimos vinte anos o Partido Socialista foi Governo três vezes, com dois Governos de seis anos cada um, O PSD teve dois Governos com dois Primeiros-Ministros no primeiro e esteve agora quatro anos seguidos. O António Guterres teve cinquenta por cento de endividamento do PIB, não tinha cá a polícia estrangeira a guarda-lo. Não fez porquê? Isto é que são factos. Agora virem aqui dizer que defendem e

que não defendem. Vou comprar uma poltrona daquelas confortáveis para me lá sentar e pago aquilo que os Senhores quiserem se o IC for feito nestes quatro anos. Isto é estar contra o IC? Mas há alguém que esteja mais interessado no IC do que eu? Agora, há uma realidade objetiva que todos nós sabemos e se nós somos pessoas responsáveis, idóneas e avisadas não vimos para aqui discutir o sexo dos anjos. Eu neste momento estou super-descansado porque sei quem é que tem a chave deste Governo, o tal homem que deu a facada no colega porque teve uma vitória pequenina, e agora está lá. Eu estou descansado porque sei quem é que tem a chave!

Sobre a transparência, porque eu vou pôr a Câmara toda a trabalhar para dar os documentos ao Sr. António Lopes, estive cá ontem e quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara. Foi mais uma vitória do Sr. António Lopes porque se quis os documentos teve que cá vir à Câmara buscá-los porque a lei deixou de funcionar aqui com a tal transparência. Os documentos que eu pedi foi isto. São estes documentos que estão aqui.

Não lhes digo mais nada porque isto é assim, diga lá o Sr. Presidente da Câmara o que disser, fique lá meia hora a cantar mas a realidade é esta.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por desejar a todos um Bom Natal e o próximo ano repleto de muita felicidade, muita saúde e muitas obras.

A intervenção que tinha preparado era sobre as ligações técnicas mas depois da apresentação da Moção não se justifica voltar a falar, contudo quero realçar o que o Sr. Presidente da Câmara disse, e muito bem, porque a culpa da falta das ligações técnicas não é dos Presidentes da Junta nem é do Sr. Presidente da Câmara, mas há pessoas que pensam que sim porque em todas as Assembleias de Freguesia há pessoas que fazem questão de colocar sempre a mesma questão. Nós temos que estar atentos, temos que reivindicar, temos que trabalhar no sentido de fazer ver que estas obras são importantíssimas e têm que ser resolvidas.

Também quero agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, todo o apoio prestado na realização da Feira do Porco e do Enchido. Como puderam ver penso que correu muito bem foi mais um evento que só dignificou a Freguesia e o Concelho e por isso penso que é um bom investimento que se deve continuar a trabalhar.

Também quero falar sobre a despoluição do Rio Cobral: Quero pedir ao Sr. Presidente da Câmara, não sei se é possível, para que intervenha junto do autarca de Seia, para tentar reunir com os empresários das queijarias, para ver se conseguíamos resolver o problema das descargas que são feitas no Rio Cobral. Eu não sou contra as queijarias, porque eles também trazem riqueza para a nossa região e trazem postos de trabalho, mas temos que arranjar uma solução para resolver este problema.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Congratulo-me pelo facto de já termos iluminação LED na cidade de Oliveira do Hospital tal como prometido na última Assembleia Municipal.

Pessoalmente é algo que me agrada e que torna a cidade mais atrativa e ainda mais na moda.

É sempre bom percebermos que há modernização na cidade, pois quer se queira, quer não, os LED's transmitem um toque de inovação e tecnologia e demonstram que a nossa Cidade acompanha a evolução dos tempos.

Parece-me que nas cidades à nossa volta não me recorda ter visto tanta quantidade de LED's colocados.

Ainda mais importante é assinalar que este é o caminho para a poupança de energia, pois é, certamente, a tecnologia que nos permite uma maior diminuição dos custos com a fatura da eletricidade do Município.

Sabemos que tem sido feito um grande trabalho a nível de poupanças energéticas e esperamos obviamente que este programa de eficiência energética possa continuar a dar frutos.

Esperamos, agora, que o Quadro Comunitário possa permitir mais candidaturas deste tipo pois estando os LED uma tecnologia ainda cara penso que sem fundos comunitários seria mais difícil fazer esse tipo de investimento. Este é também mais um sinal de que este Executivo aproveita todas as oportunidades e todas as candidaturas para poder investir no Concelho e por isso aqui vai o nosso reconhecimento por esse trabalho.

Ainda na qualidade de Deputada Municipal, mas também como empresária do ramo de Contabilidade com estabelecimento em Oliveira do Hospital, conheço a realidade de algumas empresas nomeadamente na área de comércio e serviços. Nesse sentido não posso deixar de vir aqui reconhecer o trabalho levado a cabo pelo Município de Oliveira do Hospital e pela ADI na

promoção e incentivo às compras no comércio local e tradicional de Oliveira do Hospital.

Tenho acompanhado no contacto com as pessoas, quer pelas ruas da cidade, quer pela comunicação social e redes sociais, o trabalho que tem sido feito e que está bem visível. Ainda agora, na campanha de incentivo à compra nesta época de Natal, li com regozijo que estão cerca de cento e oitenta estabelecimentos comerciais envolvidos na campanha de Natal, sendo atribuídos prémios em forma de Vales de Natal aos consumidores que cá fazem as compras e que poderão voltar a usá-los nos estabelecimentos aderentes. Ou seja, é dinheiro que fica em Oliveira do Hospital e que pode ser novamente aplicado nas nossas empresas. Neste aspeto deve-se realçar que já em outubro, outra campanha de apelo às compras foi realizada em Oliveira do Hospital aquando do lançamento das coleções outono/inverno. Mais uma a somar a tantas outras iniciativas desenvolvidas ao longo do ano envolvendo as nossas empresas de comércio, serviços e unidades turísticas.

Olhemos à nossa volta, nos Concelhos vizinhos, e para além de Tábua, onde a ADI também desenvolve ações com o Município, em mais lado nenhum se promove tanto e se incentiva tanto as compras no comércio local e tradicional como em Oliveira do Hospital. E porque conheço, sei reconhecer, que este trabalho de proximidade feito porta a porta junto dos comerciantes ouvindo-os e aproveitando algumas sugestões e promoções e apelo às compras no nosso comércio nunca antes visto. Nunca antes o Executivo esteve tão perto nem se dedicou tanto a promover o nosso comércio local. É bom que se diga que este comércio é uma peça fundamental na economia local do nosso Concelho e estes incentivos, na minha opinião, de alguém que também tem um estabelecimento aberto, tem feito a diferença pela positiva.

É importante termos orgulho no nosso comércio local. Aqui podemos encontrar um pouco de tudo com qualidade e com uma relação de proximidade com os clientes.

O Município de Oliveira do Hospital e a ADI merecem o nosso incentivo pelo trabalho desenvolvido.

Termino desejando a todos um Feliz Natal. Boas entradas no ano de dois mil e dezasseis e, não se esqueçam, neste Natal façam compras em Oliveira do Hospital.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que não tenho nada contra a hora de realização desta Sessão da Assembleia. Acho que a hora até é uma hora agradável, podermos fazer política à tarde, é assim que se faz a política nacional, é à tarde não é à noite. Lançava um desafio aos órgãos de comunicação social mais propriamente à Rádio Boa Nova: Porque não transmitir em direto a Assembleia Municipal para que todos os Municípios possam ter um contacto mais direto, mais profundo, com a atividade política que se vai desenvolvendo no nosso Município. Ficava a ganhar a Assembleia Municipal, ficavam a ganhar os políticos do nosso Concelho, ficavam a ganhar os nossos Municípios. É um desafio que deixo e acho que poderíamos engrandecer esta nobre atividade política que temos aqui neste Salão Nobre do nosso Concelho.

Depois disto e porque a atividade política e pública também nos exige, muitas vezes, atos de penitência e desculpa, eu começo, hoje, por me desculpar: E começo por me desculpar porque as desculpas políticas, e que resultam da atividade pública, eu acho que se pedem publicamente e não se pedem particularmente. Porque também são ofensas públicas e essa correção deve ser feita também de forma pública.

Penitencio-me e peço desculpa ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal porque, de facto, fez um apontamento na última Assembleia Municipal e que merecia mais solidariedade, e um facto é um facto, em relação a um acontecimento de intervenção da parte do público que aqui existiu. Queira-me desculpar. Já não aceito o que fez aqui hoje, também não posso deixar de lhe dizer isso, com algum enfoque em relação à minha pessoa por causa de uma palavra que usei numa entrevista recente, e que também é objeto da minha desculpa. Acho que não é o seu papel, não é o papel do Presidente da Assembleia Municipal, é o papel de algum político que esteja deste lado da bancada e não desse lado da bancada.

Continuo na minha desculpa: Peço desculpa ao Sr. Eng.º Maia porque, se calhar, também fui deselegante na última entrevista que dei onde disse que não tinha capacidade política. Mas o Senhor tem muita capacidade política. Às vezes são palavras que saem. Já não teve tanta elegância quando aqui me fez um apontamento dizendo que eu podia ser mais inteligente. Aí é que digo: Olhe que não! Olhe que não!

Depois, também deixar um apontamento ao Sr. Presidente do Município e a duas entidades que merecem toda a minha consideração, nomeadamente os Senhores Gestores, por causa de uma resposta que dei, muitas vezes temos

momentos infelizes e não há problema nenhum em reconhecer esses momentos. Isso até nos enobrece e não nos diminui nada. Não me sinto diminuído por nada disso, uma palavra que utilizei num momento particularmente infeliz – corrupção. Não acho que exista corrupção, não é por aí. A honorabilidade das pessoas da Câmara, sou o primeiro a atravessar-me por ela, e da BLC3 e da Caule, exatamente da mesma forma, são pessoas que conheço e por quem atravessaria a minha honra em favor da honra e da dignidade deles mesmos.

Feito este apontamento venho àquilo que cabe politicamente, para mim, no Período de Antes da Ordem do Dia: Esse apontamento vai para duas Moções. Também trago duas Moções, em meu nome e em nome do CDS.

Uma primeira Moção que vem neste seguimento, também do pedido de desculpa à BLC3. Acho que a BLC3 tem sido uma instituição que muitas vezes com uma má comunicação, com um fator comercial muito fragilizado e que nós precisamos de incentivar, mas que é uma instituição de pendor estrutural e estruturante para o futuro do Concelho. O Trabalho do Dr. João Nunes tem que ser estimado e considerado também nesta Atividade e também tem que ser acarinhado. Tenho aqui uma Moção que defende exatamente isso e defende alguma honorabilidade que possa ter ficado ferida por um conjunto de declarações, não só minhas mas de outros atores da cena política local.

Depois, uma segunda Moção sobre um problema que me preocupa particularmente. É a questão do amianto na nossa Escola Secundária. Acho que merece a atenção e o reforço da nossa mensagem enquanto Assembleia Municipal para que o Ministério da Educação proceda o mais rapidamente possível à substituição das estruturas de amianto que ainda existem na nossa escola. Eu não vou ler as Moções para não ultrapassar o tempo que me é dado e entrego estas Moções ao Sr. Presidente da Assembleia para que as possa ler e colocar à votação se assim o entender.”

De seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para ler as duas Moções apresentadas pelo Deputado Dr. Luís Lagos:

“Primeira Moção: Moção.

*Considerando:*

*1 - Que a BLC3 é uma plataforma fundamental e insubstituível no desenvolvimento e impulso económico do nosso território que merece ser acarinhado, protegido e impulsionado;*

2 - *Que várias notícias e declarações vistas a público podem atentar contra a honra e dignidade da BLC3 e, nomeadamente, do seu primeiro responsável e impulsor, Senhor Doutor João Nunes;*

3 - *Que tais factos acabam, mesmo que indiretamente, por fazer perigar a capacidade de afirmação externa e de dinâmica interna da BLC3;*

4 - *Que importa assegurar e potenciar o prestígio externo da instituição, que ainda agora foi premiada como uma das melhores incubadoras do mundo;*

*A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital dá os parabéns à instituição BLC3 pelo prémio recentemente obtido que a consagra como uma das melhores incubadoras do mundo e transmite ao Senhor Doutor João Nunes um voto de confiança pelo trabalho realizado e também de responsabilidade, já que é muita a confiança que depositamos na instituição que o mesmo lidera no que concerne à afirmação e desenvolvimento do nosso território.*

*Proposta pelo Membro da Assembleia Municipal do CDS-PP, Luís Lagos.*

**Segunda Moção: Moção.**

*A existência de amianto em coberturas de edifícios públicos, nomeadamente de escolas é uma situação grave e que necessita de urgente resolução.*

*O amianto é constituído por feixes de fibras. Fibras que têm a particularidade de poderem ser facilmente inaladas ou engolidas, o que dará origem a graves problemas de saúde.*

*Como é do conhecimento público é uma substância cuja inalação de partículas pode provocar cancro do pulmão e outras doenças respiratórias, pelo que a sua utilização foi proibida e a Assembleia da República aprovou por unanimidade a Lei nº 2/2011 para se fazer a remoção de amianto em edifícios públicos.*

*Não obstante, a Escola Secundária de Oliveira do Hospital continua a conter amianto em algumas coberturas, o que tem gerado preocupação justificada e ação ponderada por parte de Associação de Pais dos Alunos das Escolas Secundária, já que é a saúde dos nossos jovens que está em causa.*

*Importa, agora, que o poder local, reunido na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, faça sentir junto do Ministério da Educação a necessidade de:*

1 - *Ser removido, de forma urgente e segura, a totalidade do amianto existente na escola;*

*2 - E que no entretanto que se faça a medição das partículas de amianto existentes no ar interior da escola e que se divulguem esses dados.*

*Proposta pelo membro da Assembleia Municipal do CDS-PP, Luís Lagos.”*

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Se estivessem de acordo, e apesar de serem questões de natureza completamente diferente, iríamos discutir as Moções em conjunto e faríamos a votação em separado.

Peço que cumpram com o tempo de dois minutos que o Regimento estipula.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar os parabéns ao Dr. Luís Lagos por trazer aqui estas Moções particularmente a Moção relativa ao amianto porque é uma situação problemática que também já foi abordada pela escola que já exigiu junto das entidades responsáveis a remoção do amianto e o problema ainda não foi resolvido. É importante a apresentação desta Moção.

Quanto à BLC3 obviamente que tenho de dizer aqui uma ou duas coisas que têm que ser ditas: Este projecto, que desde o início a Câmara Municipal acarinhou e que nomeadamente tem vindo a financiar, obviamente que é, para os Oliveirenses e aos olhos de todos nós, uma entidade em que depositamos grandes expectativas. Na BLC3 trabalha-se na pesquisa para a inovação, para o desenvolvimento económico futuro. Na BLC3 passam-se coisas que podem ter muito a ver com o futuro da nossa região, do nosso Concelho e, por ventura, do nosso País, de forma que é sempre de acarinhar a BLC3. Apesar de que nós já vamos estando habituados a ver alguns protagonistas aí da nossa praça, que servindo-se de alguns *blogs*, andam a denegrir em vez de se dirigirem à própria instituição e pedir esclarecimentos como é a sua obrigação de eleitos. Eu já lá fui por duas ou três vezes, o PSD já lá esteve, o João Dinis também já lá esteve, e até foi há muito pouco tempo. Eu fui lá inteirar-me do que é que se passa efetivamente dentro da BLC3. Obviamente que quem anda cá fora, que nunca lá foi, ou não foi de boa-fé para saber o que se lá passa e inteirar-se dos problemas que tem, daquilo que estão a fazer, em que situação é que estão. Isso é que é

criticável. Isso é que é de má política, é de política baixa. Vir para *blogs* criar insinuações maldosas quanto a pessoas da BLC3 e contra a própria instituição e servindo-se da própria instituição como arma de arremesso para ataque político à Câmara e à figura do Presidente da Câmara, isso é que é baixa política, isso é que temos que denunciar, isso é que não são gentes de Oliveira do Hospital que não estão aqui para defender aquilo que de bom cá temos, e estão aqui única e simplesmente para denegrir aquilo que de bom cá possamos ter.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção já não tem grande justificação porque o que eu vinha aqui dizer já foi dito pelo Carlos Maia. De qualquer modo, esta suspeição sobre a BLC3 já há muito tempo que foi lançada por uma pessoa ou duas que estão aqui dentro. Isso, realmente, já é uma situação antiga.

Congratulo-me com o Dr. Luís Lagos por ter apresentado esta Moção porque concordo com ela e vou votá-la favoravelmente.

Relativamente ao amianto, eu não lhe vou pedir isso porque a Moção é sua, mas, com certeza, também ficaria bem e não era descabido que fosse apresentada em nome da Assembleia Municipal.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho fazer uma declaração de voto antecipada e dizer que voto favoravelmente ambas as Moções mas voto favoravelmente na condição de apoiar a BLC3. Não tenho nem disponho de dados para poder formar uma convicção completa e concreta acerca do João Nunes e por isso o meu voto é simplesmente e unicamente em prol da BLC3 que, de facto, é um bem precioso para este Concelho. Relativamente ao João Nunes eu não tenho esclarecimento sobre os dados que vieram a público e até cabal esclarecimento em relação a isso eu abster-me-ia. Em relação à BLC3 voto favoravelmente.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Antigamente era só o alguns, agora já é o alguns e o muitos. Não sou só eu como vocês muito bem sabem. Mas efetivamente eu sou a única má-língua nesta Assembleia. Portanto, não se preocupem porque eu fico descansado com isso.

Sr. Eng.º Carlos Artur Maia, mui digno Presidente do Partido Socialista, o Sr. António Lopes considera-se uma pessoa responsável e por isso os Oliveirenses lhe deram a mais alta responsabilidade do Concelho. O Sr. António Lopes entregou na Judiciária e no Ministério Público dez empresas, não foi uma, foram dez empresas, cujos currículos são fornecimentos à BLC3, nunca tinham fornecido a mais ninguém. Se isto não é estranho e se os Senhores acham isto normal? OK!

O Senhor vá ler as atas desta Assembleia e diga qual foi a vez que eu neste púlpito me prenciei contra a BLC3. Nada encontrará e vai ouvir hoje outra vez que em meu entender passa por ali o futuro do desenvolvimento deste Concelho. Aqui não há dúvidas nem reservas nenhuma.

Agora, enquanto os Senhores fazem aqui estas discussões se fizessem o trabalho de casa e estudassem. Nós já aprovámos um projeto com a BLC3 promovido pela Câmara. Depois descobriram que afinal o valor não o permitia e viemos aqui aprovar dar o terreno à BLC3 e depois o terreno foi para a BLC3. E agora, ouvi dizer aí, porque a mim não me dizem, que a Câmara vai sair de lá porque parece que joga aqui com o não sei quê. O irresponsável que o Senhor está aqui a acusar conhece a lei, porque tinha a obrigação de a fazer cumprir, e o irresponsável que o Senhor aqui está a acusar que anda por aí a falar está farto de pedir a esta Câmara por escrito os documentos da Assembleia. O Sr. Presidente da Mesa disse-me aqui em julho que era só para os líderes partidários e para os independentes e eu fique sem saber o que é que eu sou.

Segundo a lei, eu e qualquer um dos Senhores, só podemos pedir documentos e intervenções através da Mesa. É isso que eu faço. Eu cumpro a lei. A Mesa e a Câmara nunca me convidaram para ir à BLC3. O Senhor Presidente da BLC3 fez um comentário lá no tal *blogue*, que se chama Correio da Beira Serra, que antigamente foi uma maravilha para os pôr aqui, e agora também há de ser uma maravilha para os de cá tirar, e eu quando prometo cumpro, portanto, convidou-me através do *blogue* para lá ir. Não me convidou pessoalmente. Eu não vou com convites através de *blogues*. Percebeu?

Se os Senhores não respeitam esta casa eu respeito. Eu sou convidado através da Mesa e estou farto de pedir ao Sr. Presidente da Mesa para fazer o favor de me dar os documentos. O que é um facto é que foram comprados geradores que custam quinze mil euros por sessenta e cinco, e ainda ninguém me explicou porquê e eu estou farto de perguntar. Essa é que é a questão.

Se eu sou um trator? Pois sou e serei até que me respondam. E vão-me responder, podem ter a certeza que vão.”

De seguida procedeu-se à votação das duas Moções apresentadas pelo Sr. Deputado Dr. Luís Lagos: Efetuada a votação, a primeira Moção relativa à BLC3, foi aprovada por unanimidade;

Efetuada a votação, a segunda Moção relativa ao amianto, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar uma breve introdução para dar os parabéns à Câmara Municipal pela Gala do Desporto. Foi um evento que ultrapassou os limites deste Concelho.

Também queria fazer um elogio público à Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos e aos jovens da minha localidade e da minha Freguesia por mais uma vez terem construído, em colaboração com a população, a Árvore de Natal, como já é conhecida.

Queria também desejar um Bom Natal a todos e às famílias de todos e também um bom ano.

Gostaria de tecer algumas considerações sobre o Relatório da Inspeção-Geral ao qual tivemos acesso porque já muito se tem falado publicamente acerca dele, e quanto a mim, nem sempre da melhor maneira. Senão vejamos: Aquele Relatório não é nem mais, nem menos, do que a aplicação à Câmara Municipal daquilo que há já muito tempo se faz nas empresas. Ou seja, aquilo que se denomina de uma análise SWOT, em que são analisados os pontos fortes, os pontos fracos, constrangimentos e dadas algumas sugestões.

Importa que ao lermos aquele relatório tenhamos em consideração o espaço temporal a que ele se refere.

Importa também referir que da leitura cuidada e atenta que fiz não constatei, nem é dito nesse mesmo relatório, que tivessem sido encontradas irregularidades nem ilegalidades. Isso é muito bom e está escrito. Foram feitas algumas recomendações e só apenas isso.

No entanto sei, porque tenho estado atento ao longo destes tempos, que algumas destas recomendações têm sido já implementadas.

Acho que é extremamente importante que isto seja dito e que seja feita uma leitura séria do mesmo relatório.

Relativamente à aquisição de bens quero referir as páginas vinte e cinco e vinte e seis do relatório que dizem: “... são notórias preocupações da autarquia na obtenção de poupanças nas aquisições de bens e serviços, reveladas, nomeadamente, pela centralização da função compras, pela utilização dos sistemas de informação anteriormente referidos, pela sistemática consulta alargada a fornecedores e pelo recurso a fornecimentos contínuos.”.

Vem também no relatório que gestão de stocks tem ajudado a redução de custos.

Portanto, acho que este relatório é extremamente importante mas tem de ser lido totalmente. Não têm que ser lidas só algumas partes e não têm que ser lidas só as recomendações.

Também quero deixar aqui o testemunho da consulta de documentação que tenho feito algumas vezes, e a que tenho tido acesso, na Câmara Municipal. Quero dizer-vos que sempre tive acesso à documentação e que nunca me foi negada qualquer documentação. Quero elogiar os Serviços, todos os funcionários, toda a Vereação, e também o Sr. Presidente da Câmara por essa transparência.

O Relatório de Transparência das Autarquias coloca a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital em segundo lugar, sendo a primeira a Câmara de Miranda do Corvo. É extremamente importante termos essa noção. Podem parecer dados contraditórios mas, de facto, não são porque correspondem a uma realidade e essa realidade só pode encher de orgulho o Concelho de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, para fazer a seguinte intervenção:

“Permitam-me, antes de entrar nas questões que me trazem aqui hoje, deixar uma nota ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Marcar esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal para uma sexta-feira à tarde, no nosso entender, não tem cabimento. Não tem cabimento, ainda para mais, quando, aparentemente, não existe qualquer razão plausível para esta marcação neste horário. Quando todos os agentes políticos, nacionais e locais, se lamentam da falta de participação política do cidadão em geral, este tipo de práticas, com esta marcação, em nada ajuda a inverter esta situação. Isto só leva a quem esteja interessado em assuntos e problemas no nosso Concelho, e que até queira

intervir e participar com alguma declaração, não o possa fazer. O caso exemplar é o dia de hoje em que se encontra muito menos participação por parte do público do que tem sido hábito até hoje. Já não falo no transtorno para os Deputados Municipais que não têm tanta flexibilidade dos horários nas suas atividades profissionais não conseguem vir a estas Assembleias Municipais com este horário. Até aqui sempre houve algum bom senso, por todos os Presidentes de Assembleias Municipais eleitos democraticamente pelo povo, para convocar/marcar Assembleias Municipais que não fossem ou sexta-feira à noite ou para sábado de manhã. Até aqui sempre funcionaram bem mesmo saindo a altas horas da madrugada. E se isto é uma experiência, a falta de participação nesta Assembleia por parte do público, leva-me a concluir que é uma má experiência. Qualquer dia só temos aqui a participar reformados ou desempregados porque quem trabalha, de facto, não pode vir às Assembleias Municipais. O facto do Dr. Luís Lagos ter proposto que as Sessões fossem transmitidas em direto, acho que é uma boa ideia, contudo, poderia ser feito noutros horários em vez de sexta-feira à tarde. Aqui fica este registo para que em futuras Sessões houvesse bom senso no sentido de evitar marcar estas Assembleias para estes horários.

Dito isto, gostaríamos de felicitar em primeiro lugar a Liga de Travanca de Lagos e todas as pessoas envolvidas na iniciativa de construir pelo terceiro ano consecutivo a maior árvore ecológica do mundo.

Relembrar o Executivo para alguns problemas que já aqui foram suscitados nesta Assembleia Municipal mas que teimam em persistir. Falo concretamente do estado lastimável do banco público, e não Sr. Presidente, não é o banco BPN, como se referiu ironicamente na última Assembleia, mas sim aquele banco público que se encontra no parque infantil no Vale do Ferreiro. Isto é um assunto sério, não é para ser levado a brincar, que põe em risco as crianças que lá brincam.

Outro problema que gostaríamos de relembrar tem a ver com a altura de algumas lombas no centro da nossa Cidade: Estas, devido ao abatimento do asfalto, continuam a ser uma dor de cabeça para alguns automobilistas que ali passam. Se existe tempo para se andar de festa em festa e em reuniões sociais não conseguimos entender esta falta de tempo para resolver estes problemas concretos.

Sobre as estradas, dizer, ainda, que o Grupo Municipal do PSD vê com bom agrado a chegada da tão desejada requalificação da Estrada Nacional nº 17. Contudo, não podemos deixar de alertar o Executivo para que não podemos só

querer a requalificação das Estradas Nacionais e deixar as nossas Estradas Municipais em mau estado de conservação como é o caso de alguns locais aqui mesmo no centro da nossa Cidade.

Por sua vez, também gostaria que o Sr. Presidente esclarece-se de uma vez por todas, e de uma forma cabal, as contas relativas às edições deste ano da EXPOH e Feira do Queijo.

Outro assunto que gostaríamos de deixar ao Executivo é que tivesse em consideração e que fossem feitas todas as diligências necessárias para que os investimentos que estão previstos por parte de algumas operadoras de telecomunicações para alargar a sua rede de internet de fibra ótica para que possam, de algum modo, fazer alguma pressão para que Oliveira do Hospital também possa ser contemplada com estes futuros investimentos que vão ser feitos a breve trecho. A vinda desta para o nosso Concelho tende a ser uma grande mais-valia e uma forma de incentivar possíveis interessados em instalar empresas de cariz tecnológico no nosso Concelho.

Finalmente, gostaríamos de, uma vez mais, saber do ponto de situação em que se encontra o processo do Café Portugal que se tem vindo a arrastar no tempo e não tem maneira de sair do papel.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à ETAR de Alvôco quero dizer ao Sr. Presidente o seguinte: A ETAR de Alvôco das Várzeas sempre funcionou bem mas de uns tempos para cá tem tido alguns problemas que são os seguintes: De vez em quando tem uns cheiros que não eram habituais. O motor que liga as máquinas fazia-o, mais ou menos, de hora em hora durante quinze minutos. Agora, segundo os vizinhos mais próximos da ETAR, dizem-nos que o motor trabalha quase contínuo. Perguntamos quem paga a eletricidade?

Mas o que incomoda é o barulho do motor que não era habitual. Este barulho é seguido, quer seja de dia quer seja de noite.

Sabemos que ouve alteração na gestão dos fornecedores de água. Com certeza que a empresa que fazia a manutenção também teria sido alterada. Segundo também os vizinhos dizem, o pessoal da manutenção era visto quase todos os dias por ali e agora já nem tanto. Não sei se o Sr. Presidente já foi informado desta anomalia porque a Junta de Freguesia não tem qualquer tipo de

intervenção na ETAR e por isso não sabemos quando é que é feita a manutenção.

Também quero deixar às entidades que se comprometeram nas reuniões que fizemos, aquando dos protestos do grupo Salvem Alvôco, do nosso desagrado por não terem cumprido com estas promessas muito em especial a boca de saída da ETAR pois, além de ter sido o melhor ano para o fazerem visto o leito do rio ter um caudal mais baixo dos últimos anos e a Junta de Freguesia ter feito parte significativa de algumas dessas promessas.

Gostaria que o Sr. Presidente interferisse perante a nova entidade e lhe desse conhecimento destes acordos que existem porque o grupo Salvem Alvôco não morre e eu temo que volte com mais força.

Quero dar uma palavra de apreço ao programa da Gala do Desporto porque foi uma gala muito bem organizada e que trouxe algum valor à nossa Cidade. Aquele dia foi um dia excecional.

Também li o Relatório da Auditoria e as minhas palavras são as mesmas do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos. Algumas pessoas dizem que vimos para aqui e que não lemos os documentos mas eu leio. Também quero dizer que as recomendações são sempre feitas às empresas auditadas mesmo que as empresas não tenham nenhum problema. As recomendações finais das auditorias são sempre feitas e todos sabemos que há sempre alguma coisa que os auditores recomendam quanto mais não seja devido ao seu estatuto de auditores.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho pena que aqui em Oliveira do Hospital o Grupo Municipal do PSD não saia do mesmo registo. É sempre o mesmo! É minimalista, é o paralelepípedo que está fora do sítio, é o fontanário que está virado para a esquerda em vez de estar virado para a direita.

Esta questão do horário de realização das Sessões da Assembleia Municipal à sexta-feira à tarde, ou quinta-feira de manhã, ou domingo à noite: Acho que na maior parte dos Municípios as Sessões da Assembleia Municipal são feitas durante a semana e a tempo das pessoas lá estarem.

Muitos parabéns pela marcação deste horário e digo que é preferível estar aqui até às oito horas da noite do que até às três ou quatro horas da manhã.

Relativamente à fibra ótica quero dizer que ando aqui há dez anos e só ouço falar em fibra ótica. Porque é que não falam de outras coisas?

O que eu gostaria de ver aqui, e vejo o Sr. Dr. Luís Lagos, representante do CDS, e vejo os representantes de outras forças, o Sr. António Lopes da parte do PCP, com proposta construtivas para construir o futuro e criar mais Oliveira.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Obviamente que não podia de deixar aqui um registo relativamente ao Relatório da Inspeção-Geral de Finanças. Retirei do relatório o que efetivamente é importante. Já aqui foi referido o que é um relatório e o que é que são as recomendações.

Relativamente à consulta de documentação nesta Câmara Municipal também já aqui foi falado que todos os documentos estão à nossa disposição mas há gente que continua a dizer: Esta Câmara não me dá, esta Câmara não me faculta, não me deixa.

Meus amigos, vamos deixar-nos, de uma vez por todas, de fazer política baixa. Continuamos a ver aqui alguém com responsabilidades a fazer política baixa e política miserável relativamente à Câmara Municipal. Continuam nos *blogues* a denegrir a imagem de Oliveira do Hospital e a denegrir a imagem da Câmara Municipal e do seu Presidente. Nós bem sabemos porquê! Porque também prometeram. Porque também disseram “*O Senhor está aí, mas só vai estar até junho porque o Senhor vai ser deposto desse lugar*”, mas até agora o Sr. Presidente da Câmara está aqui e está bem firme e vai continuar bem firme.

Não tenho qualquer espécie de dúvida que este Relatório se referiu a um período temporal em que houve recomendações. Eu também não tenho qualquer espécie de dúvida, como também penso que a maioria também não tem qualquer espécie de dúvida, que muitas coisas de lá para cá foram melhoradas dentro da Câmara Municipal.

Da última vez que aqui estive utilizei um provérbio e tentei retratar aqui alguém tal como aquela lenda do Dom Quixote de la Mancha: O Dom Quixote de la Mancha continua ainda por aí, contra os moinhos de vento, arrastado por alguns Sanchos Panças que por aí andam. Mas nós já sabemos quem eles são. Oliveira do Hospital e os Oliveirenses já sabem quem eles são. Se eles pensam que é por essa via que se vão credibilizar junto dos Oliveirenses, é bom que se desenganem porque isso não vai acontecer, cada vez vão estar mais isolados, e cada vez vão estar mais a falar sozinhos. Não tenham ilusões.

Portanto, Sr. Presidente da Câmara, continue no seu rumo, continue na sua luta com o vigor que lhe conhecemos porque o Senhor está no bom caminho. Deixe-os falar porque eles não vão longe.

O que eu lamento é que a reboque destes blogueiros que por aí andam, e devo dizer que me chocou Sr. Dr. Luís Lagos, fiquei chocado. O Senhor já há pouco aqui se retractou e ainda bem que o fez porque nestas coisas é bom, por vezes, nós sabermos separar o trigo do joio. Ainda bem que o Senhor se está a aproximar do trigo. Deixe a parte do joio. Não vá por aí! Devo dizer-lhe que em política não vale tudo e o Senhor foi infeliz como também o responsável do Partido Social Democrata foi infeliz naquilo que fizeram no *blogue* e às entrevistas que fizeram ao *blogue*. Foram muito infelizes porque os Senhores deveriam ter a responsabilidade suficiente para conhecer quem é a figura do Presidente da Câmara. Os Senhores têm obrigação disso. É muito infeliz vir criar ou vir fazer afirmações para esse *blogue*, como os Senhores vieram, pondo em causa a honestidade e a honorabilidade da figura do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Isso chocou-me e não estava à espera! Com frases assassinas! Isso, eu não admito, porque em política não vale tudo! Eu ataquei aqui muitas vezes enquanto fui Vereador da Câmara e enquanto estive aqui na Assembleia Municipal e quando o Prof. Mário Alves estava aí sentado mas nunca, nem olhos nos olhos, nem através de entrevistas, eu alguma vez me permiti dizer que o Sr. Presidente da Câmara Municipal da altura era desonesto, ou criei suspeições acerca da honestidade dele.

Tinha mais coisas para dizer, mas espero bem que saibamos ser responsáveis e saibamos separar o trigo do joio.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Se me permitem também queria fazer uma intervenção como Membro da Assembleia Municipal.

Primeiro quero responder ao Sr. Eng.º Rafael para lhe dizer o seguinte: Relativamente à “*falta de bom senso*”, dou-lhe aqui exemplos estatísticos de outros Municípios. O Senhor é formado em áreas extas, creio eu. Dei-lhe aqui exemplos estatísticos. Se a grande maioria, oitenta por cento, dos outros Municípios fazem as Assembleias à tarde porque é que nós não havemos de fazê-las?

Por outro lado, referir, também, que alguma oposição se insurgiu contra a hora a que habitualmente saímos daqui. Referir, também, que alguns

Membros propuseram, na última Assembleia, que se fizessem as Assembleias à tarde. Também é importante referir que temos aqui noventa e oito por cento dos Membros o que não acontecia nas Assembleias à noite.

Portanto, o Senhor perdeu uma grande oportunidade para não defender o que defendeu, embora respeite a sua opinião, porque o Senhor nem sequer fundamentou aquilo que defendeu. Limitou-se a dizer é assim porque é assim e é falta de bom senso. Se o Senhor fundamentasse teria toda a razão. O único argumento é o público. O Senhor disse que era falta de bom senso. Eu devolvo-lhe o epíteto e digo-lhe que falta de bom senso é vir aqui com uma opinião sem ter fundamento para o fazer. Isso é, unicamente e simplesmente, um preconceito.

O Sr. António Lopes também referiu que faltam três Pontos: De facto faltam quatro mas devo dizer-lhe que nunca me ouviu defender o indefensável e por isso vou dizer-lhe que o Senhor tem razão e vamos tentar melhorar nesse aspeto.

Também acho uma boa ideia, a que o Sr. Dr. Luís Lagos trouxe aqui: Penso que a transmissão pela Rádio Boa Nova era uma forma de difundir no Concelho o que se passa aqui nas Assembleias Municipais. Só que, se calhar, traria um problema. A ser assim viria menos público e há algumas pessoas que estão preocupadas por não terem público.

Peço-vos um pouco de atenção. Sei que algumas afirmações são um pouco desconfortáveis e as pessoas manifestam-se. Quando as coisas não agradam as pessoas manifestam-se mas eu gostaria de ser ouvido com calma e até com alguma elevação.

Estive a ler a ata da última Sessão e há aqui dois ou três pontos que queria referir muito sucintamente: O Sr. António Lopes referiu, página oito da ata da última Assembleia: “... *recebi o parecer da CADA. Espero que o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia e os Membros da Assembleia tirem as devidas relações do parecer*”.

O que eu queria pedir ao Sr. António Lopes é que concretize. Diga-me qual é a relação que tira do parecer da CADA? Eventualmente, posso não estar a ver bem.

Uma outra afirmação do Dr. Luís Lagos também na última Assembleia: “... *contará sempre com a minha solidariedade, com o meu apoio, para enfrentar a ordem, e as regras nesta Assembleia. Mas não a terá com este Regimento que foi feito a correr, atabalhoadamente, em duas Assembleias de que não orgulham a história da democracia em Oliveira*”.

Lamento que o Dr. Luís Lagos tenha ido atrás do que de pior eu tenho visto nesta Assembleia.

Volto a repetir: O Regimento foi transcrito em cerca de noventa por cento do Regimento anterior. Já repeti isto, aqui, três ou quatro vezes;

As partes novas foram transcritas da lei, não são de minha invenção;

Este Regimento tem apenas dois artigos novos;

O Regimento anterior foi aprovado pelo Deputado do CDS, se não me engano, no mandato de dois mil e cinco, que é praticamente o mesmo que temos aqui hoje;

Isto, para lhe dizer que o Regimento não foi feito atabalhoadamente. O Regimento foi discutido em duas Sessões e só não propôs alterações quem não quis, não pôde, ou não esteve para isso. Se não está perfeito é porque o Senhor não fez as suas próprias propostas, se fizesse proposta estaria um pouco melhor. Posto isto, não consigo integrar uma afirmação destas, que o Senhor fez, naquilo que conheço de si. Não consigo! Eventualmente, o defeito é meu.

O Sr. António Lopes também me pede, página sessenta e nove da última ata, que lhe diga: “*qual e o artigo em que se baseia para dizer que eu não posso apresentar propostas em todos os Pontos*”.

Não pode apresentar propostas em todos os Pontos. Só pode apresentar em cada Ponto em relação à matéria que estamos a discutir. Tem aqui o artigo 26º, nº 3, que se refere a este assunto, mas se quiser compre o Guia das Assembleias do Dr. Roque Laia e isto está lá muito clarinho. Pode apresentar proposta mas é em relação a esse Ponto em concreto.

Queria referir muito rapidamente a questão do Relatório de Auditoria: É óbvio, e já foi aqui dito, nomeadamente pelo Sr. Agostinho que fez uma síntese, a meu ver, perfeita, e depois o Sr. António Soares também o tinha feito, e disse que os Relatórios de Auditoria não são, de modo nenhum, só para dizer bem ou só para dizer mal. São para fazer a apreciação concreta e para tecer recomendações. O que vemos do Relatório, e aqui é que é a parte importante, é que de uma maneira geral é um Relatório extremamente positivo para a Câmara.

Trazia aqui algumas citações daquilo que fui lendo mas não vou agora falar delas o que vou dizer é o seguinte: Como sabem, da minha experiência pessoal, enquanto Subdiretor-Geral do Tesouro fui auditado muitas vezes pela Inspeção-Geral de Finanças e pelo Tribunal de Contas e, devo dizer, muito poucos foram os Relatórios com este nível de apreciação tão positiva. Conheço muito bem os limites dos Relatórios da IGF e também do Tribunal de Contas,

sei que os inspetores têm uma formação muito perfeccionista e auditam Municípios e Órgãos do Estado com poder e com meios muito superiores a este, portanto, até era suposto que as críticas fossem maiores. Não o sendo a Câmara continua de parabéns. Em sessenta pontos de apreciação só em catorze é que têm assuntos a recomendar. Isto é o suficiente para tecer louros a esta apreciação que é honesta porque é feita por um órgão independente. Devemos apreciá-la em bloco e não como eu vi aí publicado só a parte das críticas o que é, a meu ver, uma desonestidade intelectual. Dar os parabéns à Câmara pela apreciação globalmente muito positiva que foi feita pela Inspeção-Geral de Finanças.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Tive o cuidado de mandar este Relatório a todos os Membros desta Assembleia mas, só sucintamente, porque eu respeito o tempo, disse aqui o que é relevante: *“E se o acesso pode ser facultado à generalidade dos cidadãos deverá, por maioria de razão, ser disponibilizado a um eleito local que o requer. No caso concreto está em causa o acesso a informação, listagem de pessoal e a sua atual colocação, feita entre entidades de direito privado mas em relação às quais a autarquia tem uma participação: ADESA, BLC3, etc, como o acesso a informação contratual relacionada nos ajustes diretos.”*

Depois diz aqui no ponto quinze *“Uma vez que a requerida afirma não ter na sua posse a listagem dos trabalhadores oriundos da BLC3 a trabalhar na Câmara...”*, que me dizem que não é, não os puseram na lista e até já me disseram, hoje, que alguns até têm dinheiro para receber. Eu vou arranjar a lista, já que o Sr. Eng.º Carlos Artur gosta de questionar quem trabalha com honestidade, eu vou-lhes arranjar os documentos todos. *“... deve nos termos do artigo 14º, nº1, alínea d), informar que não possui o documento e se souber qual a entidade que o detém remeter o requerimento com conhecimento ao requerente, pois a BLC3 embora seja uma entidade privada também está sujeita à LADA, de acordo com o artigo 4º, nº2, alínea b), pois a respetiva gestão está sujeita a um controle por parte da autarquia conforme resulta do seu estatuto.”*

Agora, pergunto: Porque é que os Senhores não me dão os documentos depois da CADA lhes dizer isto?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero deixar aqui uma nota: Há pouco houve aqui um recado entre dentes colocando a honra de alguns jornalistas em causa. Não sei se a Assembleia se apercebeu disso mas foi visível e eu queria dizer o seguinte aos Senhores jornalistas, à jornalista da Rádio Boa Nova, ao jornalista da Comarca de Arganil, ao jornalista da Folha do Centro: Dou-vos os parabéns porque há bocado houve aqui uma insinuação grave, na minha opinião. Felizmente que há um jornalismo livre e independente mas também há um jornalismo de encomenda. Bastaria vermos que o primeiro honra os profissionais do jornalismo. O segundo é apenas para servir o seu dono por dinheiro.

Hoje também prometo que será a última vez que vou fazer aqui uma intervenção para todos refletirmos: Têm vindo a ser levantadas um conjunto de suspeições, não só sobre mim, como Presidente do Município, mas também sobre o meu Executivo, sobre os meus Serviços, sobre os meus dirigentes, sobre os meus funcionários. Sempre, sempre, pela mesma pessoa.

Não teria esta intervenção se o ataque político fosse só feito a mim porque quando me candidatei a Presidente do Município sabia que tinha de ter as costas largas para apanhar as pancadas, as que mereço e as que não mereço. Mas o que me incomoda é quando se coloca a honra dos nossos técnicos e dos Vereadores que não têm nada a ver com os erros do Presidente e sobretudo os Serviços. Por exemplo, quando se diz que faltam trezentos mil euros. O Presidente da Câmara não mexe em dinheiro e como é que faltavam trezentos mil euros? Quem está a fazer esse número, nós sabemos que é para atacar as pessoas que trabalham. Mas depois já faltavam um milhão de euros. Até disseram que na segunda-feira vou fazer queixa no Ministério Público. Fazem-se queixas no Ministério Público quando se desconfia que alguém roubou alguma coisa.

Como Presidente da Câmara tenho que defender a honra dos meus Vereadores e dos trabalhadores da Câmara sobretudo dos Diretores e todos aqueles que trabalham com estes dinheiros. No combate político comigo podem combater porque eu também o faço. Quem me conhece sabe que eu nunca me encolhi em nenhuma situação e por isso quero dizer e é a última vez que vou falar nisto: Esta nota sobre o jornalismo foi completamente degradante. Há aqui um Deputado que está convencido que tem alvará para passar atestados de seriedade e honradez às pessoas. Ele está convencido mas não tem condições para tal. Na minha opinião essa pessoa não reúne condições para passar esses

alvarás. Algumas situações, que eu considero degradantes, da vida política Oliveirense, estão sempre num fórum onde o Presidente do Município, a sua equipe e os seus Vereadores não participam por uma questão de ética. Não participam naquele fórum onde são violentamente atacados sem se poderem defender.

É a última vez que vou falar neste assunto e vou tecer aqui palavras duras. Quero dizer o seguinte: Não voltarei mais a este tema independentemente dos ataques que me possam fazer. Alguns que falam de corrupção sabem muito sobre ela pois suspeito que a fortuna que fizeram através de cursos tirados numa universidade na ilha. Sobre isto sei muito. Sobre isto muita gente sabe muito. Digo que foi isso que me afastou de algumas pessoas. Dizem bem, os nossos interesses não eram e não são comuns. Eu fui eleito para defender o Concelho e trazer desenvolvimento enquanto outros foram eleitos para encher o ego e para aparecerem nos jornais.

Para concluir diria: Se tivessem uma vida limpa como a minha aceitava-lhe as lições de moral mas eles não têm moral para me dar e têm muito para me ensinar em coisas ilícitas que praticaram. Sobre isto não falarei mais mas se alguns aqui se sentirem ofendidos por estas minhas palavras que me metam no Ministério Público que eu terei toda a honra de lá ir prestar declarações e dizer aquilo que sei.

Agora vamos àquilo que interessa e passo a responder aos Senhores Deputados: Há aqui temas que são transversais. Há aqui coisas que parecem de Deus. Eu sou católico e às vezes acontece isto. Os índices de transparência saíram ontem. O Município de Oliveira do Hospital está no décimo oitavo lugar em termos de ranking. No distrito de Coimbra estamos em segundo lugar. Ninguém poderia ter feito uma defesa tão boa como o Prof. António Manuel e por isso alguns têm que ficar a falar sozinhos, e prometo que não vou perder mais tempo com discussões estéreis.

O Jornal do Dono dizia que o índice de transparência que é feito pela Universidade Nova que não vale nada. A imprensa de hoje tem aqui uma notícia do Coordenador Científico da Universidade Nova que diz o seguinte: “*este não é só um exercício académico, hoje os Municípios são mais transparentes do que quando começámos há três anos, acrescentando que não existe no mundo uma ferramenta tão robusta como esta para medir a transparência Municipal*”. Isto está escrito na imprensa de hoje.

Diz ainda: “*Transparência dos Municípios depende da vontade política e não da dimensão.*” Isto é verdade e nisso nós somos o exemplo.

Na última Assembleia eu disse que sobre o Setor da Água que tínhamos que dizer aqui quem estava a mentir, se era eu, ou se era o Deputado António Lopes, e o que é que aconteceu? Criou-se uma Comissão para analisar os papéis e vieram várias pessoas de partidos diferentes, o Dr. Luís Lagos, o Eng.º Carlos Artur, o Dr. Nuno Vilafanha, o Prof. António Manuel Soares e o Sr. Aníbal. Chegou-se a uma conclusão. Eu agora pergunto a essas pessoas quem é que é o mentiroso? Quem é que mentiu a dizer que havia receita na água de um milhão e quatro mil euros? Essas pessoas que estiveram nessa Comissão têm a obrigação de dar essa resposta porque lhes foram apresentados todos os documentos para sabermos quem é o mentiroso aqui dentro. É assim que se desmonta essa mentira em relação aos custos da água. Eu na última Assembleia disse que se iria criar uma Comissão. As pessoas vieram cá e tiveram acesso a tudo. Hoje pode-se dizer aqui, cara a cara, quem é que mentiu. Andavam a dizer que a água dava um lucro enorme e a fazer a manipulação dos números. Sobre este assunto também estamos falados.

Dr. Luís Lagos, tenho aqui uma nota para si: Eu aceito as suas desculpas porque sei que são sinceras. Também lhe digo que me pôs a jeito dentro do Partido Socialista para levar pancada mas não lhe digo o resto.

Sobre o Relatório da Auditoria: Este Relatório é um mimo à gestão da Câmara Municipal quando nós até tínhamos menos experiência de gestão.

O Relatório diz o seguinte: *“Os Municípios estão sujeitos apenas à tutela de legalidade nos termos constitucionais, ou seja, dispõem de autonomia administrativa e financeira não estando sujeitos a diretivas ou instruções emanadas por outros órgãos nos termos constitucionais”*. Isto é claro como a água. A Inspeção-Geral de Finanças veio ver as ilegalidades e tem legalidade para nos fazer recomendações e sugestões. Nós já mudámos algumas coisas desde que tivemos conhecimento do Relatório. Quando há ilegalidades na gestão municipal a Inspeção-Geral de Finanças faz a participação para as entidades competentes mas como podem verificar não foi feita nenhuma participação porque estava tudo dentro da lei. Isto está claro como a água e não são precisas palavras porque palavras, leva-as o vento.

Na presente auditoria não foram evidenciadas quaisquer ilegalidades tendo sim a Inspeção-Geral de Finanças efetuado um conjunto de recomendações que muitas delas já estão a ser acatadas pelos serviços e se nós podermos melhorar a organização devemos fazê-lo.

Em matéria de constituição de júris eles dizem que deveríamos efetuar a rotatividade nos membros de júri mas percebe-se o seguinte: Ainda há pouco

tempo fiquei só com um engenheiro nas obras públicas, que é o Eng.º Fernando Vicente, e por isso não posso fazer rotatividade quando lanço um concurso na área das obras públicas. Só tenho um engenheiro e por isso como é que eu posso fazer rotatividade se não tenho cá mais nenhum?

Na área de Contabilidade e Finanças só tenho duas pessoas que podem ser membros de júri, a Dra. Raquel e a Dra. Ana Esteves, e por isso a rotatividade é essa e não pode ser outra.

Quanto aos ajustes diretos e à necessidade de eventual consulta de mais do que um fornecedor ou empreiteiro muitas das vezes já se pediram quatro orçamentos. Por isso sobre isto estamos falados e não vale a pena voltar a falar mais porque está tudo dito.

A auditoria diz, em termos de ação financeira, que poupámos e diz ainda que a Câmara adotou todos os procedimentos da DGAL e que estavam todos em conformidade. Isto não é mérito do Presidente da Câmara é mérito dos Serviços porque fazem o trabalho bem feito.

Na minha opinião este Relatório dignifica muito o Executivo atual como também dignifica o Executivo do Prof. Mário Alves e quanto a isto estamos conversados.

Alguns quiseram transformar isto numa série de ilegalidades e querem ser inspetores e querem ser várias coisas ao mesmo tempo mas não conseguem. Depois vêm estes resultados da Transparência Municipal, de organismos independentes, que os coloca mal porque esta notícia saiu ontem e hoje era a Sessão da Assembleia Municipal.

Quero terminar com este assunto e dizer que a mim só me ofende quem eu quero.

Passo agora a responder aos Senhores Deputados: Sobre a despoluição do Rio Cobral, eu também acho que sim.

Relativamente à Gala do Desporto queria agradecer as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares.

Ao Eng.º Rafael quero dizer que relativamente ao banco eu efetivamente peço desculpa se ele ainda não foi arranjado. Eu acho que tem toda a razão em reclamar. Pode ser uma coisa pequena mas que pode pôr alguma criança em perigo.

Sobre o Café Portugal tenho aqui uma boa notícia para lhe dar: Não me pode responsabilizar pelas obras do Café Portugal porque é um edifício privado

mas posso dizer-lhe que em janeiro a obra vai começar. Isto foi-me comunicado pelo proprietário esta semana.

Relativamente às questões sobre a EXPOH e sobre a Feira do Queijo quero dizer-lhe que quando quiser pode vir ver os documentos porque nós não temos nada a esconder. Algumas pessoas conhecem bem a lei e sabem que todas as pessoas têm acesso a qualquer documento. Por exemplo, esta consulta aos documentos da água foi muito boa para provar quem é que estava a mentir. Quem mente uma vez mente em todas e tem sido na água e tem sido no resto.

Quero ainda dar outra nota que acho que é importante: A Câmara Municipal acaba de ganhar dois processos muito importantes. Um deles é referente a um loteamento em que executamos umas obras porque os promotores não as executaram. É uma obra que custou cerca de cem mil euros. Um dos promotores fez uma providência cautelar para impedir que tivéssemos acesso aos cerca de cem mil euros. A providência cautelar foi contestada e já findou com a absolvição do Município. Também foi proferida sentença a favor do Município no processo da CRAPTUR o que vai ilibar a Câmara de ter responsabilidades, como alguns queriam. Quero registar o bom trabalho dos advogados mas também referir que para ganharmos os processos sempre tivemos a razão do nosso lado.

Dizer ainda que o nosso trilho é o que foi referido pelo Eng.º Carlos Artur. Eng.º Carlos Artur, obrigado pelas suas palavras e pela sua defesa.

Importa também referir que a Câmara Municipal é de todos e não é nossa e por isso tudo tem que ser transparente. Os que pensavam que a Câmara era deles, viu-se o resultado que tiveram.

Digo-vos com orgulho que a Câmara Municipal trabalha dentro da lei e este Relatório da Inspeção também mostra isso.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município e foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Como os Senhores viram anda aqui muita gente nervosa e pensam que eu também me enervo. O problema é que eu sou mais velho do que eles todos e quando eles nasceram já eu era velho.

Vamos ao Ponto I: Isto é a ditadura da maioria. Os Senhores cortam, atam e ofendem. O Sr. Presidente pode falar meia hora para me ofender e eu não me posso defender. Eu sou um ladrão. O Sr. Presidente é muito corajoso mas não disse quem é o ladrão. É uma pena não ter dito. Se eu começar também

aqui a dizer o que me dizem os do Partido Socialista por causa dos vinte e cinco mil euros que lá andam e o que o Sr. Presidente da Câmara dizia da BLC3 quando eu andei a defende-la, mas eu não caio ao nível do Sr. Presidente da Câmara. Eu sei que estou no Salão Nobre e sei qual é a dignidade do Salão Nobre. Há pessoas que não sabem. E ele anda atrapalhado e quer-se valer de tudo mas comigo não tem hipótese nenhuma.

Quanto ao Ponto I é muito rápido: Na última Assembleia referi que a bola e as festas tinham mais do que todo o resto. Estamos em novembro, a bola tem oitocentos e vinte e cinco mil euros e está a ganhar por quarenta e seis mil euros à educação. A família tem duzentos e tal. Portanto, isto é que são os números e contra estes não há cá conversa, isto é que é a gestão desta Câmara. É festas e bola, é isto que temos e é isso que aqui anda.

O que é um dado adquirido nesta Câmara é que a política é esta e depois vamos ver no Orçamento que daqui não se sai. O Orçamento volta a reforçar ainda mais trezentos mil euros para a bola. Sei que os Senhores Presidentes de Junta já andam insatisfeitos porque vão cortar-lhes agora um bocadinho por causa das “uniões”. O dinheiro em vez de ir para as Juntas e para se fazer o que se devia fazer, é preciso é apostar na bola, ir dizendo meias palavra, ir jogando para a frente tentando desacreditar as pessoas. Mas os números estão cá, os números não negam e vê-se aqui qual é a matriz que as pessoas têm na sua governação. Por mais que falem, por mais debate, por mais palmas que lhe batam, por mais que façam, estas é que são as realidades, os números que estão aqui.

Daqui a pouco vamos ver que tornaram a cortar no apoio aos estudantes, na natalidade é aquilo que nós sabemos, mas como vamos ter Pontos para falar disso e, como eu não gosto que me mandem calar, falamos depois nessa altura. Mas está bem clarinho, para quem quiser ver, qual é a matriz de orientação deste Executivo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Licínio Manuel Silveira das Neves, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria aqui fazer três considerações a três pessoas: Pelo tempo que aqui tenho passado nesta Assembleia, há aqui muitas pessoas que eu gostaria de lhes fazer alguns elogios porque, de facto, identificam-se muito comigo.

Essas três pessoas são o Sr. Presidente da Câmara, o Dr. Luís Lagos e o Sr. António Lopes. É verdade que o Dr. Luís Lagos e o Sr. Presidente da Câmara será pela positiva. O Sr. António Lopes será pela negativa.

Ao Sr. Presidente da Câmara dizer que ao longo destes anos conheci um grande homem que, de facto, tem demonstrado uma honestidade tremenda, capacidade de estar à frente dos destinos de Oliveira, uma pessoa que eu não deixo de admirar e pela qual tenho muito orgulho por ser o Presidente da Câmara. De facto é do melhor que há.

Ao Sr. Dr. Luís Lagos, que não conhecia, conheci-o aqui na política, quero dizer que se identifica comigo. Fiquei muito triste quando li a entrevista que ele deu à Boa Nova mas vou estar outra vez feliz porque, de facto, ele não me enganou e retractou-se aqui muito bem.

Dr. Luís Lagos, o Senhor continua a ser admirado pelo Licínio porque o Senhor merece.

Ao Sr. António Lopes também tenho que o elogiar pela negativa por uma razão simples: Acho-o um homem com uma capacidade, com uma fortaleza que não deve haver no universo. Com a resistência que ele tem de vir aqui a esta tribuna dizer aquilo que diz.

Digo-vos com toda a sinceridade: Eu tenho sessenta anos e nunca fiz uma denúncia a ninguém mas se tivesse esse feitio de andar a fazer denúncias eu não era capaz de vir a esta tribuna, depois de apresentar queixas em Tribunal, porque esperaria pelas respostas do Tribunal e não vinha aqui pedir explicações. Então, andamos a fazer duas coisas ao mesmo tempo? Eu, sinceramente, gostava que me explicassem para perceber isto!

Acho que o Senhor pode vir aqui dizer mil palavras mas eu não acredito em uma.

O Sr. Presidente tem todo o meu apoio. Os sérios, ao longo do tempo, vão-se mostrando aqui nesta Assembleia. Julgo que ao fim desta legislatura ninguém vai ter dúvidas de quem são os sérios, os retos, as pessoas de bem e as pessoas do mal. Ao longo de quatro anos eu não tenho dúvidas nenhuma de que vai estar tudo esclarecido.

Tenho que elogiar o Sr. António Lopes pela capacidade de resistência que tem. É um homem muito resistente e digo-lhe que há poucos homens capazes de fazer o que o Senhor faz.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Licínio, agradeço-lhe as suas palavras.

O que nos deve orgulhar na Câmara Municipal é olharmos para as contas que vêm aqui e sabermos que terminaremos o ano com todas as despesas pagas. Os serviços, até ao final do ano, trabalham com esse objectivo.

Neste momento somos uma Câmara sustentável, que honra os seus compromissos, e isso demonstra uma gestão rigorosa do meu Executivo e da minha equipa.

Poderíamos voltar a comparar quantos empréstimos temos. Se vocês virem a folha do mapa dos empréstimos, podem verificar que acabámos de pagar um empréstimo que vinha desde o dia vinte e nove de setembro de dois mil e, só em dois mil e quinze, neste empréstimo, amortizámos cento e noventa e dois mil euros.

Mas vão pagar-se mais porque se aumentar receita do IMI esse valor vai ser para amortizar nos empréstimos.

Isto demonstra, claramente, que não é com palavras mas é com os números que se mostra a gestão deste Município.

Há pessoas que mentem permanentemente mas depois vêm estes mapas que comprovam que essas pessoas mentem.

A documentação que têm na vossa posse comprova a saúde financeira do Município.

Os Senhores Presidentes de Junta podem ficar descansados porque vamos fazer dois anos de grande mandato e alguns vão dizer que guardámos o dinheiro, para estes dois últimos anos, por uma questão eleitoral.

Que abram as candidaturas aos Quadros Comunitários porque nós estamos com possibilidades para nos candidatarmos e certamente que faremos um grande mandato.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a atributos próprios para o ano de 2016, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de Taxas Municipais em vigor.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto II -Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a atributos próprios para o ano de 2016, nos termos já fixados nos

artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de Taxas Municipais em vigor, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da “Proposta de Alteração ao Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior”.

Depois, o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, deu a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao amianto, e já há muito que se fala deste tema, e até diria que esta Moção já vem um bocadinho atrasada, mas dizer o seguinte: Este assunto tem sido debatido em vários órgãos de responsabilidade educativa nomeadamente na Direção do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, na Assembleia da Associação de Pais, no Conselho Municipal da Educação, na Câmara Municipal e, obviamente, na DGEstE.

No último Conselho Geral, do qual também faço parte juntamente com os meus colegas Vereadores, O Dr. José Francisco e o Prof. Nuno Ribeiro, este foi um assunto bastante debatido e até já se tomaram posições.

A Associação de Pais tem promovido o movimento “Amianto, Não”, e desafio-os a todos para se associarem a este movimento e está também em marcha uma petição de reivindicação à retirada destas placas de fibrocimento.

Dizer também que o Conselho Municipal de Educação tentou/procurou que todos os conselheiros estivessem envolvidos neste protesto e num dos Conselhos Municipais de Educação foi também enviado à Administração Regional de Saúde um pedido de parecer sobre o estado de degradação destas placas e devo dizer que a resposta obtida foi para que a DGEstE procedesse rapidamente à remoção destas placas.

Acrescento dizendo que na reunião de Câmara estes assuntos foram bastante debatidos com a presença, ainda, da Delegada Regional e que ela disse várias vezes, e este assunto ficou também registado em ata, que não havia disponibilidade financeira para fazer esta obra. E é isso que eu devo dizer ao Sr. Deputado Luís Lagos.

Efetuámos todas as diligências que estavam ao nosso alcance e congratulo o trabalho da Associação de Pais, reforço o trabalho do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, aqui na pessoa do Prof.

Carlos Carvalheira, congratulo os Conselheiros do Conselho Geral e todos os órgãos que têm colaborado na reivindicação de remoção destas placas.

Relativamente à proposta de alteração ao Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo quero dizer o seguinte: Como sabem, a Câmara Municipal já há muito que atribui Bolsas de Estudo para os alunos do Ensino Superior. Quando viemos para a Câmara Municipal, em novembro de dois mil e nove, o Sr. Presidente da Câmara, José Carlos Alexandrino Mendes, quando tomou posse, e eu acompanhei-o logo no primeiro mandato, o que encontrámos relativamente à atribuição de Bolsas era de que apenas eram atribuídas dez Bolsas: Cinco Bolsas para alunos que frequentavam a ESTGOH e cinco Bolsas para alunos que frequentavam outras faculdades. Dez Bolsas na totalidade. Devo dizer que nesse ano de dois mil e nove, tomei posse a nove de novembro de dois mil e nove, tinham sido atribuídas para esse ano lectivo sete Bolsas. Trinta e quatro jovens tinham-se candidatado a essas Bolsas mas apenas sete alunos tiveram benefício de bolseiros da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital com um valor de seis mil e oitocentos euros.

Face à crise que se fez sentir, entrámos, como sabem, numa época muito difícil de crise económica do nosso País em que as famílias também atravessavam e atravessam, infelizmente, muitas dificuldades e numa linha humanizante, que retrata e caracteriza este Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, José Carlos Alexandrino, entendemos que era importante tomar uma opção política séria na atribuição de Bolsas de Estudo. A primeira medida foi determinar, não o número de bolsas mas, o valor em Orçamento. O primeiro valor em Orçamento foi de vinte e cinco mil euros e entretanto reformulámos o Regulamento.

O Regulamento, que hoje está na proposta de alteração, permitia que muitos mais jovens se pudessem candidatar e que muitas mais famílias pudessem ajudar os seus filhos a poderem frequentar o Ensino Superior.

Ainda assim, até antes de terminarmos o primeiro mandato, entendemos, e porque tivemos muitos candidatos a pedir ajuda, devo dizer que temos cerca de noventa candidaturas, que vinte e cinco mil euros não chegava e, então, aumentámos o valor em Orçamento para cinquenta mil euros. Uma aposta bem clara na Educação. Uma aposta bem clara no futuro dos nossos jovens.

Neste momento, e no último ano lectivo, atribuímos, dos noventa candidatos proposto, quarenta Bolsas.

Cinquenta mil euros, quarenta Bolsas, foi o valor atribuído por este Executivo nos últimos anos lectivos.

Porque queremos manter esta noção de ajuda e de justiça é importante adaptarmo-nos aos novos tempos e é daí que vem esta proposta: Ouvindo os nossos jovens, ouvindo o Conselho Municipal de Educação, ouvindo os Parceiros da Educação, ouvindo e partilhando ideias com várias pessoas e vários Encarregados de Educação, que nos fizeram chegar também críticas, entendemos que estava na hora de fazermos estas alterações tendo em conta este número de jovens a pedir ajuda à Câmara Municipal.

A alteração mais significativa que está neste Regulamento vem deste sentir de apelo e de ajuda que consiste num conceito de justiça que também, certamente, os Senhores Deputados serão sensíveis: O nosso Regulamento dava prioridade às Bolsas de alunos que tinham Bolsa no ano anterior. O ponto de partida é que todos os alunos façam a sua candidatura, independentemente de terem tido Bolsa ou não no ano transato mas, depois de reunidas todas as condições de candidatura, os tais noventa alunos, desses noventa, vamos supor, que trinta eram alunos que já tinham Bolsa no ano anterior, e segundo o anterior Regulamento esses alunos eram prioritários.

Ora, o que é que aconteceu no ano passado, realmente, tivemos muitos alunos prioritários, ou seja, tivemos muitos alunos a fazer renovação de Bolsa e concluímos que pela lista de prioridades, que é feita pelo valor *per capita*, percebemos que aqueles alunos que ficaram de fora, os novos alunos, tinham um valor *per capita* muito inferior e precisavam de mais ajuda do que aqueles que ficavam na lista de renovações.

Não está aplicado o critério de justiça e, assim sendo, entendemos propor aos Senhores Deputados a alteração deste Regulamento que assenta neste importante critério da igualdade e do ponto de partida que é atribuir Bolsas aos alunos que devem, todos eles, ser graduados numa lista de valor *per capita* e não nas renovações.

Há uma outra alteração que quero destacar que é o facto de que situações de emergência, que acontecem em qualquer momento no agregado familiar, e também deixámos aqui em aberto a possibilidade, de em qualquer altura do ano, os alunos que passem por essa situação de emergência, que já se encontrem a frequentar o Ensino Superior, possam pedir Bolsa.

Estas são as alterações mais significativas que eu queria destacar nesta minha intervenção.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Assembleia há pouco não me deixou fazer o contraditório. Eu peço só uma tolerância de vinte segundos para dedicar uma quadra ao Eng.º Maia e dizer-lhe: Lá vem o Maia sempre chateado e rezingão a pôr em causa os Deputados da oposição mas fique o Maia a saber que este aqui só vai refletindo a favor do Alexandrino.

Quanto à intervenção da Sra. Vereadora quero dizer-lhe que obviamente não quero pôr em causa todo o trabalho feito, percebeu mal o intuito da minha Moção, muito menos o trabalho do Diretor do Agrupamento, que eu conheço e que é vastíssimo, e que é uma pessoa por demais competente, e que este Concelho necessita dele até, se calhar, para outro tipo de voos no futuro, digo eu.

Eu quero é reforçar a mensagem que chega ao Governo Central com uma Moção dos Deputados do Município porque isso dá outra força e outra capacidade. Eu não estou a pôr em causa que o problema do amianto já existe há muito tempo. Não me lembrei só agora. Se se tinham lembrado antes, já deviam ter feito isso antes, trazer aqui uma Moção para ser votada para ganhar corpo e capacidade política para chegar a quem de direito e podermos estar reforçados em quem tem a capacidade de decisão com o nosso poder de pressão político. Isso dever ser um trabalho dos Deputados, e que pode ser do Executivo, e que pode ser de todos os que aqui estão. É só isso que eu quero fazer, é reforçar a capacidade política do Município.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto propriamente dito a minha posição é conhecida. Quanto ao conteúdo do Regulamento não tive tempo para me debruçar sobre isso tudo porque a minha vida não é só esta.

O que acho é o que sempre disse: É uma vergonha para o Município o subsídio que é atribuído a esta rúbrica. Volto a dizer e vou repetir-me, mesmo que não se goste, mas era bom que a Câmara Municipal mete-se a mão na consciência porque no tempo que corre isto não é verba que se atribua para apoio a famílias carenciadas que andam no Ensino Superior.

Se há necessidade de se cortar que se corte onde se deve, e também sabem qual é a minha opinião, e que se ponha onde se tem de pôr.

Ao meu amigo Licínio queria dizer-lhe que a razão no fundo da cova não deixa de ser razão e que tem mais força do que um exército em cima da terra. O que aqui digo e afirmo, trago documentos para provar, e desafio o Sr.

Presidente da Câmara para fazer uma Sessão na Casa da Cultura, ou onde ele quiser, para desmentir o António Lopes e o que ele afirma.

Entregaram-me os documentos da água ontem. Eu ainda não tive oportunidade de os ver. Não são os Serviços que dizem asneiras o Sr. Presidente é que não diz aqui aquilo que os serviços escrevem. Eu tive o cuidado de dizer isso ontem ao Sr. Paulo Marques, e volto aqui a dizer, que é uma pessoa que eu muito considero, que eu muito estimo, e que é um serviço que eu considero o mais bem gerido nesta Câmara Municipal.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da “Proposta de Alteração ao Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior”, que foi aprovado por maioria e com uma abstenção.

De seguida, e após o consentimento dos Membros da Assembleia, fez-se a apresentação em simultâneo dos seguintes Pontos: Ponto IV - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Bernardino de Almeida e Costa & Filhos, SA, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Ponto VIII - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido pela sociedade “António Freire Lobo Vaz Patto, Lda.”, na Regularização da Atividade Pecuária, localizada na Quinta do Lã Branca, na União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Ponto IX - Aprovação nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido pela sociedade “António Freire Lobo Vaz Patto, Lda.”, na Regularização da Atividade Pecuária, localizada em Gramaços, Concelho de Oliveira do Hospital, no Âmbito da Aplicação do Regime Excecional de

Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Decreto-Lei de 5 de novembro de 2014 obriga, até trinta e um de dezembro, que todas as explorações estejam licenciadas. As pessoas não se aperceberam desta Lei e no Concelho a partir do dia um de janeiro, estas serão as três únicas que poderão ser licenciadas ou ter uma licença provisória. Acho que é preciso falar com o Sr. Ministro para que se possa dilatar mais o prazo porque as pessoas nem se aperceberam disto. A falta deste licenciamento pode acabar com o Queijo da Serra e com as ovelhas. Isto acontece em todo o País.

Estes licenciamentos têm que estar instruídos com deliberação da Assembleia Municipal e têm que estar em conformidade com o PDM.

A Assembleia Municipal reconhece o interesse público na regularização da atividade económica em concreto e depois de reconhecido o interesse público os processos seguem para diversos organismo que estão referidos na Lei.

No caso de haver desconformidade com o PDM tem que se proceder à adaptação do PDM no prazo de dois anos e trata-se de um processo de revisão do PDM mais prático e simplificado.

Se não for possível adaptar o PDM no prazo de dois anos pode ser determinada a suspensão do PDM só para as áreas abrangidas pela exploração pecuária. Nesse caso serão estabelecidas medidas preventivas para aquela zona em concreto.

Este é um problema altamente complexo e acho que o Sr. Ministro tem aqui um problema para resolver a nível nacional com esta Directiva Comunitária.

Eu estou muito preocupado porque temos cento e oitenta explorações no Concelho e penso que o Município tem que ter uma participação ativa de ajuda a estes pequenos produtores.

Os pedidos que estão aqui, hoje, são de produtores com alguma capacidade financeira e que já estão a tratar do licenciamento.

Há aqui um grande trabalho e penso que se deverá estruturar uma equipe na Câmara Municipal para ajudarmos estas pessoas porque, se assim não for, muitas delas vão ter que fechar. Por isso, pedia-vos que votassem favoravelmente para resolvermos estes três casos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a estes Pontos, um que já vinha na Ordem de Trabalhos e mais dois que foram acrescentados, já se percebeu, que estes dois últimos pontos que foram acrescentados, que têm uma justificação.

Temos aqui um problema. Bem, nós não temos mas quem tem são os produtores agro-pecuários e todos nós sabemos, quem conhece a realidade do nosso Concelho, quem conhece a realidade da vida desses produtores, sabe que é gente que vive do seu trabalho árduo do dia-a-dia mas que, seguramente, não andará muito atento a estas questões de legislação e das exigências que são postas e não saberá desta necessidade de regularização da actividade.

Para além disso, e com a agravante de que, por aquilo que se percebeu na breve explicação do Sr. Presidente da Câmara, são processos complicados e burocráticos. Seguramente que não é fácil organizar processos destes e pelo conhecimento que temos sabemos que os produtores não irão conseguir desvencilhar-se das teias burocráticas que se tecem em torno destes processos.

Temos aqui três casos de produtores que estiveram mais atentos e que conhecem os meandros para resolver estes problemas e que se calhar têm meios para o fazer e temos de fora, como se compreende, a grande maioria dos produtores agro-pecuários do nosso Concelho e particularmente aqueles que se dedicam ao fabrico do nosso Queijo da Serra. Está aqui um problema!

Este problema não vai existir só no Concelho de Oliveira do Hospital e irá ser extensivo a outras explorações agro-pecuárias do País. É uma Directiva Comunitária, diz o Sr. Ministro, mas também sabemos que algumas Directivas Comunitárias levam algum tempo para serem implementadas e podem ser dadas justificações à Comunidade Europeia pelo facto de não terem implementado no prazo que seria exigível.

No seguimento disto, temos uma Moção para apresentar. Não vou ler a Moção. Vou entregar a Moção à Mesa e peço que a leia e que a ponha à discussão e votação.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria explicar porque é que estes Pontos foram introduzidos à última da hora: Os produtores meteram os processos antes da última reunião de Câmara e os nossos Serviços Técnicos prepararam os processos com grande velocidade para que eles fossem apresentados, ontem, na reunião da Câmara Municipal.

Um dos produtores até nos pediu que fizéssemos uma Assembleia extraordinária ainda em dezembro para que pudessem analisar o processo.

Nós tínhamos a oportunidade de aprovar estes processos na reunião de Câmara e a Assembleia, com o consentimento de dois terços dos Deputados, pode aprovar a inclusão de Pontos na Ordem do Dia, e por isso não se justificava estar a fazer uma Assembleia extraordinária.”

De seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para ler a Moção apresentada:

“Moção em defesa da continuidade das explorações agropecuárias.

Através do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, o Governo estabeleceu o Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas.

Nessas atividades económicas integram-se as explorações agropecuárias, incluindo as de pequena dimensão, que asseguram a sobrevivência de microempresas de carácter familiar, que sustentam o autoemprego de parte da nossa população rural que teima em produzir produtos locais de qualidade, que têm procura e reconhecido valor de mercado. Veja-se por exemplo o caso do Queijo da Serra da Estrela, do cabrito, do borrego, ou dos enchidos.

Ou seja, um setor importante da pequena economia dos territórios rurais que geram riqueza, asseguram postos de trabalho e fixam população no interior de Portugal.

Por determinação, quer do referido Decreto-Lei, quer da Portaria nº 68/2015, de 9 de março, estas explorações agropecuárias têm que ter a sua situação regularizada até 2 de janeiro de 2016, sob pena de passarem a uma situação de ilegalidade, que não lhes permita desenvolver a sua normal atividade, ou simples projetos de melhoramento ou investimento.

A título de exemplo, uma exploração que não esteja devidamente legalizada, de acordo com a legislação, até ao início de 2016, ficará, por exemplo, impedida de ter acesso a ajudas públicas, incluindo financiamentos da União Europeia, ou simplesmente não lhe poderá ser emitida uma normal guia para transporte de animais.

Ora, esta imposição legal e o seu prazo, 2 de janeiro de 2016, colocam em causa um importante setor da economia dos nossos territórios rurais, que representam milhares de microempresas de base local.

Com o não cumprimento deste prazo e a aprovação que hoje a Assembleia Municipal aqui fez, em relação a várias explorações agrícolas, fica posta em causa a laboração futura de outras explorações e de importantes “produtos/marca” do nosso País.

A título de exemplo, o não cumprimento deste prazo, voltamos a referir, 2 de janeiro de 2016, e a elaboração de um processo burocrático bastante complexo, imposto pela legislação, em Oliveira do Hospital serão postas em causa a atividade de cerca de 190 pequenas explorações agropecuárias, de entre estas, explorações ligadas à ovinicultura, que são a condição fundamental para a produção do único e afamado Queijo Serra da Estrela.

Para estes agricultores/produtores a situação é aflitiva, angustiante, temendo-se que a aplicação imediata da lei, após o dia 2 de janeiro de 2016, inviabilize a laboração, a realização de negócios e o simples e normal funcionamento das explorações, que passarão a estar em situação ilegal.

Atentos a este problema a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, tem que promover medidas imediatas.

Após diálogo com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, após consulta de várias organizações de agricultores e outros serviços de apoio ao setor agropecuário, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor a presente Moção que visa:

1 - Sensibilizar a tutela, neste caso o Ministério da Agricultura, as Secretarias de Estado da Agricultura e alimentação e a Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, para os riscos de desaparecimento de um importante setor da nossa economia de base local;

2 - Sensibilizar os Partidos com assento na Assembleia da República para este problema;

3 - Sensibilizar a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, uma vez que este organismo pode medir com exatidão o brutal impacto negativo da não legalização imediata destas explorações;

4 - Solicitar à respetiva tutela, como já fizeram outros parceiros do setor, que o prazo para a legalização destas explorações seja prorrogado, de forma razoável, para garantir a continuidades destas microempresas, das suas produções e da riqueza e postos de trabalho que geram;

5 - Que seja desencadeado novo processo de sensibilização dos vários operadores do setor, envolvendo as Direções Regionais, as Autarquias e as organizações representativas do setor, que leve à regularização de todas as explorações;

6 - Esta Moção é um apelo a que todos ajudem a salvar um importante setor da nossa economia de base local;

7 - Dada a importância capital deste tema, o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital convida todos a subscreverem esta Moção e aprová-la por unanimidade de forma a ser enviada para todas as referidas entidades.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Não é para discutir porque é evidente que quando recebemos estes documentos aqui na hora não pode fazer uma discussão séria.

Ainda assim, daquilo que me apercebi não me vou opor, como é evidente.

No que eu me vou opor é que eu tenho aqui o Ponto X que é referente aos Bombeiros, que eu ainda nem li bem, e que veio junto com o ponto XI.

Eu quero pensar que isto não é para me boicotarem, mas assim é um bocado difícil!

Naturalmente, e não obstante do mau feitio, eu tenho como boa a argumentação do Sr. Presidente da Câmara para evitar uma Assembleia Extraordinária.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Logicamente que vou votar a favor esta Moção mas estas questões devem estar salvaguardadas a outros níveis. Um deles tem a ver com a saúde pública.

Relativamente à exploração situadas em Gramaços estamos a falar de uma área de dez hectares, com duzentas e cinquenta ovelhas e, como toda a gente sabe, este tipo de animais e o próprio funcionamento agro-pecuário atrai insectos e produz odores.

Espero, contudo, que ao defendermos estas explorações, e eu sou a favor desta defesa, que também estejam salvaguardadas as questões da saúde pública ainda mais porque estamos numa zona urbana de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços levantou aqui um problema que deveremos ter em conta.

O ovil desta exploração de Gramaços, requerida pelo António Freire Lobo Vaz Patto, Lda, está situado em frente à Sede da Associação de Gramaços e aquando da inauguração da Sede da Associação de Gramaços vi que havia um número muito elevado de moscas.

Já falei com a Dra. Mariana Vaz Patto, que é filha do Dr. Vaz Patto, e temos trabalhado em conjunto para resolver os problemas de saúde pública causados pela localização do ovil. Esta jovem, na minha opinião, é uma jovem de valor, muito interessada, e já falamos em retirar o ovil dali e coloca-lo noutra espaço ou até mesmo procurar algum financiamento no Quadro Comunitário para modernização destas explorações porque fazia todo o sentido. Neste momento dizem-me que não têm condições para tirar dali o ovil mas ficou decidido fazer um projecto para promover uma melhoria. Também é importante referir que esta exploração já tem uma parte que já está licenciada. O que está sem licença são os acrescentos que entretanto foram fazendo e que agora precisam de os licenciar.

Com a realização deste projecto não tenho a certeza se conseguiremos resolver todos os aspectos de impacto ambiental e, por isso, deixo aqui esta minha preocupação.

Também é importante referir que esta exploração tem oito pessoas a trabalhar, algumas delas bastante qualificadas, e sei que estamos muito limitados mas a Assembleia tem o poder de não reconhecer o interesse público municipal e sendo assim a exploração fica ilegal ou então temos que encontrar soluções que minimizem o impacto ambiental.”

De seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação a esta exploração de Gramaços o problema que se põe é a legalização de uma pequena parte desta exploração.

Neste processo de regularização a atribuição do reconhecimento do interesse público municipal é o primeiro passo porque depois o processo irá ser avaliado por diversos organismos e terá que voltar quer à Câmara quer à Assembleia. Nós iremos dar um apoio com a aprovação do reconhecimento do interesse público municipal, e assim a exploração fica legal, e depois vai ter que passar pelo crivo das outras organizações.

Portanto, eu, há priori, principalmente neste caso, via o problema que já foi posto pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços mas única e simplesmente isto tem que ficar em conformidade com o PDM, o que vai obrigar a mexer no PDM, e, como sabem, isso passa aqui pela Assembleia Municipal.

Nós estamos a não deitar a baixo neste momento imediato as explorações mas as alterações que terão de ser feitas vão voltar aos organismos e à Assembleia Municipal também.

Como tudo isto vai ser avaliado nos sítios próprios penso que vai dar tempo para que as pessoas resolvam essas situações dos cheiros e das moscas.

Se formos ver projecto a projecto podemos verificar que alguns estão dentro das aldeias, das vilas, e até mesmo em zonas de construção de habitação e, por isso, aqui há outras implicações com o ambiente e com as Juntas de Freguesia que poderão no futuro ser colmatadas.

Este reconhecimento do interesse público vai resolver o problema no imediato mas não vai resolver o problema total destas empresas.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à Moção em defesa da continuidade das explorações agropecuárias, e como a proposta é feita pelo Partido Socialista, eu pergunto se os outros Partido se querem associar a esta Moção?

Como não houve manifestações de interesse a Moção é apresentada pelo partido Socialista.”

De seguida efectuou-se a votação da Moção em defesa da continuidade das explorações agropecuárias, apresentada pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Aprovação nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por Bernardino de Almeida e Costa & Filhos, SA, na Regularização da Atividade Pecuária, no Âmbito da Aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Aprovação nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido pela sociedade “António Freire Lobo Vaz Pato, Lda.”, na Regularização da Atividade Pecuária, localizada na Quinta do Lã Branca, na União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, no Âmbito da Aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Aprovação nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido pela sociedade “António Freire Lobo Vaz Pato, Lda.”, na Regularização da Atividade Pecuária, localizada em Gramaços, concelho de Oliveira do Hospital, no Âmbito da Aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea f), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização de contratação de empréstimo a curto prazo para o ano de 2016.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O que está aqui a ser pedido é um empréstimo de curto prazo de duzentos e cinquenta mil euros.

Como sabem, a receita da Câmara Municipal não é igual em todos os meses, por exemplo com o IMI a receita sobe, e este empréstimo servirá para agilizar algumas verbas, nomeadamente o pagamento aos fornecedores e também podermos soltar mais cedo a verba para as Juntas de Freguesia mas no final do ano esta verba tem que estar fechada.

No próximo ano vamos ter uma receita de IMI e pagaremos tudo, por isso, este empréstimo é só para agilizar a parte financeira nos primeiros meses e para soltar mais cedo o subsídio suplementar para as Juntas de Freguesia.

Para a realização deste empréstimo pedimos proposta a quatro entidades bancárias: Caixa Geral de Depósitos, BPI, Santander Tota e Caixa de Crédito Agrícola.

A melhor proposta foi do Tota, a Caixa Geral de Depósitos ficou em segundo lugar, a Caixa de Crédito Agrícola ficou em terceiro lugar e o BPI disse-nos que não teve tempo para analisar e por isso não concorreu.

Na documentação que vos foi entregue estão aí as propostas e estão também as taxas de juro.

Esta conta caucionada proposta pelo Tota tem uma taxa de juro muito interessante e quem é empresário sabe como é que se trabalha com as contas caucionadas. Esta conta caucionada não tem comissões, o que na banca não é normal, só se pagam juros diretos e isso é muito importante.

Esta é uma boa gestão e hoje a Câmara Municipal tem que se assemelhar a algumas empresas sobretudo na sua gestão.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“O que me aqui traz, não é só o tema que o Sr. Presidente da Câmara teve agora a oportunidade de apresentar, com o qual concordo, mas não há segundas oportunidades para corrigir ou esclarecer publicamente aquilo que tem de ser esclarecido em local público: Há pouco a Boa Nova teve a bondade de fazer uma notícia com a proposta que eu aqui deixei para que a Boa Nova transmitisse ou reproduzisse as Assembleias Municipais no Concelho e um Membro do PSD, que tem responsabilidades políticas no Concelho, não teve o pejo de colocar no seu Facebook, e eu chamo as pessoas pelo nome, eu conheço-o por Nuno Ferta, Nuno Pereira, e quero que isto fique gravado, não teve o pejo, não teve a vergonha, de colocar no seu Facebook que eu só defendia as Assembleias Municipais durante a tarde e nos dias de semana porque eu vendia uns queijos para uns Cabazes de Natal da Câmara Municipal e

que estava na FAAD e era remunerado porque era a minha entidade patronal era a Fundação Aurélio Amaro Dinis. E tendo a oportunidade de denunciar isso logo publicamente, porque o Facebook é um espaço público, e de esclarecer as pessoas logo de imediato nesse tipo de questão e desembrulhar a falta de carácter, a falta de dignidade, a falta de decência deste Nuno Pereira, e revelar bem o seu nível intelectual, eu peço ao Sr. Presidente da Câmara que esclareça aqui onde é que eu recebi, algum dia, alguma remuneração da Fundação Aurélio Amaro Dinis e que esclareça aqui quantos queijos existem nos cabazes de Natal da Câmara Municipal da empresa Lagos que é a empresa que eu tenho a honra de dirigir.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“A natureza da minha intervenção é outra: Sempre aqui disse e mantenho a minha linha de coerência, apesar de se dizer que não, mas ideias eu não mudo.

Sempre defendi que a Câmara deve endividar-se o máximo que possa para fazer obras. Continuo a pensar assim.

Estamos, outra vez, numa fase de dinheiro barato e sei que a Câmara só se endivida naquilo que pode e não naquilo que quer.

Porque discordo de algumas afirmações que aqui foram feitas, e porque já estamos a ser governados pelos estrangeiros por causa do que andaram a fazer neste País, e hoje todas as Câmaras vão perdendo autonomia.

Dizer que em condições normais eu votava favoravelmente, por uma questão de coerência, mas não voto favoravelmente por aquilo que os Senhores sabem, e tenho dito que considero a Assembleia ilegal, e o que for decidido podemos ser chamados depois a pagar e assumir essa responsabilidade, e é só por esse motivo que eu não voto a favor.

Nesta altura já é o segundo empréstimo que fazemos, embora seja de curto prazo e com perspectivas de ser pago, no meu entender, e quero que fique aqui gravado, porque já vi tantos números, tantas vezes, e tanta discussão, na opinião do António Lopes, que é baseada nos documentos que aqui estão, esta Câmara herdou um compromisso de sete milhões cento e vinte e oito, no meu entender, herdou uma dívida real de cinco milhões quinhentos e oitenta e dois e herdou uma dívida de três milhões quinhentos e noventa. Eu explico-me: Dois milhões estavam em banco e quando o Sr. Presidente diz que herdou uma dívida de sete milhões não é de todo mentira mas os compromissos assumidos

era efectivamente dessa grandeza. Mas para lhes fazer frente havia dois milhões em banco e um milhão, quinhentos e trinta e oito mil euros executados que a Câmara veio a receber depois.

Para balanço desta Câmara eu tenho como dívida herdada, de facto, três milhões e meio e, no limite, cinco milhões quinhentos e oitenta e dois, como eu disse.

Portanto isto é só para fazer uma referência no tempo para ficar nas atas.

Quanto ao resto é como digo: Concordo com o endividamento. Acho que se a Câmara tem obra para fazer deve aproveitar estas alturas, dentro dos limites que tem, para aproveitar tudo porque o dinheiro está barato. É a minha posição. Não estou a dizer que faça ou que deixe de fazer.

Vou votar contra e já fica aqui a declaração de voto para não vir aqui chatear pelos motivos que já são conhecidos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dr. Luís Lagos, eu digo-lhe aqui á frente de toda a gente: Não ligue, e não ligue por uma razão muito simples. Como eu disse há bocado nem toda a gente nos atinge na honra. Tal como o Senhor disse que punha as suas mãos por mim, eu digo-lhe, também, aqui, olhos nos olhos, que atravessava as mãos por si em qualquer circunstância. Conheço-o, sei da sua dimensão e também como disse o Sr. Licínio, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Ovaia, tenho grande admiração por si, pelo seu trabalho político, e isso não o impede de fazer as críticas que tenha de fazer.

O Dr. Luís Lagos trabalha muitas horas na Fundação Aurélio Amaro Dinis, tal como trabalham todos os outros que estão no Conselho de Administração, sem remuneração e sempre com despesas a seu cargo, todos eles. É a verdade nua e crua.

O Dr. Luís Lagos nunca vendeu nenhum queijo para o Cabaz de Natal da Câmara Municipal.

O que se passou prova a dimensão, e não posso culpabilizar as pessoas do PSD, mas estas pessoas têm responsabilidades políticas no PSD. A pessoa que faz estas afirmações não é uma pessoa qualquer. Quem faz estas afirmações tem responsabilidades dentro dos Órgão do PSD.

Infelizmente, também, percebemos porque é que o PSD, hoje, tem dificuldades em se afirmar até como oposição à Câmara Municipal e a este Executivo.

Dr. Luís Lagos, como o Senhor é um homem sério, eu gostava de lhe fazer aqui um desafio: O Sr. Deputado António Lopes disse, aqui, que na altura, que devíamos cinco milhões e cem mil euros. Há algumas receitas que fomos nós que melhorámos no Quadro Comunitário e executámos as obras nomeadamente a obra da estrada do Moinho do Buraco e, por isso, nós herdámos uma dívida.

Tenho aqui um mapa com o valor da dívida do tempo do Prof. Mário Alves e desafiava o Dr. Luís Lagos para vir comparar os números que aqui estão e dizer nesta Assembleia qual o valor da dívida porque falaram em cinco milhões e cem mil euros mas eu digo que é mentira porque o valor da dívida do Município, em trinta e um de agosto de dois mil e nove, apresentado aos Deputados na última Assembleia realizada ainda no mandato do Prof. Mário Alves diz, também, que é mentira. Pode haver dúvidas acerca dos dois milhões mas eu pergunto eram dívida ou não? Havia dívidas com a Caixa Geral de Depósitos, havia dívidas com o Planalto Beirão e posso mostrar como é que chegámos a estes números. Nós não os inventámos porque não foi eu que fiz estes números.

Eu disse que a dívida era de sete milhões e quinhentos e vinte e seis mil euros mas na realidade a dívida era de cerca de oito milhões e, por isso, digo que tenho feito um grande mandato com muito menos verba. Dizer também que melhorámos muito a gestão do Município e, nesse sentido, o Relatório da Inspeção é muito claro quando diz que a Autarquia veio adotando sistemas de controlo. Isto está lá escrito porque a inspeção não veio só verificar os procedimentos nos concursos.

A dívida do Município, em termos diretos, a trinta e um de agosto de dois mil e nove, era de cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos, onde eu juntei mais dois milhões de dívida. A dívida dos cinco milhões foi contraída em nove de outubro de dois mil e sete, mas eu só iniciei o meu primeiro mandato em dois mil e nove e ainda não contraí nenhum empréstimo.

Se quisermos ser verdadeiros quanto ao valor da dívida do Executivo anterior verificamos que ela se aproxima mais dos oito milhões porque existiam também dívidas aos fornecedores.

Hoje podem perguntar aos fornecedores qual é o nosso prazo de pagamento. Já pagámos as faturas do mês de novembro e já estamos a pagar faturas do mês de dezembro. Nisto é que eu tenho um grande orgulho!

A realização destes empréstimos tem uma técnica bancária, e há aqui quem faça de conta que não sabe destas técnicas bancárias mas conhece-as muito bem.

A contracção do empréstimo tinha uma técnica e tinha um prazo de utilização porque se o empréstimo fosse disponibilizado na totalidade o Município começava a pagar, de três em três meses, setenta e cinco mil euros e sendo só disponibilizada uma parte do empréstimo só se pagavam os juros. Quem tem empresas sabe isto muito bem. O anterior Executivo, em dois anos, só amortizou seiscentos mil euros.

Agora também acho divertido acharem que os outros que tinham Bolsas com um valor de quinze mil euros eram grandes Presidentes do Município e nós temos cinquenta mil euros, apoiamos quarenta Bolsas, e somos uns nabos.

Eu preparo-me para estas Assembleias, não venho para aqui falar de cor, e ontem fui ver na ata quais eram as obras que estavam destinadas para o empréstimo dos cinco milhões. Também foi ver quais foram as obras que eu fiz sem haver qualquer tipo de financiamento.

Eu não contraí nenhum empréstimo de cinco milhões de euros. Os únicos empréstimos que fiz foram estes de curto prazo e que têm de estar fechados no final do ano.

Também ficaram por pagar faturas referentes aos transportes escolares que aumentavam muito a dívida. Também fomos obrigados a devolver uma verba ao PRODOR por causa de falta de transparência num concurso no valor de cento e vinte e cinco mil euros. Agora, vão somando estas coisas.

A verdade é que a dívida se aproximava dos oito milhões de euros.

Quem tinha uma dívida de oito milhões, eram os bons, e eu é que sou o mau gestor quando tenho muito menos dinheiro das transferências do Estado.

Tenho um grande orgulho na gestão e no rigor financeiro do nosso Município. Fui buscar o Dr. Paulo Rocha para me ajudar na parte financeira e posso dizer que ganhei alguma experiência com ele mas agora quem gere a parte financeira sou eu.

Tenho muito orgulho da nossa gestão financeira porque não temos gasto mais do que recebemos.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de procedermos à votação eu, na qualidade que aqui ocupo, tenho que me solidarizar com o Membro desta Assembleia e criticar o ataque que lhe foi feito pelas costas porque foi isso que aconteceu.

Pela minha parte, e creio que por parte desta Assembleia, tem a nossa solidariedade.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea f), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização de contratação de empréstimo a curto prazo para o ano de 2016, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção e um voto contra.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“A questão que se coloca é saber se o Deputado que votou o pode fazer por ter chegado há pouco tempo e, por isso, não é considerada a sua intenção de voto.

A questão referente à hora da realização da Assembleia já foi discutida.

Volto a repetir que o Ponto V fica aprovado por maioria, com uma abstenção e um voto contra.”

De seguida entrou-se no Ponto VI – A) Apreciação e votação em matéria de Participações Locais/Outras Participações – alínea n), do nº 1, do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alienação da participação na Município, EM, S.A.;

Ponto VI – B) Apreciação e votação em matéria de Participações Locais/Outras Participações – alínea n), do nº 1, do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de saída do Município de Oliveira do Hospital da Associação de Arbitragem de Conflitos de Consumos do Distrito de Coimbra.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O que está aqui em causa é a saída da Associação de Arbitragem de Conflitos de Consumos do Distrito de Coimbra.

Os Municípios de Oliveira do Hospital não se tem servido desta Associação e não vale a pena estarmos a pagar dois mil euros todos os anos

quando não temos um serviço prestado. Por isso acho que devemos sair desta Associação.

Quanto à proposta de alienação da participação na Município, EM, S.A., quero dizer que o nosso capital é muito pequeno.

Há dois anos fomos obrigados a compartilhar nos prejuízos da Município em cerca de quatro mil euros. Não fomos só nós porque os prejuízos da Município foram distribuídos por todos os Municípios que têm participações.

Há também outros Municípios que estão a alienar as participações na Município e mesmo vendendo a nossa participação simbolicamente por um euro vai ser difícil encontrar comprador.

A Município nunca distribuiu lucros mas os prejuízos já os distribuiu.

A proposta é para que a Assembleia me autorize a negociar a alienação da participação na Município.

Também relativamente à participação que temos na BLC3 digo que devemos manter a comparticipação desde que essa comparticipação não nos penalize.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Pois, tenho que dar razão ao Sr. Licínio, isto assim é muito complicado e difícil! Não foi por acaso que eu há pouco disse os números para ficarem em ata. O Sr. Presidente depois fez aqui um comício para evidenciar a sua gestão que ninguém pôs em causa.

Agora, os Senhores têm que me resolver um problema que eu tenho aqui: Eu tenho que ser honesto comigo e tenho que ser honesto convosco. Estes documentos que eu aqui tenho estão assinados pelo Sr. José Carlos Alexandrino. É um relatório de contas de dois mil e dez e diz que a dívida é de cinco milhões e oitenta e quatro.

Agora, Sr. Presidente faça o favor, porque isto já não tem piada nenhuma, e da próxima vez traga os documentos e mande-mos lá para eu ver porque das duas, uma: A lei é aquilo que o Senhor diz ou é aquilo que o Senhor apresentou aqui e que nós aprovámos. Isto está aqui com a sua assinatura! Faça o favor de ver. Assim, é que não nos entendemos.

Já mostrei os documentos ao Sr. Presidente de Partido Socialista e mostrei-lhe que são documentos da Câmara e que não são conversa minha.

Das duas, uma: Ou nos entendemos quanto a isto porque eu falo aqui com números da Câmara.

Vamos ser honestos: o Senhor está a dizer que vai sair da BLC3 mas se o Dr. João Nunes tem quarente e nove por cento da BLC3, o Senhor tem lá para vender o quê?

O Senhor tinha cinquenta e três por cento. Quarenta e nove, já são do Sr. Eng.º João Nunes, não sei bem como? Não estou a pôr em causa as honestidades. Só quero que me expliquem como? Só quero é perceber como?

Se eu me devo aqui calar, se está em causa o interesse do Município, então, eu não me calo!

Digam lá todos o que quiserem, mas eu estou aqui para defender os interesses do Município. O que eu quero é que me expliquem com documentos porque as afirmações que faço é com documentos. Há aqui pessoas a quem já os enviei. Vamos ver se a gente se entende!

Quanto ao Ponto em questão não tenho nada a opor. O que tenho a opor é que sou Membro desta Assembleia e sei hoje que temos uma participação nessas empresas, o que também acho muito lamentável.

Quando eu digo que fazemos mal o trabalho e que só fazemos os serviços mínimos, estas coisas que aqui vão aparecendo vão dizendo isso.

O Sr. Presidente pode ficar aí a tarde toda a chamar-me nomes, ladrão e tudo o que o Senhor quiser porque eu como isso com pão. O senhor tem é que me mostrar com documentos como é que a dívida é de oito mil porque o Senhor tem aqui as contas que nós aprovámos aqui todos e que estão assinadas por si, a dizer que são cinco milhões e oitenta e quatro.

Eu tive a honestidade de dizer aqui que o Senhor herdou um compromisso, de facto, à volta de sete milhões e tal.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A BLC3 fez uma reunião comigo para me explicar a participação do Dr. João Nunes. Há pouco ficou aprovado um voto de confiança à BLC3 e ao seu Presidente.

A BLC3 para se candidatar a alguns projectos foi obrigada a ter uma pessoa com um determinado perfil para se candidatar ao IAPMEI. Foi obrigada a criar aquela empresa que tinha que ter algum capital privado mas o Dr. João Nunes fez um documento de reversão dos quarenta e nove por cento para a BLC3.

Como alguns vêem ladrões em todo o lado e dizem que as pessoas já se estão a apoderar de tudo. Há um documento de reversão dos quarenta e nove por cento e mostraram-me quais foram as candidaturas que exigiam isso.

Por isso, não se pode pôr a honra das pessoas permanentemente em causa, passando um atestado de incompetência a todos os Deputados que ainda há bocado votaram favoravelmente o apoio à BLC3.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - A) Apreciação e votação em matéria de Participações Locais/Outras Participações – alínea n), do n.º 1, do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alienação da participação na Município, EM, S.A., que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - B) Apreciação e votação em matéria de Participações Locais/Outras Participações – alínea n), do n.º 1, do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de saída do Município de Oliveira do Hospital da Associação de Arbitragem de Conflitos de Consumos do Distrito de Coimbra, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII -Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2016/2019 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2016, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para 2016 que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do nº 2, do artigo 4º da Lei nº 12- A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de orçamento.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Plano e o Orçamento são ambiciosos. Se alguém votar contra este Plano e Orçamento não pode ser por terem falta de ambição.

Como sabem, neste momento houve uma Candidatura do Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital que foi aceite.

Oliveira do Hospital é uma das trinta e uma cidades que vai, em janeiro, negociar as obras. Há uma distribuição de dinheiro por estas candidaturas todas e se fizermos uma média calhava-nos cerca de cinco milhões de euros, se fossem todas as cidades iguais.

A Sra. Presidente da CCDR chamou-me para umas reuniões, em conjunto com a minha equipe, aquando da Candidatura, e deu-nos algumas pistas para algumas obras que em princípio iriam ser financiadas a oitenta e cinco por cento, como por exemplo o Parque dos Marmelos.

Nós vertemos para o Plano todas as obras que estão na nossa Candidatura o que fez com que o nosso Plano subisse em cerca de nove por cento.

Há pessoas que continuam a utilizar os números mas não sabem nada, só sabem é resmungar.

A maior fatia dos nossos gastos é na Educação. Nós gastamos dois vírgula seis milhões de euros na Educação. Este é o maior investimento que temos.

Este Orçamento poderá vir a ter uma revisão mas há um conjunto de obras que já estão sinalizadas que vão ser feitas porque estão no Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal e porque tivemos capacidade de negociar.

Na minha opinião este Plano e Orçamento também tem uma grande componente social.

Nós não queremos um Concelho sem desporto.

Nós não queremos um Concelho sem cultura.

Nós não queremos ser um Concelho amputado.

Nós sabemos qual é o caminho que trilhamos, sabemos quais são as nossas opções políticas e quem nos diz se estamos no bom caminho, ou não, é a maioria nesta Assembleia e é o povo nas eleições.

Peço aos meus Vereadores que apresentem de forma sintética as rúbricas do Orçamento correspondentes às suas áreas e por isso dou a palavra ao Dr. José Francisco Rolo.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por pegar nas palavras do Sr. Presidente da Câmara: nós temos aqui um orçamento que claramente cresceu nove por cento e as Grandes Opções do Plano também cresceram onze por cento.

As razões desse crescimento têm a ver, naturalmente, com a Candidatura ao Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital e o facto de o Município de Oliveira do Hospital ter conseguido integrar no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra um conjunto de investimentos. Isso permitiu, obviamente, fazer crescer o Plano e Orçamento.

Pese, embora, alguns compromissos que temos que subscrever que também condicionam este Plano, o facto de termos que participar no Fundo de Resgate às Autarquias, que implicam compromissos financeiros anuais na ordem dos noventa e oito mil euros para o Município de Oliveira do Hospital, e o facto, de que não esperávamos, relativamente ao IVA nos transportes e das refeições escolares que também subiu para vinte e três por cento, o valor do IVA subiu de seis para vinte e três, e, portanto, isso acarretou despesa que não estava prevista e que naturalmente condiciona o Plano.

De relevante é o facto de este Plano e Orçamento ter, mais uma vez, a marca da Educação como um dos seus alicerces de investimento.

Por inscrição em rúbrica são cerca de um milhão e oitocentos mil euros de investimento e isto é marcante, e isto demonstra, de facto, a prioridade do Executivo em investir na formação dos seus jovens e das suas crianças porque ao investir na Educação, obviamente, que se está a investir no futuro.

Mas também tem a marca do Desenvolvimento Empresarial porque sem Desenvolvimento Empresarial não se gera riqueza, não se criam postos de trabalho e, garantidamente, não se dá sustentabilidade ao Concelho de Oliveira do Hospital enquanto comunidade com futuro. Por isso, no Plano e Orçamento está vincada a necessidade de ampliação da Zona Industrial e a criação de uma Zona Industrial com outras condições em termos de implantação.

Relativamente aos Pelouros que me dizem respeito, nomeadamente, as áreas da Ação Social, da Saúde, do Turismo e do Ambiente, neste caso partilhando a ação com a Vereadora Teresa Dias, nos casos do desenvolvimento rural e das florestas:

Sobre a Ação Social, ela não é só o apoio a carenciados, mas é, essencialmente, o apoio a pessoas e famílias com dificuldades.

Na Ação Social também temos uma marca importante que é o apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social. Elas funcionam muito bem, embora verifiquemos que umas estão mais bem preparadas do que outras para agarrarem os desafios e as exigências que lhes são colocados pela Tutela. Porque conhecemos e temos um trabalho próximo das IPSS, sabemos dos

diferentes graus de dificuldade, dos diferentes graus de desenvolvimento e neste Plano e Orçamento temos a capacidade para apoiar os seus projectos.

Outro aspeto importante é referir que o objectivo Família, Solidariedade e Ação Social, cresceu catorze por cento em termos de dotação financeira. Isto é, passou de setecentos e cinquenta e quatro mil euros para oitocentos e noventa e quatro mil e setecentos euros, quase oitocentos e noventa e cinco mil euros. Acho que isto não é de somenos importância.

Isto demonstra aquilo que sempre foi uma marca deste Executivo, ou seja, a proximidade com os problemas das pessoas que estão na situação de desemprego, a situação de precariedade, particularmente dos desempregados de longa duração, aqueles que estão em situação de carência e necessitam de apoio de emergência e, neste aspeto, devo dizer que, o Município de Oliveira do Hospital, nunca faltou com o apoio a nenhum Munícipe, seja apoio financeiro, seja apoio habitacional ou em situação de emergência ou carência extrema que temos acompanhado com a Rede Social, ou seja, com as IPSS e com a Segurança Social.

Temos a possibilidade, neste Plano e Orçamento, através do PEDU na sua componente de Plano de Ação Integrada para as Comunidades desfavorecidas, de melhorar as condições da habitação social do Concelho e alargar o número de habitações sociais disponíveis.

Também com o Orçamento Municipal temos condições para dar continuidade à implementação do Projeto Casa Digna para reabilitação de habitações degradadas. Temos cento e cinquenta mil euros para dois mil e quinze e temos mais cento e trinta mil euros para dois mil e dezasseis ou seja duzentos e oitenta mil euros que vão permitir reabilitar o parque habitacional a um conjunto de famílias de baixos recursos.

Mas também dizer que a Ação Social se cruza com a Educação e aqui tenho que referir a Ação Social Escolar, a atribuição de Bolsas de Estudo para alunos carenciados mas também a atribuição de Bolsas de Mérito. São cinquenta mil euros de investimento do Município no apoio a alunos, no apoio à persecução dos estudos por parte dos alunos do Concelho de Oliveira do Hospital.

Temos também o Projeto +ESTGOH que permite apoiar e atrair mais alunos para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital dando-lhe mais sustentabilidade do ponto de vista da sua população escolar.

A Câmara Municipal vai continuar a financiar exclusivamente o funcionamento da Rede Social no Concelho de Oliveira do Hospital.

Teremos, em dois mil e dezasseis, dois importantes instrumentos de apoio à empregabilidade que é o Programa Ativo Sociais e lançaremos o Programa Proativos para promover a integração social de pessoas desempregadas de longa duração, neste caso em empresas, e premiar a integração de pessoas que já estão contratadas nas empresas com contratos a termo e passarem para contratos definitivos. Neste momento estamos a analisar a legislação que permitirá elaborar o respectivo Regulamento, que partirá do Regulamento de Apoio às Iniciativas Empresariais, precisamente para estimular a empregabilidade junto das empresas e diminuir o desemprego.

Dizer também sobre a Saúde que, no Município de Oliveira do Hospital, as suas competências não são prioritárias, nesta matéria, mas o Município assume a sua responsabilidade, seja na colocação de médicos, enfermeiros ou na gestão dos cuidados de saúde, numa lógica de complementaridade e sem se substituir às responsabilidades do Governo. Para isso, vamos continuar a apoiar o acolhimento de médicos e a investir em infra-estruturas de saúde, no caso das extensões de saúde, temos duas inscritas no Plano e Orçamento, uma delas financiada no âmbito do Pacto de Desenvolvimento e Coesão da Comunidade Intermunicipal. Vamos dar continuidade ao apoio no domínio dos cuidados de saúde primários à periferia do Concelho, isto é, às populações mais desfavorecidas através do Programa Saúde para Todos, um projecto que permite que a Unidade Móvel de Saúde chegue aos locais mais recônditos do Concelho e onde é preciso dar apoio nos cuidados de saúde à população.

O facto do Município de Oliveira do Hospital não ter a prioridade nas competências na área da Saúde não queremos deixar de fazer o que é possível para melhorar esses mesmos cuidados de saúde no Concelho de Oliveira do Hospital mas, creio que ninguém está disponível para se substituir, como hoje aqui ficou demonstrado pela Moção aprovada, ao Ministério da Saúde.

Na área do Turismo vamos continuar a trabalhar em três áreas chave na promoção do Concelho, através da realização de um calendário de eventos, seja da exclusiva responsabilidade do Município, seja em parceria com outras entidades, designadamente as Juntas de Freguesia. Eventos que atraem população e visitante a Oliveira do Hospital. A nossa participação em Redes e aqui refiro-me à participação no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra através de um Plano Estratégico para a Promoção e Marketing Turístico para aproveitar financiamentos.

No domínio do Turismo continuar a apoiar investidores no desenvolvimento dos seus projectos é altamente motivador e é do trabalho mais

bem feito na área do Turismo é continuar a dar acompanhamento, quer nos serviços camarários, quer no acompanhamento dos investidores aos vários organismos, seja a CCDR, Turismo de Portugal, Turismo do Centro, ADIBER, etc.

Na área do Ambiente vamos continuar, como disse aqui o Sr. Presidente, a investir nas infra-estruturas de protecção ambiental, seja no abastecimento de água, seja no tratamento de águas residuais, seja ampliando redes de abastecimento de água e redes de tratamento de águas residuais.

No domínio da Recolha dos Resíduos é objectivo do Município aumentar a eficiência da recolha dos resíduos e, naturalmente, baixar os custos para o Município e para o contribuinte como se tem vindo a verificar. Participamos num projecto piloto muito interessante com a Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela e Beiras para instalar um sistema de monitorização das redes em baixa. É um projecto inovador que nos permitirá aceder a outros programas.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Na área da Educação, como sabem, temos cerca de um milhão setecentos e setenta e nove mil e quinhentos euros. É, de facto, um forte investimento na Educação, um claro pilar importantíssimo neste Orçamento de dois mil e dezasseis.

Dizer que nós somos um Concelho especial tendo em conta aquilo que nos rodeia, que é a nossa região, na medida em que temos o ensino desde o Pré-Escolar até ao Ensino Superior. Isso também nos leva a ter os custos acrescidos.

Já foi aqui referido pelo Sr. Vereador que a Ação Social Escolar se cruza com a área da Educação e vou acrescentar que relativamente aos Transportes Escolares temos cerca de meio milhão de euros. Era suposto, atendendo até à redução do número de alunos, haver alguma redução na área da Educação mas é exactamente ao contrário.

Na Ação Social Escolar também se verifica quase meio milhão de euros para as refeições e aqui há uma particularidade: Quer nos transportes, quer nas refeições, como também já foi dito pelo Sr. Vereador, agora, somos obrigados a pagar mais seis por cento de IVA, nos transportes, e sobre as refeições mais vinte e três por cento de IVA. Situação que não estávamos a contar e obviamente que implica mais investimento e mais esforço por parte da Câmara

Municipal e estou a falar de cerca de cento e oitenta mil euros que vão para o IVA.

Depois, dizer que está prevista a aquisição de uma viatura para transporte de alunos com o valor de cento e cinquenta mil euros.

Há aqui um apoio claro ao Pré-Escolar e ao Primeiro Ciclo na manutenção e funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino. Um apoio que temos vindo a fazer na aquisição dos Manuais Escolares nas Bolsas de Estudo e continuamos a apoiar fortemente os nossos jovens e as nossas famílias.

Depois falar do Investimento Territorial Integrado, que também já foi referido pelo Sr. Presidente, estamos a falar do ITI e, certamente, já tiveram a oportunidade de verificar no Plano e Orçamento que estão imputados o valor de trezentos e cinquenta mil euros.

Estamos a falar de uma obra que quanto a mim vai revolucionar o Território Educativo, e em particular a cidade de Oliveira do Hospital, porque é uma obra há muito desejada. Estou a falar do Campus Pedagógico do futuro Centro Escolar para Oliveira do Hospital, já há muito ambicionado, e que já há muito o poderíamos ter tido aqui, mas, finalmente, vê-se uma luzinha ao fundo do túnel para que ele se possa concretizar e, de facto, termos uma Educação igual para todos, que é aquilo que é pretendido com este Centro Escolar, experiência que já temos também oportunidade de avaliar com o Centro Escolar de Nogueira do Cravo, em que a realidade que se vive naquele edifício é completamente diferente daquela que se vive noutros espaços escolares deste Concelho.

Está aqui um projecto interessantíssimo e ambicioso, onde também conta com a colaboração da DGEstE, Ministério da Educação e Ciência e, obviamente, uma forte articulação com o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital. Aqui o Sr. Presidente foi extremamente importante, como sempre, na reivindicação desta obra. Agradeço-lhe desde já todas as reuniões por onde tem passado, e até como Vice-Presidente da CIM tem tido um papel preponderante e importante não só nas reivindicações para o nosso Concelho como também o que está explanado no Orçamento para dois mil e dezasseis. Por isso queria aqui enaltecer esse esforço.

Devo dizer que este Campus Pedagógico, esta escola, tem um valor de um milhão e trezentos mil euros e que no Orçamento para dois mil e dezasseis tem, para já, trezentos e cinquenta mil euros.

Depois temos um programa que vem no âmbito do ITI, o Programa de Combate ao Abandono Escolar, um programa que também já estamos a

trabalhar em articulação com as Escolas. É um programa que tem doze milhões de euros para a Educação no âmbito da CIM e do Quadro Comunitário Portugal 2020 e que contamos, também, conseguir fundos para este Programa de Combate ao Abandono Escolar que certamente irá melhorar as condições de aprendizagem dos nossos alunos e dos alunos com mais dificuldade.

Depois o Programa +ESTGOH que tem quarenta mil euros com o intuito de ajudar na captação de novos alunos para a ESTGOH, um inequívoco e forte apoio à ESTGOH e uma defesa da escola.

Acrescento dizendo o seguinte: Aí só estão, de facto, um milhão, setecentos e setenta e seis mil e quinhentos euros porque não é esse valor que é investido na Educação por parte deste Município. Esse é aquele que directamente se vai gastar e é aquele que é possível colocar contabilisticamente em Orçamento mas, devo-vos dizer que o valor que a Câmara gasta não está aqui, nem é possível apurar, porque esta máquina é gigantesca. Não é possível apurar o valor real daquilo que se gasta na Câmara Municipal na área da Educação porque não conseguimos calcular os recursos humanos porque quando se faz uma actividade junto com as Escolas não se consegue apurar esses recursos humanos, hora a hora, os quilómetros, tendo em conta as deslocações dos nossos carros. É difícil fazer este apuramento, no entanto, dentro daquilo que foi possível apurar, devo-vos dizer que, eu não sei se os Senhores Deputados têm noção de quantas Auxiliares de Ação Educativa temos na Educação? Temos mais de quarenta e duas Auxiliares na Educação, do quadro da Câmara, e que representam o valor de trezentos e sessenta e três mil euros de remunerações orçamentais. Portanto, vão somando ao valor de quase um milhão e oitocentos mil que está nas GOP.

Devo-vos dizer que em telefone, em água, electricidade, todos estes números que eu consegui apurar nas faturas, levam-nos ao valor de dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, setecentos e cinco euros.

Por fim quero deixar aqui um agradecimento a todas as Escolas que têm colaborado com a Câmara Municipal e em particular com o Pelouro da Educação. Tem sido muito gratificante trabalhar com eles e espero que o ano de dois mil e dezasseis continue a ser um bom ano para os agentes educativos e que os profissionais da educação possam realizar aquilo que tanto ambicionam em prol dos nossos alunos.

Se o Senhor Presidente me permitir eu avançava para a área da Cultura, uma vez que também é um Pelouro que está sob a minha alçada:

Relativamente às GOP, no objectivo da Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, e só vou mesmo dizer isto, onde está o valor de um milhão quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta euros, com uma ponderação de catorze vírgula oito, é um objectivo, e chamo a atenção dos Senhores Deputados porque às vezes fala-se muito e não se percebe do que se diz, que tem quatro programas. Os programas são: Cultura; Desporto; Juventude; Tempos Livres.

Eu vou falar do programa da Cultura. O Sr. Vereador do Desporto falará depois dos programas dele.

Relativamente à Cultura o que está previsto em orçamento é um milhão e vinte e seis euros.

Dizer que está prevista a requalificação da Casa da Cultura César de Oliveira. Está prevista, também, a requalificação da Casa Amarela na Bobadela. Está previsto, também, a requalificação do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira e, destaco ainda, também no âmbito do ITI, a musealização do Centro de Acolhimento das Ruínas da Bobadela, um espaço que rapidamente vai passar a ter e saber acolher os turistas que o vão visitar, e os nossos alunos também, a cultura também está intimamente ligada á Educação e a outras áreas. Vamos ter a oportunidade de fazer os arranjos e a requalificação dos espaços envolventes da igreja de São Pedro de Lourosa.

Dizer que é com muita satisfação que me revejo neste Orçamento, quer seja na área da Cultura, quer seja na área da Educação, quer seja no Orçamento em geral.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Depois desta apresentação da Sra. Vereadora da Cultura até poderia pedir que se retirasse a rúbrica do Desporto deste objectivo comum porque com estes investimentos todos na Cultura ainda irão dizer que tudo isso foi em bola o que não é verdade.

Aquilo que gostaria de dizer é que este objectivo do desporto está, de facto, incluído e junto com a Cultura, Juventude e Tempos Livres e também dizer que no Desporto estão perspectivadas algumas obras: Melhoria do Complexo Municipal das Piscinas e Corte de Ténis, no âmbito do Programa da Eficiência Energética. E aqui, também, gostaria de dizer que estão um conjunto de despesas inerentes à utilização deste equipamento, assim como do Pavilhão Municipal que não é colocado apenas ao serviço dos Clubes mas também ao

serviço das Escolas, das IPSS, das Juntas de Freguesia e algumas Associações do nosso Concelho.

Depois também iremos investir na manutenção e na melhoria de Instalações Desportivas diversas. Claro está que também teremos aqui o apoio aos Clubes.

E ainda abrangendo o Desporto, também se destaca a intenção do Município em criar um Centro de BTT e, em consequência da elaboração do PDU e da respetiva Candidatura Global, também um Projeto que inclui uma Rede Ciclável Urbana.

Nesta Proposta de Orçamento, congratula-me dizer que o Município continua a considerar a importância do Desporto, continua a considerar o seu papel fundamental na nossa sociedade, é um complemento ao papel do Estado e assume funções sociais, culturais, educativas, formativas e desportivas.

O Município, hoje, tem uma política clara e tem potenciado o Desporto para Todos.

Hoje, em Oliveira do Hospital, a meu ver, é inegável que existe uma dinâmica desportiva assinalável indo ao encontro também com as recomendações que vão sendo feitas, um pouco por todo o lado, pela Organização Mundial de Saúde e organizações ligadas à Educação onde se volta a referir novamente o reforço das horas da Educação Física Escolar e do Desporto Escolar.

Depois, importa dizer, também, que todas as iniciativas que vão sendo desenvolvidas um pouco por todo o Concelho, e não apenas aquelas iniciativas do Desporto Federado, são várias as que as diversas Associações vão desenvolvendo, são também apoiadas pelo Município desenvolvendo também, e promovendo o Desporto de Natureza e aproveitando para promover o nosso Concelho.

A criação de Circuitos Bio-Saudáveis, como aquele que foi feito no Parque do Mandanelho, potenciando Desporto para Todos como vos tenho dito.

Depois, incluímos e consideramos outras iniciativas desportivas de âmbito nacional como a Taça Hugo dos Santos, o andebol internacional, que também recebemos, eventos que vamos acolhendo, vamos organizando e que vamos aproveitando também para promover o Concelho de Oliveira do Hospital.

Aqui, não podia deixar de valorizar e de reforçar o papel das Associações Desportivas, de todos os seus directores e todos os seus

colaboradores, porque são elas, em conjunto com as Juntas de Freguesia que os vão apoiando, que ajudam a criar esta riqueza desportiva do Concelho de Oliveira do Hospital.

Quando se fala em apoios para a Bola importa reforçar, importa dizer, que a Bola em Oliveira do Hospital é a Bola de basquetebol, é a Bola de ténis, é a Bola ténis de mesa, é a cana de pesca, é o dorsal no atletismo, é a Bola de futebol mas também são os colchões da ginástica, a Bola de futsal, o volante da bicicleta, a Bola de hóquei em patins ou a Bola de boccia ou a utilizada na INATEL e ainda um sem número de iniciativas desportivas que vão acontecendo um pouco por todo o Concelho.

Esta Bola, leia-se Desporto, representa também uma variedade no ecletismo que também é uma riqueza no nosso Concelho e que envolve mais de setecentos praticantes, quase todos, menores de dezoito anos.

Penso que este apoio à Bola deve ser apoiada e deve ser reconhecida.

Por último falava, também, da Juventude para dizer que o Município faz parte do papel que deve ser atribuído à Juventude na sociedade, no seu tempo e do lugar que ocupa no presente e no futuro do nosso Concelho.

Aqui, gostaria de dizer que vários dos objectivos apresentados no Plano nas diversas rúbricas, e como já aqui foi apresentado, integram medidas que abrangem a Juventude e que estão diluídas na Educação, no Empreendedorismo, na Ação Social, na Cultura e também no Desporto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que este foi um momento bonito porque eu gosto de trabalhar em equipa e também gosto que as minhas estrelas reluzam. Tenho muito orgulho nesta equipe que comando e na capacidade de trabalho dos Vereadores e dos meus adjuntos, há aqui muito trabalho que parece que é o Presidente da Câmara que fez mas, não é verdade, porque este trabalho é realizado por toda uma equipe. Tenho uma equipe forte e rematamos todos para a mesma baliza que é o desenvolvimento do Concelho de Oliveira do Hospital.

Um Concelho que tem esta Cultura, que tem esta dinâmica Desportiva, é um grande orgulho. Temos que enaltecer o trabalho de todos os Dirigentes Desportivos: Os Dirigentes do hóquei em patins, do basquetebol, da ginástica e de todas as outras áreas.

Quando veem os valores todos acham que é só bola mas como podem verificar não é verdade.

Nas nossas Piscinas Municipais só para aquecer a água no inverno temos um gasto de gás de cerca de dez mil euros mas eu pergunto se vale a pena, ou não colocar aquelas instalações ao serviço da nossa juventude, ao serviço das nossas escolas? É dinheiro, ou não, bem empregue?

Quando, outros, querem, porque soa bem dizer que é tudo para a bola, esquecem-se dos problemas porque não estão próximos das pessoas. Essas pessoas ainda fazem outra coisa, ao outro dia vão aos clubes abraçar e pôr as mãos por cima dos Diretores com hipocrisias. Nós sabemos de quem estamos a falar!”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Também agradeço a clareza com que os Srs. Vereadores, e sobretudo o Sr. Presidente, apresentaram o Ponto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Começo dizendo o seguinte: Porque estamos no Ponto VII, e porque votaria favoravelmente e sem qualquer tipo de dúvida este Ponto VII, e desde já parabenizar todo o trabalho que tem sido feito por este Executivo ao longo destes dois anos, mas não o irei fazer, assim não irei votar o Ponto X e o Ponto XI, e desde já o Sr. Presidente com direito porque a lei e o Regimento assim o manda e devido à minha chegada tardia que já justifiquei, mas porque sou uma pessoa de princípios e não gosto de ser exceção, quer pela positiva, quer pela negativa, quer em deveres, quer em obrigações, ia solicitar que todos os Pontos que eu votei, que foram todos, e que os votei favoravelmente, que não fosse considerada hoje a minha presença, em termos efetivos, como representante na Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente, dentro das competências que lhe são dadas, impediu o Deputado Nuno Caetano de Votar, eu também tendo chegado uma hora não mais cedo, e porque não estive presente no momento da chamada e como tal peço que não seja considerada a minha presença a qual irei justificar.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero explicar o que é que se passou: Como sabem, os Membros da Assembleia nem todos chegam no momento zero mas vão chegando ao longo da Assembleia. Uns chegam cinco minutos depois, outros meia hora, e não há problema nenhum com isso mas a partir de determinado momento a Mesa da Assembleia tem a obrigação de definir a partir de que momento é que considera que não devem ser consideradas as presenças das pessoas.

A Mesa definiu que a partir de determinado momento não seriam consideradas mais admissibilidades. Foi por isso que o Nuno Filipe foi considerado para votar.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“Não venho responder a provocações do meu amigo e colega de bancada, Dr. Luís Lagos, mas quero dizer-lhe o seguinte: O Senhor ao longo deste tempo que aqui tem estado tem sido o exemplo de como a oposição se deve comportar. Acho que a oposição deve seguir o seu exemplo. Quero dar-lhe os parabéns por esse facto. A sua oposição é extremamente construtiva e vem ajudar em muito esta assembleia e a enobrecer todas as ações aqui apresentadas.

Também referir que estamos a finalizar mais um ano civil e queria desejar a todos um bom Natal, ótimas festas e que o próximo ano seja essencialmente com muita saúde para todos nós e que todo o nosso esforço e que toda a nossa dedicação enquanto Oliveirenses seja sempre para o bem comum: Engrandecer e desenvolver Oliveira do Hospital. Todos nós seremos poucos para cumprir esse desiderato para o qual fomos eleitos.

Dar também os parabéns ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores, gostei da apresentação de todos eles, desta forma aberta e transparente que deve ser o exemplo a seguir.

O Executivo deve continuar a privilegiar os mais desfavorecidos, deve continuar a privilegiar tudo o que diga respeito à Educação, à Ação Social Escolar. Esse é um princípio humano no sentido de dar voz aos mais desfavorecidos e dar voz aos problemas da Educação. Dar os parabéns por esse facto. Continuem neste bom trilho porque nós estamos cá para vos acompanhar e ajudar no combate às desigualdades Sociais.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Orçamento fiquei agradado por ver que existia equilíbrio entre diversas áreas. E são privilegiadas áreas que, para mim, são extremamente importantes: A Ação Social, a Educação, a Cultura e o Desporto.

Na área do Desporto deixem-me confessar-vos que também estou ligado ao desporto desde novo como praticante e como Professor de Educação Física.

O investir na formação desportiva dos nossos jovens não é de somenos importância porque é extremamente importante. De hoje para amanhã se não investirmos nesta área teremos outros problemas mais graves, nomeadamente criminalidade elevada e que temos jovens perdidos. Para mim é fundamental investir na prática desportiva e em estilos de vida saudável.

Vou votar favoravelmente este Orçamento porque há um grande equilíbrio com as verbas que estão disponíveis.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Orçamento queria felicitar a maneira como eles está apresentado. Está feito com clareza.

Durante a noite li o Orçamento e a verdade é que ele não me tirou o sono. Para mim é o melhor Orçamento dos últimos anos.

Sabemos que este Orçamento está um bocadinho empolado e já foi explicado porquê, devido ao PDU, vamos ver o que é que vai ser aprovado e depois disso terá que haver, com certeza, alguma retificação ao orçamento.

No que está referido no Orçamento em termo de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, Desenvolvimento Empresarial, na descentralização das Juntas de Freguesia, e apraz-me registar esta transferência de verbas reforçada.

Quero aqui deixar apenas um alerta para o Sr. Presidente da Câmara e para o Executivo relativamente aos transportes que fazemos: O facto dos autocarros da Câmara se deslocarem em serviços das Juntas de Freguesia, eu acho que é um meio de divulgação do Concelho que fica barato. Porque pelos diversos lugares que vamos passando as pessoas aproximam-se dos autocarros, nomeadamente do autocarro novo porque tem uma série de imagens do Concelho, para verem e para comentarem. Peço que a situação relativa à utilização dos autocarros que seja estudada porque esta utilização pode ser um veículo de publicidade do nosso Concelho.

O Orçamento também me pareceu muito bem porque há mais obra física. A obra física é sempre uma coisa que as populações notam, a Ação Social toca

a todos e apoia os que mais necessitam, e a Câmara tem tido esse cuidado, mas a obra física é necessária.

Dizer ainda que é com satisfação que vi incluída neste Orçamento a obra do Antigo Quartel do Bombeiros, que anda nos Planos e Orçamentos há já muitos anos, e que está muito degradado. Acho que a Câmara não tem autoridade moral quando chama a atenção em determinadas coisas particulares que estão a degradar-se quando ela própria pode ter uma ou outra situação nas mesmas condições. Por isso eu vejo com agrado a recuperação do Antigo Quartel dos Bombeiros.

É claro que vou votar favoravelmente este Orçamento porque, como já disse, parece-me o melhor Orçamento dos últimos anos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Não questionando a decisão da Mesa, quero enaltecer o ato de nobreza do Nuno Filipe com a atitude que tomou, ao mesmo tempo que não aprovo que não se tenha deixado falar o Sr. Nuno Caetano. É a democracia que temos porque o Sr. Presidente da Câmara que está sujeito ao artigo 25º, como nós todos, e por isso tem cinco minutos para apresentar o Ponto e tem cinco minutos para responder, porque eu estou de acordo que o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores devem utilizar o tempo necessário para esclarecer cabalmente a Assembleia, agora, o que não pode é não deixar o Sr. António Lopes, depois de ser ofendido, de falar.

Tenho aqui uma certidão da BLC3, onde diz que o Sr. Dr. João Nunes é Sócio, mas não diz cá que ele reverte a cota, e eu não sou bruxo!

O Sr. Presidente da Câmara, fazer-me um esclarecimento a mim ou a qualquer outro Membro, não é um favor que nos faz. No caso da BLC3, o Relatório da CADA diz que obedece à LADA e que tem de mostrar os documentos. O Sr. Presidente continua a achar que é o dono da Câmara, e o dono da Assembleia, e continua a achar que dá os esclarecimentos que quiser, a quem quiser, quando quiser. Isso é que é democracia!

Volto a dizer ao Carlos Artur que nunca fui convidado por quem de direito para ir à BLC3. Sou amigo pessoal do Sr. Eng.º João Nunes e acho que está a fazer um bom trabalho mas eu pergunto como é que ele tem quarenta e nove por cento? Quem é que lhos vendeu? Com a autorização de quem? Porque, que eu saiba, estas coisas precisam da autorização da Assembleia Municipal.

O Sr. António Lopes fala com documentos e como sabem comigo não têm hipótese nenhuma.

O Sr. Presidente da Assembleia nunca me convidou para ir à BLC3 e é ele que tem de me convidar não é mais ninguém.

Quero dizer ao Dr. Francisco Rolo que ele sabe o respeito, consideração e amizade que tenho por ele, e também não estava à espera que ele fizesse um papel diferente, mas quero dizer-lhe que no seu Pelouro o Senhor está, de facto, prejudicado.

A Dra. Graça está de parabéns, neste Orçamento foi quem mais subiu, realmente a Educação, como eu defendo, está em primeiro lugar, como diz o Sr. Presidente, o Orçamento aguenta tudo e depois logo se vê como é que é, e teve um aumento de cerca de quinhentos mil euros. Espero que os gaste e que os gaste bem.

Queria dizer, especialmente, ao Sr. Dr. António Soares que eu também sou pela Bola, eu lembro-me de ter dito em Lagares da Beira, que é melhor fazer um estádio do que uma cadeia, agora, vamos lá ter equilíbrio!

Então, o Sr. Dr. Francisco Rolo que quase me fez chorar e depois gastou duzentos e dezassete mil euros, com as famílias e com a solidariedade e o Dr. Nuno Ribeiro gastou oitocentos e vinte e cinco mil euros e a Dra. Graça gastou setecentos e setenta e oito mil euros.

Se os Senhores estão de acordo, votem. Eu não estou, e digo porque que não estou. Não estou, porque eu não admito, já mais em tempo algum, que a Bola e as Festas tenham mais do que a Educação porque onde nós gastamos o dinheiro é nos atletas de fora e não é na formação dos nossos jovens.

Digam lá o que quiserem, mas eu sei muito bem o que é que aqui ando a fazer, eu estudo isto, vejo os números e explico porque é que falo, como falo, e porque penso, como penso.

Eu nunca fui contra a Bola, nem contra as Festas, vamos é ter equilíbrio.

Com as famílias e com a Ação Social esta Câmara gastou duzentos e dezassete mil euros e com a Bola e as Festas gastou oitocentos e vinte e cinco mil euros. Eu não concordo, acho que é um crime aprovar isto. É por isso que eu não voto o Orçamento.

Quanto ao resto da política, Sr. Presidente, mude de tática, respeite os direitos da oposição e dos Srs. Deputados. O Senhor não me faz nenhum favor em dar-me os documentos. O Senhor não cumpre a Lei mas, o Senhor está obrigado a cumprir a lei, como eu.

Sr. Presidente, eu nunca deixei aqui ofender os Membros desta Assembleia e, nos termos da lei, o Sr. Presidente da Câmara está aqui para responder ao que lhe perguntam e não é para vir para aqui fazer comícios e ofender o António Lopes.

O Sr. Presidente da Câmara precisava de nascer muitas vezes para ter um currículo de vida como tem o António Lopes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas duas palavras: Dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo pelo Orçamento hoje aqui apresentado. Acho que é um Orçamento ambicioso, feito com bastante rigor mas também com alguma justiça. Digo com alguma justiça porque vejo, finalmente, neste Orçamento uma obra orçamentada para a minha Freguesia de São Gião. A partir de agora e num futuro próximo os habitantes do Covão, da Barroca e do Alentejo irão ter água potável na sua torneira e irão ter água nas suas casas. Esta obra depois de concluída só peca por vir tarde, mas como diz o ditado, “tarde é o que nunca vem” e “saber esperar também é uma virtude”. Os meus agradecimentos por estar esta obra orçamentada.

Desejo a todos um Bom Natal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Agrada-me este estilo novo de apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, com a apresentação de cada um dos responsáveis e com a explicação ao pormenor do que é pretendido e de qual é o investimento programado, quais são as ambições para o futuro e aquilo que se pode fazer.

Também gostava e acho que era importante, e pode ser feito numa futura Assembleia Municipal que conheçamos a execução de tudo isto por isso é o mais importante.

Encheremos este Orçamento com estas rubricas orçamentais com programas de apoio à Casa Digna, de apoio aos Ativos Sociais, de apoio à colocação de desempregados em empresas, de apoio às empresas, mas depois é preciso percebermos, para votarmos em consciência, a execução destas obra e qual foi o resultado obtido e conseguido do despejo deste dinheiro nesses mesmo programas porque se assim não for estamos a votar às cegas. Ninguém vai votar contra um programa de apoio à Casa Digna, ninguém vai votar contra

um programa de Ativos Sociais, ninguém vai votar contra um programa de apoio às empresas. E por isso deixo este desafio.

Dizer que no Orçamento há uma diminuição da verba atribuída às Juntas de Freguesia e por princípio sou contra. Eu acho, e já o disse aqui várias vezes, que temos bons Presidentes de Junta de Freguesia, temos hoje nas Juntas de Freguesia pessoa capazes e acho que deveriam ter uma disponibilidade financeira maior. Passa-se de quinhentos mil euros para quatrocentos e sessenta mil euros.

Depois, Sr. Presidente, dar nota que eu quero votar a favor do Orçamento. E votar a favor do Orçamento, para mim, implicaria três questões que para mim são cruciais, e acho que não são conseguidas novamente.

Tive o cuidado, também, de dizer numa entrevista que dei, porque não disse só coisas más, também disse muitas coisas boas, e gostava que o Partido Socialista, que passa a vida a vir aqui atacar os Deputados da oposição e não nos traz uma proposta para apresentar ao Executivo, isso é que é uma pena, que a liderança do Partido Socialista e os Deputados do Partido Socialista, não os Srs. Presidentes de Junta, não venha aqui com proposta política, porque é isso que nós ambicionamos nesta Assembleia Municipal. É com proposta política que nós desenvolvemos o Concelho e o levamos mais além, mas eu gostava de ter um Orçamento que financiasse as pessoas e não as instituições.

Financiar as pessoas é ter apoios diretos às pessoas. Eu preferia ter um aluno da Escola Secundária de Oliveira do Hospital e uma família apoiada para ir colocar o filho a jogar à bola no futebol clube de Oliveira do Hospital e nós apoiarmos e pagarmos através do orçamento Municipal do que pagarmos diretamente ao futebol clube de Oliveira do Hospital porque está a formar uma pessoa. O que eu não quero é despejar dinheiro no futebol clube de Oliveira do Hospital que muitas vezes é utilizado em futebol profissional. Eu para isso não quero que o nosso dinheiro seja utilizado. Eu não quero pagar a jogadores profissionais de futebol, a jogadores profissionais de basquete ou o que seja.

Eu quero apoiar os nossos jovens e fazer um apoio direto às pessoas e não às instituições.

Depois, pedir ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo se podemos fazer uma revisão do Programa de Apoio aos Casais com Filhos. Acho que há um ponto que pode ser mudado. Acho que o programa é perfeito e que teve bons resultados, o Sr. Presidente da Câmara é o primeiro a reconhecê-lo e diz que foi uma das grandes medidas que tomou no seu primeiro mandato, eu também acho que sim, mas há lá uma desigualdade e um critério que cria

alguma desigualdade no apoio: É definido um critério financeiro e depois não se leva em conta o número de crianças por cada casal.

Por exemplo, um casal que tenha um rendimento de dois mil e setecentos euros, se tiver um filho não é apoiado mas se tiver quatro parece-me que isso pode criar alguma desigualdade.

Por último, e para terminar, deixo um desafio ao Sr. Presidente da Câmara, com uma recomendação que aqui fica escrita e, que será entregue à Mesa. Se este desafio for aceite terei todo o gosto de votar a favor deste Orçamento.

Já aqui propus numa reunião aquando do primeiro Orçamento a Tarifa Familiar da Água, que foi aqui aprovada, em boa hora, já aqui falei do IMI Familiar que permite a redução do IMI para os casais jovens com filhos, assim esta Câmara Municipal, este Executivo Municipal, este Concelho conseguiram e alcançaram ter um galardão que nos enobrece e nos agrada a todos, e que nos envaidece a todos, que é de um Concelho Familiarmente Responsável, deixo-lhe outro desafio: Este Município, e bem, tem apoiado a compra dos Manuais Escolares grande parte dos alunos do escalão A e B. O que dará um apoio a sensivelmente na ordem dos onze ou doze mil euros. Eu lançava o desafio de a Câmara Municipal financiar a totalidade dos Manuais Escolares de todos os alunos do Primeiro Ciclo do nosso Concelho.

O número de crianças que temos neste momento no Primeiro Ciclo do nosso Concelho anda há volta de setecentas crianças. A compra dos manuais Escolares importa em cerca de sessenta euros e por isso falamos de um investimento no limite de quarenta e dois mil euros. Mas é um investimento que apoiará casais jovens em início de vida, será um investimento que ajudará na sedimentação populacional, que ajudará no início de vida os casais que aqui querem viver, que aqui terem ter filhos e acho que seria mais uma medida a somar a outras que já trouxemos como proposta política a esta Assembleia e que o Município em boa hora acolheu, mais uma medida para beneficiar as famílias para sermos um Concelho Familiarmente Responsável.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“O que ouvimos aqui hoje foi a apresentação de um Orçamento participativo de uma equipa coesa que sabe o que quer para o Concelho. Vimos também o que pretende uma equipa que tem ambição, que sabe qual é o caminho e por onde quer ir e sente o pulsar das populações.

Contrariamente a algumas pessoas que dizem aqui, que fazem sugestões e que fazem críticas, o que eu noto aqui hoje é que há um trabalho muito forte e há um crer e muita ambição.

Deve ser realçado deste Orçamento a continuação na aposta na Educação e na Formação Profissional. Só temos futuro se formarmos os nossos jovens. Há um crescimento da verba e por isso queria realçar esse aspeto.

Uma aposta muito clara na Família na Solidariedade e na Ação Social. Sabemos que estes últimos tempos têm sido muito difíceis para o País e para as famílias e que as Câmara têm substituído muitas vezes o Governo e são elas que são o elo mais próximo da população e por isso realçar também o crescimento destas verbas.

Há aqui uma aposta clara na Saúde, é pena é não termos os médicos, algo não funciona bem.

Habitação e Urbanismo - Acho que uma habitação condigna e toda a nossa cidadania são importantes.

Ao Dr. Luís Lagos quero dizer o seguinte: É pena que o Dr. Luís Lagos só faça propostas em Oliveira do Hospital porque também deveria fazer o mesmo junto das ligações que tem junto do Governo para que sejam implementadas no País. Aqui está a propor, e bem, mas no País, infelizmente, não consegui. Mas também não vai conseguir nos próximos tempos.

Relativamente à Recomendação acho que está a pedir impossíveis. Na minha opinião acho que só se deve auxiliar quem realmente necessita e que não se devem dar estes auxílios a pessoas que não necessitem deles.

Dizer também que este Orçamento aposta nas novas tecnologias de informação.

Espero e desejo que este novo Governo venha dar alento quer a Oliveira do Hospital quer ao País.

Temos aqui um investimento de vinte vírgula cinco milhões de euros o que revela um esforço muito grande. Não há muitas empresas que tenham Orçamentos desta dimensão e por isso a Câmara de Oliveira do Hospital tem sobre si uma grande responsabilidade para gerir um Orçamento deste valor e de nos prestar contas.

Cá estaremos durante o ano de dois mil e dezasseis para apoiar o que tiver de ser apoiado e para pedir contas no que tem de ser pedido.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Eu compreendo que a Mesa deva estabelecer um limite para a chegada dos Deputados, a partir do qual não aceita intervenções, mas gostaríamos de perceber qual era esse limite. Acho que a diferença de tempo ente a chegada de um e de outro não foi assim tão significativa portanto registamos com desagrado o facto de ter sido cortada a palavra a um Deputado e ao outro não.

Sobre este Ponto gostaria de dizer que o PSD considera e continua a considerar que o documento das Grandes Opções do Plano não apresenta uma orientação estratégica para dois mil e dezasseis e muito menos para o futuro, falhando visivelmente enquanto proposta do Executivo Municipal.

Continua ano após ano a não ver uma ideia clara das Políticas de Desenvolvimento Económico e Social que se pretendem para Oliveira do Hospital, devidamente plasmadas num documento e articuladas com a proposta do Orçamento de dois mil e dezasseis.

Há uma ou outra iniciativa e/ou intenções de pouca monta e, de pouca relevância para o efectivo desenvolvimento do Concelho.

O PSD entende que as realidades plasmadas nas GOP não são as que consideramos mais importantes para a promoção do desenvolvimento de Oliveira do Hospital.

Quer-se criar a ideia de que há muitos projectos mas, verdadeiramente importantes e decisivos para o desenvolvimento do Concelho, poucos se apresentam.

Oliveira do Hospital precisa de outra Zona Industrial Moderna que fomenta a criação de empresas e de emprego; Precisa de acessos mais dignos na entrada da nossa cidade e do nosso Concelho; Precisa de uma política fiscal competitiva que atraia empresas e pessoas, como acontece com concelhos vizinhos, nomeadamente com a redução do IMI e na participação do IMI familiar e na participação variável do IRS.

Constatamos também com desagrado a redução que é feita nas transferências para as Freguesias, como aqui já foi referido pelo Deputado Luís Lagos.

Devemos também criticar o facto de se terem passado dois anos sem obra de relevo. Há obras que transitam de Orçamento ou Plano de ano para ano e nunca vêm a luz do dia. São adiadas ano, após ano, e parecem existir somente no papel num mero plano de intenções, servindo somente para acomodar e encher expectativas. Como tivemos oportunidades de dizer, no passado, os Oliveirenses esperam obras nos quatro anos e não apenas para serem concluídas em fim de mandato. Uma coisa é certa, o que se depreende deste Orçamento os

Oliveirenses não vão sentir alívio nos impostos que a Câmara cobra, nomeadamente o IMI e a participação variável do IRS.

Porque consideramos que este documento poderia ir um pouco mais além vamo-nos abster neste Ponto.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui por duas razões: Primeiro para dizer que me revejo neste Orçamento. Acho que é um Orçamento equilibrado dentro daquilo que eu entendo que será um projecto de evolução, não só nas várias vertentes da obra física como também em duas áreas que para mim são muito importantes: Realçar o apoio que é dado nas áreas de cariz Social, bem como também nas áreas da Cultura e do Desporto. Só podemos ter jovens e adultos bem formados e bem fisicamente se praticarem desporto, se lerem e se participarem em eventos culturais.

Isto não é só festa, mas eu gosto bastante de festas e sou um defensor das festas desde que elas tenham um fundamento.

Quero também agradecer ao executivo, na pessoa do Sr. Presidente, o apoio que deu às Freguesias. Está-se a falar numa redução mas eu ainda não estou a sentir isso, pelo que me foi dado perceber, nós vamos ter um reforço com as transferências que irão fazer para as Freguesias.

Se há uns tempos atrás eu aqui me lamentei por ser Presidente de uma Junta a que chamo de tecnicamente falida, porque as verbas que vêm do FEF são inferiores às despesas correntes, eu tenho que ficar extremamente agradecido, politicamente, pelas verbas que o Município dá. Estas verbas vão-nos permitir gerir com dignidade as nossas dificuldades no dia-a-dia.

Desejo a todos um santo Natal e que para o próximo ano a nossa Assembleia seja mais pacífica e que consigamos discutir os problemas reais na evolução e das necessidades do nosso Concelho e não passar aqui três ou quatro horas sempre em guerra. Acho que havia coisas importantes para discutir nomeadamente para onde queremos ir e de como é que havemos de ir. Isso sim, era o que me agradava. São os votos que faço para o próximo ano.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Olhar para este Orçamento com olhos de ver e sem qualquer tipo de pedrinha no sapato, seja de que tipo for, nomeadamente política, e depois dizer-se, como o Eng.º Rafael aqui disse há pouco, que não vê neste Orçamento perspectivas de desenvolvimento económico e social do Concelho de Oliveira do Hospital para o ano de dois mil e dezasseis.

Eu só vou rotular isso de uma forma: É uma pura e simples hipocrisia política só para tentar justificar que não vota a favor e que se abstém. Somente para isso, mais nada.

Pena é que o PSD, que já nos habituou a estes papéis, a estes números, nós sabemos porquê, o Senhor é muito novo, anda cá há pouco tempo, pena é que o Senhor cá não estivesse há uns anos atrás nos tempos dos Orçamentos do seu ex-Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, mas eu vou-lhe dizer, Sr. Eng.º Rafael, e foi numa altura em que as Câmaras Municipais não tinham cortes financeiros, que foram feitos pelo seu Governo, como esta teve, e foi numa altura em que havia muito dinheiro e Fundos Comunitários e foi uma altura em que era muito mais fácil Governar e gastar dinheiro do que é hoje, e era numa altura em que as Câmaras Municipais não tinham as amarras, nomeadamente legislativas feitas pelo Governo Central, que têm hoje. Percebe, Eng.º Rafael? Em que era permitido quase tudo! E nós víamos bem qual foi o desenvolvimento de Oliveira do Hospital nessa altura!

Agora, o Senhor, vir aqui dizer, com um Orçamento destes à sua frente, com as perspectivas que são aqui criadas neste Orçamento que totaliza vinte milhões de euros, e o Senhor tem o descaramento político e a hipocrisia de dizer que falta ambição num Orçamento deste tipo. O Sr. Eng.º Rafael podia dizer tudo menos isso. Se há coisas que estão plasmadas neste Orçamento é ambição e ambição em vários campos. Ou o Senhor não leu bem isto, ou então as suas palavras são uma tremenda hipocrisia política.

Eu ainda não percebi, no dinheiro global para as Freguesias, onde é que houve redução? Eu gostaria, que quem fez esta afirmação, que me explicasse onde é que houve redução. Expliquem-me! Será que eu sou burro e que não soube ler o que estava aqui?

Meus amigos, não vamos brincar com coisas sérias, nem vamos querer andar aqui a fazer joguinhos. Nós não vamos em joguinhos e muito menos em joguinhos desse tipo.

Bom, pela parte que me toca, eu não podia deixar de dizer isto: Obviamente que este Orçamento é um bom Orçamento nomeadamente em relação a outros Orçamentos que este próprio Executivo anteriormente aqui

teve. Este é o melhor Orçamento, Sr. Eng.º Rafael. Leia-o bem e compare-o com os anteriores e vai perceber que é o melhor. É bom que o Senhor leia bem os números se os souber ler.

Nós percebemos que o Senhor vem aqui pela boca do PSD, e pela Comissão Política do PSD, já que o Presidente não pode cá estar, e o Senhor traz isso encomendado. Mas o Senhor vem acusar, mais uma hipocrisia política, que este Executivo em dois anos de mandato, acusá-lo de eleitoralismo por vir apresentar este Orçamento. Quando foi o vosso Governo que pôs as amarras aos Municípios que lhes tirou o dinheiro, que não lhes abriu os Fundos Comunitários e os Senhores têm a coragem de vir aqui dizer que isto é um Orçamento eleitoralista porque andaram dois anos sem fazer nada quando foram vocês próprios que cortaram as pernas aos Municípios. Os Senhores sabem muito bem disso. Sejam honestos politicamente.

Não vale mais a pena falar sobre os números porque já outras pessoas o fizeram mas na parte que me toca, enquanto Presidente da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, obviamente que estou satisfeito por aquilo que aqui vejo. Particularmente na área da Saúde porque a extensão de Saúde de Ervedal da Beira vai ser construída para o ano. Segundo sei tem o financiamento garantido na CIM. Era uma expectativa de muitos anos e por isso espero bem que seja agora uma realidade.

Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara sabe daquilo que eu falo, há uma rubrica que não está aqui e que não aparece, e tem um motivo para não aparecer, que é a requalificação de um espaço que existe em Vila Franca da Beira, relativamente a um jardim que lá vai ser feito, e que está no final o concurso dessa obra. Era uma obra da responsabilidade e de compromisso da Câmara Municipal, a Câmara municipal não pode lançar o concurso porque não tem a posse daqueles terrenos e combinou que fosse a Junta de Freguesia a lançar o concurso e posteriormente a Câmara Municipal vai ressarcir a Junta com a verba gasta na obra. A obra vai ser feita.

Senhor Presidente eu quero dizer-lhe que este é um bom Orçamento e diria mesmo que é um excelente Orçamento para o concelho de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Vou aprovar este Orçamento que tem aqui verbas muito importantes para dar as respostas que os meus fregueses necessitam.

Também quero pedir ao Sr. Presidente que não se esqueça de incluir a Freguesia de Meruge, nomeadamente o Bairro da Rigueira, a Rua do Pombal e em Nogueirinha, o Bairro da Tapada e o Bairro da Igreja, no Plano de Saneamento do Concelho que já aqui foi referido.

Neste Orçamento está uma verba para uma obra que vai passando de ano para ano mas que eu gostava de ver concluída. A Junta de Freguesia já adquiriu o terreno em Nogueirinha e vamos ver se é desta que vamos resolver o problema. Tem-se aqui falado tanto na formação dos nossos jovens, e como é uma verba reduzida, e para que os nossos jovens possam praticar desporto, penso que é um bom investimento.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há aqui uma grande confusão. Dr. Luís Lagos quero dizer-lhe que relativamente à rubrica das Freguesias que está a fazer uma grande confusão. Se visse os mapas com atenção verificava que há um acréscimo na descentralização, numa rubrica das Freguesias que é a doze, zero, um, que aumentou 25,45%, aumentou de quinhentos e cinquenta mil euros para seiscentos e noventa mil euros. Eu até percebo que o Eng.º Rafael vá atrás daquilo que o Senhor diz.

Sr. Eng.º Rafael, o Senhor que defende tanto as obras físicas para Oliveira do Hospital diga-me lá qual foi a obra física que foi feita pelo seu Governo na Região Centro? Diga-me uma?

Há um conjunto de políticas que o Eng.º Carlos Artur já referiu mas eu vou responder-lhe com mapas mas há aí alguns que vão dizer que os mapas são falsos.

Das transferências do Estado, do FEF, há uma verba para despesas correntes e há uma verba para despesas de capital. A verba para despesas de capital, serve para obras. Em dois mil e oito o valor do FEF para as despesas de capital foi de dois milhões, quinhentos e dezassete mil euros.

Em dois mil e nove, quando nós chegámos, isto é no seu tempo, no tempo do PSD, que havia aí muitas obras, mas não as vimos, e agora temos que andar a fazê-las, por isso é que o Senhor reivindica um conjunto de obras.

Em dois mil e nove foram dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil euros.

Em dois mil e treze já era só um milhão, cento e cinquenta e nove mil euros.

Em dois mil e catorze, o que o Estado nos transferiu foi quinhentos e oitenta e um mil euros.

Sabe qual foi o valor da redução? Esta redução foi de dois milhões e duzentos mil euros.

O Estado reduziu estas verbas para invadir o que os Municípios têm direito. Porque estas verbas são correspondentes a impostos que são devolvidos aos Municípios. O Sr. Primeiro-Ministro disse muitas vezes que não lhe interessava as obras físicas e o Senhor vem aqui com um conceito completamente diferente.

O que foi dito relativamente às verbas para as Juntas de Freguesia é um disparate completo. Os Srs. Presidentes de Junta sabem que há aqui rúbricas das Freguesias que não estão implicadas diretamente no protocolo mas que a Câmara apoia. Vou-vos dar uns exemplos que estão aí: Ampliação de Cemitério em Lagares da Beira. Ampliação de Cemitério em Seixo da Beira. É a Câmara que paga.

Há muitas verbas que não aparecem aqui directamente e por isso o valor não diminuiu. Até porque nem podia ser. Então, eu acabo de assumir um compromisso com os Srs. Presidentes de Junta e agora ia diminuir as verbas.

O que eu faço é democracia pura porque tudo o que está decidido foi o resultado de reuniões onde todos os Presidentes de Junta participaram e deram as suas opiniões e foram encontrados consensos porque eles querem o bem do Concelho tal como eu.

O Dr. Luís Lagos há pouco parecia que estava a apreciar as contas de dois mil e catorze.

Sobre o apoio ao desporto federado quero dizer que tenho vindo a reduzir as verbas e tenho reduzido com capacidade e com coragem, mas não posso matar tudo porque depois não tenho onde encaixar os jovens que estão na formação.

Quero que veja esta notícia do seu Governo. Esta notícia é do dia dois de dezembro: “Estado deu oito milhões de euros à Federação Portuguesa de Futebol para pagar dívidas fiscais dos clubes profissionais.”

Também quero dizer ao Dr. Luís Lagos que não posso ceder à sua proposta porque até me pareceu uma chantagem. Nós analisamos as propostas e a nossa proposta está consubstanciada mas eu estou sempre aberto à receção de propostas, porque mais tarde, ou mais cedo, e se elas forem boas propostas, podem ser concretizadas porque nós não somos os donos da verdade e temos o espírito de acolher propostas.

Nós não temos é o espírito do PSD porque o Eng.º Rafael poderia vir às nossas reuniões e até podia apresentar as suas sugestões e as suas ideias de desenvolvimento do Concelho até para ele nos ensinar porque estava no seu pleno direito mas a Comissão Política do PSD quando é convidada para participar nas reuniões depois não aparece. Mas ainda dizem num mail que recebemos que não participam porque depois não vêm as suas propostas plasmadas no Orçamento mas nós não podíamos plasmar as propostas porque eles não as deram. Ouviram o que eu tinha para dizer e quando perguntei se tinham propostas disseram que iam estudá-las e que depois as enviavam.

No Orçamento estão algumas propostas que são comuns a todos os Partidos como por exemplo a Reabilitação do Parque dos Marmelos.

Este Plano é um grande Plano e que tem uma ambição desmedida e também vos digo que não acredito que no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital que me dêem os doze milhões que eu lá candidatei.

Neste Plano e Orçamento estão vertidos os princípios deste Executivo.

Relativamente à proposta do Dr. Luís Lagos para a compra dos manuais escolares do primeiro Ciclo eu pergunto-vos: Se for um filho de um médico, ou de um casal, que tenha um rendimento de três mil euros, ele precisa que a Câmara Municipal lhe pague os livros? Tenho algumas dúvidas.

O incentivo à natalidade foi dirigido para todas as crianças que nascem, independentemente da sua condição económica, e digo-lhe que prefiro reforçar o incentivo à natalidade do que efectuar o pagamento dos manuais escolares.

Também é preciso dizer que a Ação Social Escolar já apoia as famílias na aquisição de livros e nós só subsidiámos aqueles que realmente precisam mas isto não quer dizer que não se possa analisar e alargar ligeiramente o programa até um determinado rendimento.

Nós percebemos que o Eng.º Rafael tem que arranjar uma justificação para se abster, porque até há de reconhecer que é um bom Plano, e tem toda a legitimidade para se abster, mas se fosse coerente, e perante as críticas que fez ao Plano, na minha opinião, o PSD só tinha um caminho era votar contra. Se acha que é um plano fraco porque é que se vai abster?

O Senhor vem para aqui dizer que devíamos fazer uma série de reduções, mas as Câmaras Municipais que têm dívidas, este Governo retirou-lhes a possibilidade democrática das suas Assembleias se pronunciarem sobre os impostos e têm que ter os impostos todos no máximo, quer seja o IMI, quer seja o IRS.

Também quero dizer que Oliveira do Hospital não tem derrama e ainda não tenho condições para mexer no IRS porque eu não quero “sol na eira, e chuva no nabal”.

Há aqui um conjunto de grandes responsabilidades e o Quadro Comunitário que era para abrir em dois mil e catorze, e já vamos em dois mil e dezasseis, e ainda não abriu. Eu dependo dos apoios Comunitários porque esses dinheiros já estão negociados. Se abrirem os apoios Comunitários nós vamos logo fazer um conjunto de obras que irão ser participadas em oitenta e cinco por cento.

Os tempos não são iguais e nós fizemos algumas delegações de competências nas Juntas de Freguesia, e foi das coisas melhores que eu fiz.

Também quero dizer que o programa que eu mais gostei de lançar foi o Programa de Incentivo à Natalidade.

Levei à última reunião o relatório do Programa Casa Digna que foi um projecto do ano passado e sabem quantas pessoas é que concorreram? Concorreram vinte e nove pessoas. Iremos acelerar os procedimentos para que se iniciem as obras em dezembro para onze situações que consideramos prioritárias. Em janeiro lançaremos outras, não serão todas.

Como Presidente defendo mais estes projetos de apoio direto às pessoas do que um projecto de uma mega obra.

Defendo que temos que ajudar os mais desfavorecidos e temos que dar condições de dignidade e de terem uma casa onde possam ser felizes enquanto vivem, esse é o meu trilha e do meu Executivo enquanto nós estivermos aqui.

Quero desafiar o Sr. Eng<sup>o</sup> Rafael para que no próximo ano, quando estivermos a construir o Orçamento, para que venha participar na sua elaboração com as suas propostas porque um Plano e Orçamento pode ser uma obra colectiva onde existam diferentes visões para que se possa discutir até porque eu tenho estado aberto e receptivo às propostas que aqui fazem. O que eu quero são propostas que proporcionem a melhoria das famílias no nosso Concelho.

Temos ainda um défice tarifário na água e, se já estivesse resolvido, poderíamos pensar de outra forma, ainda não está resolvido mas temos caminhado, até havia quem dissesse que a água nos dava um lucro enorme e hoje sabemos que não é verdade. As pessoas já cá estiveram e foram esclarecidas. Nós ainda subsidiamos a água, o saneamento e os resíduos.

Também não deixo de dizer que se hoje estamos melhor também se deve às políticas do Sr. Ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva. E digo isto

sem problemas e ninguém me pode acusar de trair o meu povo. Posso fazer más opções mas preocupo-me com a qualidade de vida das pessoas e tanto eu como o meu Executivo temo-nos esforçado para fazer as coisas bem.

Penso continuar com o Programa Casa Digna para o ano, e penso melhorar o Programa de Incentivo à Natalidade porque neste momento temos cento e sessenta crianças que beneficiam deste programa. Dá-me um grande prazer assinar todos os meses as transferências das verbas porque eu conheço a maior parte das pessoas mas este incentivo à natalidade não vai para os copos nem para luxos dos pais ou das mães, vai para despesas efectivas das crianças.

Ainda relativamente ao Programa Casa Digna quero dizer que foram pedidos três orçamentos e as empresas que vão executar as obras são pequenas empresas o que quer dizer que injetamos dinheiro na economia local.

Digo-vos que se concretizássemos este Orçamento, e o Orçamento é sempre um objectivo e também já disse que poderemos ter de o rectificar, e se o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de doze milhões de euros for aprovado, Oliveira do Hospital como Cidade, não seria a mesma coisa.

Não deixaremos a outras Freguesias para trás, fui eu que implementei a descentralização de competências nas Freguesias e tenho vindo sempre a tentar reforçar os meios e sempre com a Câmara Municipal em equilíbrio financeiro.

Precisamos rapidamente de duas obras aqui em Oliveira do Hospital, uma delas é a casa da Cultura porque hoje não temos uma Casa da Cultura à altura de Oliveira do Hospital e por isso vamos requalificar a Casa da Cultura.

A Bobadela também terá um grande impulso tal como Lourosa.

Com este Orçamento vamos resolver os problemas das fossas abertas na Póvoa de São Cosme, Seixas, Negrelos, Vilela, Galizes, Póvoa das Quartas, Chamusca da Beira. Construiremos ETAR's compactas porque tem havido reivindicações que são justas. Este ano estou muito determinado a resolver este problema do saneamento.

As Águas de Lisboa e Vale do Tejo neste momento estão a apoiar-nos num projecto por causa da Estrada da Beira, onde há a necessidade de substituir colectores.

Há ainda outra coisa que ainda não se fez, e que peca por tardia, que é a melhoria das condições do Estaleiro Municipal, mas o tempo das “vacas gordas” já acabou há muito tempo.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2016/2019 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2016, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para 2016 que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e nos termos do nº 2, do artigo 4º da Lei nº 12- A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de orçamento, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção e dois votos contra.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte declaração de voto:

“Só quero reconhecer o erro de palmatória. Esqueci-me desses dez mil euros que são atribuídos directamente que aumentavam a verba significativamente e que a aumenta em relação aos anos transactos.

Depois dizer-lhe que está muito preocupado em falar do Governo anterior mas tem que se preocupar, de facto, é com este Governo porque este Sr. Primeiro-Ministro chamado António Costa, neste momento, é o maior inimigo declarado deste Concelho, porque fará tudo para deitar abaixo a reforma da água que foi feita pelo Ministro Jorge Moreira da Silva que permitiu o desafogo financeiro do nosso Município.

O maior inimigo público deste Concelho chama-se António Costa, neste momento. Essa é que tem de ser a preocupação do Sr. Presidente.

Depois dizer-lhe que voto contra, não por ser contra a totalidade da proposta, não é por causa disso, mas por uma questão de princípio. E se acho que o Município tem sido bem conduzido em relação a reformas que têm que ver com o apoio direto à família, já tínhamos uma reforma que apoiava, e bem, a Primeira infância, que ainda agora falou nela e que pretende aumentá-la, acho muito bem, o apoio à natalidade, mas precisávamos de uma reforma que apoiasse directamente o Primeiro Ciclo.

Fica também o meu voto de protesto em relação à Mesa da Assembleia Municipal, e não posso deixar de fazer este voto de protesto, porque muitas vezes muitos destes erros que aqui vimos cometer neste púlpito também têm a ver com o facto da documentação chegar atrasada e da Assembleia ser marcada

em cima do joelho e temos muito pouco tempo para nos prepararmos convenientemente para exercermos aqui o nosso mandato democrático.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte declaração de voto:

“Sabem que voto contra pelas razões que já dei, mas eu respeito os Tribunais e espero que não tenhamos problemas por causa disso.

Este Orçamento para mim é igualzinho ao outro apesar de estar um bocadinho mais inflacionado.

Como o Sr. Presidente disse aqui que o Orçamento aguenta tudo, não vale a pena estar a discutir muito.

Espero bem, e tenho quase a certeza de que não vai ser mexido nas Juntas. Era o que faltaria, que se fosse retirar dinheiro às Juntas porque foi a única coisa boa que se fez por este Concelho.

Queria comungar da sua opinião, Sr. Presidente de Aldeia das Dez, porque quem aqui esteve durante quatro anos, e estivemos aqui todos na grande maioria, penso que fui eu um dos grandes obreiros da paz que aqui houve, fazia-se uma gestão um bocadinho diferente da que se faz hoje. Não é por causa de mim, porque parece que sou eu que faço aqui o tal rebenta minas, mas eu continuo a dizer, e é um apelo que eu faço ao Sr. Presidente da Câmara, que me desminta com números. Porque o Sr. Presidente da Câmara anda-me a desmentir com números que me dá. Se os números não são estes é porque estão errados, portanto resolvam este problema.

Eu quase choro quando ouço isto da Casa Digna e quando ouvi o que disse sobre o assinar dos cheques, mas isso são quarenta mil euros por ano e eu não me comovo. Eu olho para estes números e vejo que na Ação Social estão duzentos e dezassete mil euros.

Volto a dizer: O Sr. Presidente da Câmara pode fazer aqui o comício que quiser, pode-me fazer chorar até, mas o que eu quero ver é números e não vou lá com conversa.

Eu sou o maior defensor da BLC3 neste Concelho e acredito que é por ali que passa o desenvolvimento de Oliveira do Hospital. Agora, não matem a BLC3 com aquilo que andam a fazer e essencialmente a esconder. Porque eu pergunto, se não há lá nada porque é que não me dão os documentos? A própria CADA já os mandou dar. É por tudo isso que eu não posso concordar com este Orçamento e é por isso que eu voto contra.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Isto é uma brincadeira, meus amigos.

Eu votei a favor, como não podia deixar de ser.

O que eu vou dizer é uma brincadeira: Sr. Presidente da Câmara o Senhor diz aqui, e vou brincar consigo, obviamente, No objetivo da habitação e urbanismo o Senhor diz aqui a certa altura *“estes projetos representam intenções de investimento de seis milhões, cento e cinquenta e seis mil, duzentos e vinte euros, distribuídos por cinco anos de acordo com a calendarização proposta inscrita na candidatura do PEDU, dos quais cerca de um milhão e duzentos mil euros são dotação para o anos de dois mil e dezasseis”*

Eu agora vou brincar um bocadinho: Sr. Presidente o Senhor só tem mais dois anos de mandato e o Senhor aqui está a prever cinco anos, obviamente que o Senhor vai ter que se comprometer pelo menos mais três anos para cumprir este objetivo. Espero bem que o faça.”

De seguida, fez-se a apresentação em simultâneo dos seguintes Pontos:

Ponto X - Aprovação do apoio financeiro do Município de Oliveira do Hospital relativo à componente de comparticipação nacional para a aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, no âmbito de candidatura ao programa Portugal 2020 para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira.

Ponto XI -Aprovação do apoio financeiro do Município de Oliveira do Hospital relativo à componente de comparticipação nacional para a aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, no âmbito de candidatura ao programa Portugal 2020 para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estes Pontos, X e XI, já estiveram aqui há pouco e voltaram novamente para apreciação da Câmara porque há uma Candidatura dos Bombeiros que se tivesse o apoio da Assembleia Municipal, o Cofinanciamento passava de setenta e cinco para noventa e cinco por cento. Esta Candidatura pode ir até ao máximo

de cento e sessenta mil euros e nós subsidiaríamos a diferença entre o que for a comparticipação e o custo do investimento.

A Assembleia Municipal de Penacova já fez isto.

Para nós é melhor porque costumamos pagar as comparticipações dos carros dos bombeiros e sendo assim já não iríamos participar com quinze por cento mas com cinco por cento e por isso é um bom negócio trazer aqui estes Pontos à Assembleia porque vamos poupar dez por cento em relação a trezentos e vinte mil euros, que serão trinta e dois mil euros. Com este negócio ganhamos a noite.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Não tencionava fazer mais nenhuma intervenção mas como não me tinha despedido quero desejar um bom Natal e um bom ano novo.

Quanto aos Bombeiros desta vez vou votar favoravelmente mesmo correndo o risco de depois ter de pagar a minha parte mas, como eu já ofereci viaturas aos Bombeiros, será com todo o gosto, se tiver de pagar essa parte aos Bombeiros, e por isso o meu voto é favorável.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Aprovação do apoio financeiro do Município de Oliveira do Hospital relativo à componente de comparticipação nacional para a aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, no âmbito de candidatura ao programa Portugal 2020 para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XI - Aprovação do apoio financeiro do Município de Oliveira do Hospital relativo à componente de comparticipação nacional para a aquisição de viaturas de Socorro, VFCI – Veículo Florestal de Combate a Incêndios, no âmbito de candidatura ao programa Portugal 2020 para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui mais uma vez na minha qualidade de público e quero manifestar aqui o apoio e a disponibilidade do PCP e da CDU para a luta que vier a ser desencadeada no nosso Município em defesa imediata, quer do Serviço Nacional de Saúde, quer das acessibilidades, dos IC’s em especial.

Luta pelo Serviço Nacional de Saúde sem cairmos na esparrela da tentação da monopolização dos custos do serviço Nacional de Saúde que é uma competência do Poder Central.

Aproveitar para dizer que é bom reforçar as condições da segurança rodoviária na estrada Ervedal/Vila Franca/Aldeia Formosa/Seixo/Felgueira Velha, para conseguimos manter aquela Estrada limpa de acidentes graves, como tem estado limpa nos últimos dez anos. Disponibilidade para essa luta. Vamos a ela.

Já aqui ouvi falar das novas instalações para a Extensão de Saúde do Ervedal, vamos ver se é desta e se aquilo não continua uma lenda. A lenda das novas instalações da Extensão de Saúde do Ervedal.

Congratular-me com a aprovação das Moções aqui apresentadas esta noite. É um facto as Moções valem a pena politicamente, mais vale reconhecerem isto tardiamente do que nunca reconhecerem, e para quem aqui estava há uns anos atrás sabe do que é que eu estou a falar.

Há problemas graves com o saneamento ali na União das Freguesias, o Sr. Presidente da Câmara já referiu até aqui muitos desses casos, vamos a isso, vamos resolver aquilo que é necessário.

Eu, cidadão João Dinis, seguramente dos mil gajos mais pobres desta País pago muito mais de saneamento do que paga a SONAE, portanto, isto é uma manifesta injustiça, que aliás já vem desde início, não é de agora

Faltou aqui referir a luta pela autonomia de cinco Freguesias que foram assassinadas de uma forma selvática, aqui há uns anos atrás, e que é necessário retomar essa luta e repor essa justiça e portanto o Sr. Presidente encaixa já aqui aquela dos dez mil euros para vinte e uma Freguesias do Município de Oliveira do Hospital. Não são quinze, nem dezasseis, são vinte e uma.

Depois o Incentivo à Natalidade: Sr. Presidente, eu gosto de o ouvir falar quando está a falar destas coisas. Nota-se que está a falar da “menina dos seus olhos”. Quando nos centramos na resolução dos problemas das pessoas em concreto, se passa à frente de muita discussão, que também é legítimo ter-se, que às vezes nos atormentam a vida.

No terceiro ano, haver trinta euros por mês, no apoio financeiro criado para o Incentivo à Natalidade não dá para nada. Trinta euros por mês dão duas

latas de leite. Já os setenta e cinco para o primeiro ano, que já foram aqui vigentes neste Município, e mesmo os sessenta do primeiro ano, dão jeito. E dão jeito, por exemplo a mim. E se me dão jeito a mim, é verdade eu tenho uma menina de nove meses. É muito bom fazer filhos, mas é muito melhor tê-los. Eu hoje reconheço isso, com quarenta anos de atraso.

No Natal em que se celebra o nascimento, que se celebra a família, eu acho que a grande boa nova que neste Natal se pode ter dado e que pode ser comungada é que em dois mil e quinze e em dois mil e catorze nasceram mais crianças no nosso Município do que nos últimos quinze anos. Portanto esta é uma boa nova, o nascimento de crianças no nosso Município. Que o subsídio poderá ter estimulado alguns? Sinceramente, não. Se dá jeito? Dá. Agora, trinta euros! Eu não estou a dizer que não os venha receber, mas é quase que obrigar-nos a estender a mão à esmola e à caridade. Não se faça isso às pessoas e sobretudo àquelas que têm mais necessidade.

Sr. Presidente da Câmara, na Coordinha há graves indícios de negligência ao combate do nemátodo. É necessário apurar responsabilidades.

Referir também o problema do estradão do Vale do Mondego e do Castro do Vieiro, o problema é sério, e isso exige que de uma vez por todas se acautele este valioso património, o nosso património físico e também os recursos naturais.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. João Pedro Correia Cruz que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero perguntar-lhe qual é a opinião do Sr. Presidente da Câmara sobre o Orçamento Participativo Jovem e se para o ano vamos ter um Orçamento Participativo Jovem com mais valor ou vamos ter só o Orçamento Participativo.

Se houver só o Orçamento Participativo que estímulos vai a Câmara proporcionar para os jovens participarem?

Quando é que os nossos alunos do Concelho, e não só, terão cobertos à porta da sede do Mega-Agrupamento enquanto esperam pelo autocarro, se agora há um grande aumento no Orçamento, gostava de saber se não podia ser também para os alunos do nosso Concelho porque é uma forma indigna aquilo que eles sofrem à chuva a esperarem pelo autocarro. Isto é indigno para os tempos que correm hoje!

Será no ano de dois mil e dezasseis com este grande aumento do Orçamento que a Associação de Melhoramentos Cultural e Recreativa de Casal

de Abade e Anexas vai receber a verba para as obras de restauração da sua sede que o Senhor prometeu na campanha eleitoral de dois mil e treze?

Um bom Natal, e um bom ano novo, para todos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Para mim é sempre gratificante ter aqui o João Dinis e relativamente às questões que aqui colocou quero dizer-lhe o seguinte:

Penso rever o Programa de Incentivo à Natalidade pelo impacto que ele tem nas famílias e acho que até terá um impacto muito maior. Eu não posso deixar de rir, quando há pouco ouvi dizer que gastávamos quarenta mil euros por ano no Incentivo à Natalidade. Isto é aberrante. Bastaria fazer contas porque temos cento e sessenta crianças. Como reconheceu o João Dinis o Incentivo à Natalidade é um Programa que me dá muito prazer.

Sobre o nemátodo quero dizer que a CAULE teve a oportunidade de me enviar uma carta onde dizia que os seus técnicos foram enviados ao local e que a maior parte da madeira que lá estava era de eucalipto. Eu enviei os Serviços de Fiscalização para identificarem quem é que teve lá os estaleiros para depois enviarmos para o Ministro do Ambiente e para ver o que é que podemos fazer. Este problema preocupa-nos. O problema do nemátodo não é de fácil resolução e, por isso, não sabemos como é que vai ficar a nossa floresta.

Algumas das perguntas que foram aqui colocadas pelo João Dinis eu já respondi, nomeadamente a questão relacionada com as fossas sépticas.

O estradão do Vale do Mondego não foi alcatroado quando houve várias Candidaturas ao PRODER e eu não tive a culpa porque quando tivemos hipótese fizemos uma candidatura que não foi aprovada.

Há uma certeza que eu tenho, é que há algumas obras que serão concertadas com a Junta de Freguesia e com a Assembleia de Freguesia no seu Plano e Orçamento.

Relativamente à Extensão de Saúde do Ervedal quero referir que tivemos alguns problemas com a titularidade e foi muito difícil mante-la no Quadro Comunitário porque a obra já esteve adjudicada pela Câmara, tinha uma comparticipação de setenta e cinco por cento e não se pode concretizar e depois tive que anular o concurso. A culpa não foi do Presidente da Câmara Municipal. Difícil foi agora convencer a Comissão de Coordenação porque as obras que tinham tido verbas no Quadro Comunitário eles não as deixaram

repetir e num caso de excepcionalidade deixaram-me meter esta Extensão de Saúde.

Ao Sr. João Cruz quero dizer o seguinte: O Senhor conheceu a minha decisão. Eu não participei na reunião de aprovação do Orçamento Participativo deste ano.

Sabe que houve uma Comissão, o Senhor até votou favoravelmente, acho eu, porque estive lá pouco tempo, mas nós repescámos uma das ideias e vamos executá-la. O que me desiludiu foi a pouca participação dos jovens neste Orçamento Participativo.

O Senhor acha que os jovens não participaram porque tinha pouco dinheiro e eu achava que os jovens não participavam porque tinha dinheiro a mais. É uma visão antagónica que temos sobre isto.

Nós tínhamos no Orçamento Participativo vinte e cinco mil euros e não vimos entusiasmos dos jovens na apresentação de projectos. Se calhar fomos nós que não tivemos capacidade de entusiasmar as pessoas mas o Sr. Vereador fez o esforço possível e impossível. O que calha mal é que em algumas fases foram os representantes das Comissões Políticas dos Partidos que fizeram algumas candidaturas.

Decidimos lançar um Orçamento Participativo onde toda a população possa apresentar projetos e onde os nossos jovens podem também apresentar projetos. Deixámos de ter um Orçamento Participativo Jovem por falta de candidaturas. E por isso não foram tirados direitos nenhuns.

Relativamente à questão que colocou sobre a pintura das passadeiras eu quero dizer-lhe que elas foram pintadas antes da EXPOH e gastamos cerca de quarenta mil euros para pintar as passadeiras todas e também as linhas divisórias horizontais e por isso a cidade até tinha outro aspeto.

Relativamente ao coberto para os alunos quero dizer-lhe que a Câmara Municipal fez um estacionamento junto ao Pavilhão Desportivo da Escola Secundária.

Neste momento estamos a fazer um projecto que está no Plano Estratégico e que envolve toda a zona do Parque dos Marmelos e por isso estamos a fazer um Plano de Pormenor de toda aquela zona para lhe dar um determinado enquadramento e devido ao trânsito intenso vamos ter de criar acessibilidades que passam pela parte de trás do Centro de Saúde. Temos que fazer os estudos e temos que nos preparar porque há aí muito trabalho para fazer.

Relativamente à Associação Recreativa e Cultural de Casal de Abade e Anexas, quero dizer o seguinte: Fale com o Presidente da Associação e depois marque uma reunião com Presidente da Câmara e com os Vereadores desta área do Associativismo porque nós estamos disponíveis para trabalhar em conjunto. E estamos disponíveis desde que o financiamento seja proporcional às possibilidades daquelas comunidades. A Câmara Municipal não vai pagar tudo para depois ter colectividades fechadas. Eu poderia dar-lhe alguns exemplos onde a Câmara Municipal fez fortes investimentos e onde as colectividades estão fechadas.

Eu disponibilizei-me para analisar e para fazer o projecto com os Serviços Técnicos mas depois nunca mais houve nenhuma reunião com a Direção até hoje.

Eu disponibilizo-me, o Senhor fale com os dirigentes da colectividade, marcamos uma reunião, porque eu estou disponível para colaborarmos na concretização e na melhoria da Associação. Tal como temos colaborado com outras Associações desde que também haja esforço e contributo da comunidade.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de aprovarmos a ata em minuta eu agradeço a todos a vossa presença, agradeço à Cristina Carvalho por ter ajudado a constituir a Mesa. Desejo Boas Festas a todos e sobretudo desejo que o espírito de Natal esteja também aqui nesta Assembleia durante o ano de dois mil e dezasseis.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por maioria, com um voto contra.

Não havendo mais nenhuma intervenção e sendo vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim

\_\_\_\_\_ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

\_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário)

\_\_\_\_\_

(Segundo Secretário)

---